



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

FACULDADE DE PLANALTINA - FUP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO RURAL – PPG/MADER

**JUVENTUDE FEMININA NO RURAL DO NORDESTE: uma  
análise sobre o processo de permanência a partir do Censo (1980-2010)  
e da Pnad (1992-2015)**

**LUCIANA PORTO DA SILVA**

**PLANALTINA/DF**

**ABRIL DE 2018**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

FACULDADE DE PLANALTINA - FUP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO RURAL – PPG/MADER

**JUVENTUDE FEMININA NO RURAL DO NORDESTE: uma  
análise sobre o processo de permanência a partir do Censo (1980-2010)  
e da Pnad (1992-2015)**

**LUCIANA PORTO DA SILVA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós  
Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural  
da Universidade de Brasília, como requisito para  
obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Rural.

**ORIENTADOR (A): Dr (a) Mônica Celeida Rabelo Nogueira**

**PLANALTINA/DF  
ABRIL DE 2018**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO RURAL – PPG/MADER

**JUVENTUDE FEMININA NO RURAL DO NORDESTE: uma  
análise sobre o processo de permanência a partir do Censo (1980-2010)  
e da Pnad (1992-2015)**

**LUCIANA PORTO DA SILVA**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

APROVADA POR:

---

Profª Drª Mônica Celeida Rabelo Nogueira - Orientadora  
Universidade de Brasília - Faculdade de Planaltina (UnB/FUP)

---

Prof. Dr. Sérgio Sauer – Examinador Interno  
Universidade de Brasília - Faculdade de Planaltina (UnB/FUP)

---

Prof. Dr. Alexandre Arbex Valadares – Examinador Externo  
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

---

Profª Drª Tânia Cristina da Silva Cruz – Examinadora Suplente  
Universidade de Brasília - Faculdade de Planaltina (UnB/FUP)

**PLANALTINA/DF, ABRIL DE 2018.**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Porto da Silva, Luciana

Pj            JUVENTUDE FEMININA NO RURAL NORDESTE: uma análise sobre o processo de permanência a partir do Censo (1980-2010) e da Pnad (1992-2015) / Luciana Porto da Silva; orientador Mônica Celeida Rabelo Nogueira . -- Brasília, 2018.

141 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília, 2018.

1. 1. Juventude Rural . 2. Migração rural-urbana . 3. Nordeste . 4. Perfil-Políticas Públicas.. I. Celeida Rabelo Nogueira , Mônica , orient. II. Título.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por sempre me fortalecer nos momentos de desassossego e de hesitação.

Aos meus pais, que não puderam ter as mesmas oportunidades às quais lanço mão, mas que me ensinaram o essencial da vida com muito amor e carinho. À minha irmã, que tem sido minha amiga de todas as horas.

Ao meu amor, que me incentiva diariamente a buscar o que me faz feliz e que me dá todo o apoio necessário.

À minha orientadora, Mônica Nogueira, pela confiança em meu trabalho.

Agradeço ao Prof<sup>o</sup> Sérgio Sauer por aceitar o convite para compor a Banca. Ao Alexandre Arbex, por integrar a banca e pelas sugestões durante o processo de elaboração desta pesquisa.

Agradeço a todas as pessoas que criei um vínculo profissional e um vínculo afetivo no IPEA. Em especial à Brancolina Ferreira, Marcelo Galiza, Fabio Alves, Ana Paula, Ana Rita, Luana Passos e Juliana Veloso. Ao Daniel e a Gabriela que me ajudaram com os dados utilizados na pesquisa.

Agradeço aos meus amigos que me proporcionaram momentos de descontração. À Dayse, uma pessoa maravilhosa que conheci no mestrado e a todos os colegas e professores/as do Programa (PPG-Mader).

Enfim, algumas pessoas atuam como anjos em nossas vidas! Tive a sorte de estar rodeada delas.

Nunca diga nordestino  
Que Deus lhe deu um destino  
Causador do padecer  
Nunca diga que é o pecado  
Que lhe deixa fracassado  
Sem condições de viver

...Deus o autor da criação  
Nos dotou com a razão  
Bem livres de preconceitos  
Mas os ingratos da terra  
Com opressão e com guerra  
Negam os nossos direitos

...Não é Deus quem nos castiga  
Nem é a seca que obriga  
Sofrermos dura sentença  
Não somos nordestinados  
Nós somos injustiçados  
Tratados com indiferença

...Sofremos em nossa vida  
Uma batalha renhida  
Do irmão contra o irmão  
Nós somos injustiçados  
Nordestinos explorados  
Mas nordestinados não

...Já sabemos muito bem  
De onde nasce e de onde vem  
A raiz do grande mal  
Vem da situação crítica  
Desigualdade política  
Econômica e social...

Patativa Assaré (Antônio Gonçalves da Silva)

## RESUMO

Esta pesquisa enfoca dados sobre a permanência das jovens mulheres no meio rural nordestino. Grande parte dos estudos sobre migração rural-urbana aponta as mulheres como as que mais saem do rural, fenômeno que resultaria na chamada “masculinização” do campo. Esse fenômeno é particularmente associado ao Nordeste, devido às condições históricas de desenvolvimento econômico e sociocultural da região, que teriam sido agravadas pelo processo de modernização conservadora da agricultura. Contudo, um conjunto de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento rural, implementadas a partir da década de 2000, visou modificar esse quadro, propiciando novas configurações e arranjos nas unidades de produção familiar por meio de ações de redistribuição de renda, investimento em infraestrutura e serviços. Para verificar possíveis mudanças na permanência de jovens mulheres no meio rural nordestino, o presente estudo analisa dados dos últimos dois Censos Demográfico do IBGE, com a aplicação do estudo de coorte, tendo em perspectiva (e como parâmetro) também os dados das pesquisas censitárias de 1980 a 2010. Com base nessa análise, pôde-se demonstrar um aumento nas taxas de permanência das jovens mulheres, em uma reversão da dinâmica migratória rural-urbana desse segmento. Em seguida, buscou-se traçar o perfil das jovens que permaneceram no Nordeste, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), considerando-se o período de 1992 a 2015, a fim de investigar, em chave exploratória, os fatores - como infraestrutura, escolaridade, trabalho e ocupação - que podem ter contribuído para a mudança verificada. Conclui-se que o aumento das taxas de permanência das jovens no rural nordestino ocorreu no mesmo espaço de tempo em que políticas públicas foram direcionadas para o espaço rural da região. Apesar das desigualdades de gênero que ainda marcam as relações socioeconômicas no campo, novas condições de vida passam a influenciar o comportamento da juventude feminina para a decisão de permanecer no lugar de origem.

**Palavras-chave:** Juventude Rural, Migração rural-urbana, Nordeste, Perfil-Políticas Públicas.

## **ABSTRACT**

This research focuses data on the permanence of young women in rural Northeastern Brazil. Most of the studies on rural-urban migration point to women as the ones who leave the rural, a phenomenon that would result in the so-called "masculinization" of the countryside. This phenomenon is particularly associated with the Northeast, due to the historical conditions of economic and socio-cultural development of the region, which would have been aggravated by the process of conservative modernization of agriculture. However, a set of public policies for the promotion of rural development, implemented since the 2000s, aimed at modifying this framework, propitiating new configurations and arrangements in the family production units through actions of income redistribution, investment in infrastructure and services. In order to verify possible changes in the permanence of young women in the northeastern rural environment, the present study analyzes data from the last two Demographic Census of the IBGE, with the application of the cohort study, having in perspective (and as a parameter) also the data from the census surveys 1980 to 2010. Based on this analysis, it was possible to demonstrate an increase in the stay rates of young women, in a reversal of the rural-urban migration dynamics of this segment. Next, we sought to trace the profile of the young women who remained in the Northeast, based on data from the National Household Sample Survey (Pnad), considering the period from 1992 to 2015, in order to investigate, in an exploratory way, the factors - such as infrastructure, schooling, work and occupation - that may have contributed to the change. It was concluded that the increase of the permanence rates of young women in rural Northeastern occurred in the same space of time when public policies were directed to the rural area of the region. Despite the gender inequalities that still mark the socioeconomic relations in the field, new living conditions influence the behavior of the female youth for the decision to remain in the place of origin.

**Key- words:** Rural Youth, Female Permanence, Northeast, Profile-Public Policies.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1- A PERMANÊNCIA NO CAMPO DA JUVENTUDE: uma revisão teórica .....	21
1.1 Em que contexto de Desenvolvimento Rural se insere a permanência e exôdo da juventude no campo?.....	21
1.2 Dinâmicas socioeconômicas no Nordeste .....	28
1.3 Migração e Permanência .....	34
2 Juventude: uma categoria em constante análise.....	40
3 Mulheres jovens no campo e a divisão sexual do trabalho.....	48
4 Rural e urbano: entre tipologias .....	55
CAPÍTULO 2 - ANÁLISE DA PERMANÊNCIA NO CAMPO DA JUVENTUDE NA REGIÃO NORDESTE.....	64
2.1 Análise de Coorte.....	64
2.2 Maranhão e Piauí .....	69
2.3 Paraíba e Pernambuco .....	72
2.4 Bahia .....	75
2.5 Ceará e Rio Grande do Norte.....	77
2.6 Alagoas e Sergipe.....	80
Considerações gerais sobre os resultados.....	83
CAPÍTULO 3 - PERFIL DAS JOVENS MULHERES QUE PERMANECEM NO MEIO RURAL (POLÍTICAS PÚBLICAS).....	91
3.1 Acesso à água .....	93
3.2 Acesso à luz .....	97
3.3 Condição dos/as jovens no domicílio rural.....	99
3.4 Escolaridade.....	103
3.5 Trabalho e ocupação.....	108
3.6 Previdência social e bolsa família .....	118
Considerações gerais sobre o perfil .....	123
CONCLUSÃO.....	125
REFERÊNCIAS .....	131

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Juventude Rural no Nordeste (amostra).....	67
Tabela 2- Cálculo da taxa de permanência da juventude rural no Nordeste Feminino .....	68
Tabela 3 - Taxa de permanência da juventude no campo por sexo (Maranhão: 1980-2010).....	69
Tabela 4 -Taxa de permanência da juventude no campo por sexo (Piauí: 1980-2010).....	70
Tabela 5-Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Maranhão: 1980-2010).....	71
Tabela 6-Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Piauí: 1980-2010) .....	72
Tabela 7 - Taxa de permanência da juventude no campo por sexo (Paraíba: 1980-2010).....	72
Tabela 8 - Taxa de permanência da juventude no campo por sexo (Pernambuco: 1980-2010) ..	73
Tabela 9 - Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Paraíba: 1980-2010) .....	73
Tabela 10 - Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Pernambuco: 1980-2010).....	74
Tabela 11 - Taxa de permanência da juventude no campo por sexo (Bahia: 1980-2010).....	75
Tabela 12 - Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Bahia: 1980-2010).....	76
Tabela 13 - Taxa de permanência da juventude no campo por sexo (Ceará: 1980-2010).....	77
Tabela 14 - Taxa de permanência da juventude no campo por sexo (Rio Grande do Norte: 1980-2010) .....	78
Tabela 15 - Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Ceará: 1980-2010).....	79
Tabela 16 - Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Rio Grande do Norte: 1980-2010) .....	79
Tabela 17 - Taxa de permanência da juventude no campo por sexo (Alagoas: 1980-2010).....	80
Tabela 18 - Taxa de permanência da juventude no campo por sexo (Sergipe: 1980 2010) .....	81
Tabela 19 - Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Alagoas: 1980-2010).....	82
Tabela 20 - Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Sergipe: 1980-2010).....	82
Tabela 21- Taxa de permanência da juventude no campo por sexo (Nordeste: 1980-2010).....	88

## LISTA DE QUADROS E BOXES

Quadro 1 - Dimensão e atributos: tipologia IICA.....	61
Box 1- Programa Cisternas, Programa Dom Helder Câmara e programa Convivência com o semiárido.....	95
Box 2 - O Programa Luz para Todos.....	98
Box 3 - Programas relativos à Educação no Campo.....	107
Box 4 - Programas relacionados à terra .....	115
Box 5 - Programas de incentivo à produção.....	116

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Juventude Rural no Nordeste por sexo 1980 – 2010: Visão Oficial do IBGE.....	89
Gráfico 2 - Abastecimento de água: Domicílio das jovens rurais nordestinas (1992-2015) .....	93
Gráfico 3 - Acesso à Energia Elétrica das Jovens no Rural 1992 - 2015 .....	97
Gráfico 4 - Condição da juventude feminina nos domicílios rurais do Nordeste 1992-2015.....	99
Gráfico 5- Condição da juventude masculina nos domicílios rurais do Nordeste 1992-2015...	100
Gráfico 6 - Média de anos de estudo da juventude rural no nordeste por sexo (1992-2015) ....	103
Gráfico 7 - Juventude economicamente ativa no rural do Nordeste por sexo 1992 - 2015.....	108
Gráfico 8 – Juventude que cuidava dos afazeres domésticos no Rural do Nordeste por sexo (1992-2015).....	111
Gráfico 9 - Horas de afazeres domésticos da juventude rural no Nordeste por sexo 2001-2015 .....	112
Gráfico 10- Renda média do trabalho principal da Juventude urbana e rural no Nordeste por sexo (1992 – 2015) .....	113
Gráfico 11 – Contribuição Previdenciária da Juventude Rural no Nordeste (1992-2015).....	118
Gráfico 12 - Jovens em famílias beneficiárias do Bolsa Família no urbano e no rural do Nordeste por sexo (2003 – 2015).....	121

## **LISTA DE ABREVIACÕES**

Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC- Ministério da Educação

Ninsoc– Núcleo de Informações Sociais

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PEA – População Economicamente Ativa

PIB –Produto Interno Bruto

Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios

PNATER– Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNERA – Programa de Educação na Reforma Agrária

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

POPMR – Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais

Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar

Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Campo)

Sead – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

# INTRODUÇÃO

No Brasil, a implementação do atual modelo de desenvolvimento, baseado na modernização da agricultura e na aceleração do crescimento urbano e industrial, implicou em uma desvalorização da vida rural, afetando o segmento de agricultores/as familiares e intensificando os movimentos migratórios. Desde então, o esvaziamento social e demográfico do campo tem sobressaído como um fenômeno inerente ao modelo de desenvolvimento em vigor. A evasão das populações rurais para as cidades passou a substancializar a ideia de um campo sem condições de sustentar as suas próprias dinâmicas sociais e econômicas, corroborando para gerar explicações limitadas sobre as migrações internas no país.

Respectivamente, as teorias centrais que surgiram para embasar as análises sobre os fluxos migratórios remontam às concepções em torno do modelo de desenvolvimento, de maneira que, sob influência do período de difusão da modernização, essas teorias viram na migração um processo positivo e necessário ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Portanto, a escolha em migrar para as cidades fazia parte de uma decisão racional do indivíduo e das famílias em busca de melhores condições de vida (BRITO, 2009; OLIVEIRA, 2008).

A qualidade de vida passou a estar associada às oportunidades estabelecidas no espaço urbano, com uma regulamentação da relação entre trabalho e capital para que o trabalhador mantivesse essa percepção, enquanto o novo modo de acumulação garantia, por meio de uma legislação trabalhista, a manutenção da força de trabalho que afluía às cidades. A mudança nas relações de trabalho foi mais uma das medidas adotadas para assentar as bases da economia capitalista, que se deu pela intervenção estatal, pela legislação trabalhista e pelo papel da agricultura em suprir as necessidades de bens de capital e bens intermediários de produção externa, bem como para suprir as necessidades das massas urbanas, promovendo a acumulação urbano-industrial (OLIVEIRA, 1972).

Em razão desses fatores, a agricultura passou por um processo profundo de transformação na sua base tecnológica, direcionando modelos de produção agrícola e pacotes tecnológicos às diferentes áreas rurais brasileiras. Isso provocou a divisão dos agricultores entre aqueles que podiam acompanhar o avanço produtivo e aqueles que não tinham condições para entrar nesse modelo competitivo, penalizando em geral famílias

rurais que ocupavam diminutas parcelas de terras e cujas atividades se realizavam em solo de baixa qualidade. O cultivo de monoculturas em grandes extensões territoriais assumiu um padrão dominante do modelo de modernização, acirrando as disputas pela terra. A redução das áreas produtivas, por estabelecimento familiar, passou a afetar as condições de vida de quem dele dependia, além de distinguir direitos de propriedade fundiária em relação ao gênero. As famílias, em virtude da forte concentração fundiária, se encontravam em posição de desvantagem diante da onda tecnológica, que trouxe como consequência uma heterogeneização dos espaços, agravando a situação de marginalização, decadência e exclusão dos filhos e filhas dos agricultores pobres (FAVARETO, 2010; CARNEIRO, 2001).

Cabe sublinhar que essa exclusão das gerações mais jovens que estavam no campo viria a favorecer a concentração da população em idade ativa nos grandes aglomerados urbanos, dinâmica que ganharia força com a atuação de um conjunto de concepções hegemônicas em oposição ao mundo rural tradicional. Foram disseminados discursos de valorização do urbano como espaço moderno, tecnificado e civilizado, em detrimento do espaço rural (MOREIRA, 2012), colocando a própria definição sobre o espaço rural à sombra da visão urbanocêntrica, o que veio a propiciar a ideia de um Brasil cada vez mais urbanizado.

Nessa direção, o êxodo rural se configurou como um fenômeno ligado à geração jovem, tendo em vista o impacto da modernização do campo sobre os seus projetos de vida. Desde a literatura clássica do campesinato, tem-se projetado a imagem de jovens rurais desinteressados pelo espaço de origem, corroborando para que o futuro desta juventude estivesse remetido à cidade (SALES, 2010; CASTRO, 2009). Ademais, as próprias condições geradas pela instabilidade quanto à produção no campo contribuíram para reforçar esse quadro.

O caráter seletivo das migrações se tornou ainda mais nítido em relação à juventude feminina, tendo por justificativa o enraizamento da cultura patriarcal de nossa sociedade que finca papéis sociais de gênero e modela uma divisão sexual do trabalho, a qual reserva às mulheres as atribuições do espaço privado (cuidados do lar) e, aos homens, o espaço público e o sustento financeiro da família (HIRATA e KERGOAT, 2007). No campo, essa divisão do trabalho se acentua na separação entre as tarefas da casa e as do roçado, ressaltando a hierarquia entre as tarefas realizadas por mulheres e homens (SCOTT, 2007).

Em razão disso, as mulheres acabam executando as atividades domésticas em conjunto com as atividades produtivas, sendo estas últimas consideradas como ajuda, o que contribui para invisibilizar a maior parte das funções desempenhadas por elas na economia rural. Por essa razão, as mulheres passaram a não ser enxergadas como herdeiras da propriedade familiar, uma vez que lhes era negado um vínculo “produtivo” com a terra. Ao considerar que nas relações sociais que são sustentadas pelo trabalho agrícola, o principal bem a ser transferido é a terra, as regras de transmissão não garantiam a autonomia de exploração agrícola para as mulheres, mas pela lógica da sua situação conjugal, mantinha diferenças advindas das identidades de gênero (CARNEIRO, 2001).

Essa situação contribuiu para a saída das jovens do campo, embora o motivo mais frequentemente apontado para explicar a migração rural feminina fosse a busca por maior escolaridade e por profissões não agrícolas (BRUMER e ANJOS, 2008). O cenário de saída se apresenta como fator desestruturante da reprodução social no campo, uma vez que, o papel social das mulheres vai além da função produtiva, mas liga-se à biodiversidade agrícola, a garantia da diversidade cultural, à prestação de serviços ambientais e à construção de novas territorialidades (PACHECO, 2002).

Os processos migratórios passaram a ser vistos como mais recorrentes em algumas localidades do país, considerando que os mecanismos da modernização incidiram predominantemente sobre os setores mais capitalizados da agricultura, acentuando as desigualdades regionais já existentes. O Estado investiu em infraestrutura nas regiões onde o próprio processo histórico de colonização foi mais favorável, no caso o Sudeste e o Sul do país. Uma vez desencadeado o desenvolvimento em algumas localidades haveria um processo acumulativo ascendente nessas regiões, provocando migrações de caráter seletivo das regiões mais precarizadas, principalmente a região Nordeste (OLIVEIRA, 2008).

Dado o exposto, as pesquisas que discutem a temática do rural no Brasil, grosso modo, dedicam maior atenção à saída da juventude do campo, tendo como pano de fundo o processo de urbanização e o impulso econômico promovido pela modernização em determinadas regiões/pólos dinâmicos, assim como às dinâmicas intrafamiliares influenciadas pela divisão sexual do trabalho nas unidades de produção. Essa abordagem, na medida em que valoriza a perspectiva de esvaziamento, repercute decisivamente nos investimentos e políticas públicas – especialmente políticas sociais - dispensadas ao rural.

Tratando-se, portanto, de um círculo vicioso que desterrou e ainda desterra jovens rurais de seus espaços de origem (VALADARES et al, 2016), na medida em que não são oferecidos os meios necessários para que eles/elas possam permanecer no campo.

Em vista disso, esta pesquisa enveredou por um caminho que vai na contramão dos convencionais estudos que não veem possibilidade de reversão nos fluxos migratórios do rural para o urbano. Nesse sentido, procurou-se investigar indícios sobre a permanência de jovens mulheres no rural, especificamente no Nordeste, tanto por problematizar a naturalização do êxodo das jovens, como por ser um desafio para se compreender em que condições está inserida a juventude que continua no campo.

Conforme Fusco e Ojima (2015), os movimentos de sair do campo para a cidade e vice-versa, assim como permanecer, traz uma composição e um significado social, demográfico e econômico que geram novas inquietudes. Verificam-se estratégias que são executadas para a sobrevivência da unidade produtiva familiar ou mesmo a viabilização de projetos individuais que se distinguem conforme as posições sociais de gênero (BATISTA, 2016). Mas associada à juventude, a saída não anula a possibilidade de retorno e nem se destina a ser um fator preponderantemente feminino.

Para a verificação de uma mudança na tendência migratória da juventude rural nordestina, o presente estudo analisa dados dos Censos Demográficos, sobretudo nas últimas décadas, com foco sobre a juventude feminina rural. Partiu-se do pressuposto de que, ao contrário do que se afirma sobre a população feminina do Nordeste, houve mudanças no índice de permanência das jovens no meio rural nos últimos anos, assim como no perfil delas. Essas transformações podem estar associadas à implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural para a melhoria das condições de vida no campo. Considerando essa possibilidade, buscou-se correlacionar os fatores de influência apontados na literatura aos dados de perfil das jovens, tendo sempre em perspectiva as especificidades do gênero feminino. Esse último exercício é exploratório, visando levantar questões relativas aos efeitos de políticas públicas sobre a permanência no meio rural.

Seguindo o estudo-piloto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) intitulado: *Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural*

*organizada* foi empregado nesta pesquisa o estudo de coorte<sup>1</sup>, com a finalidade de verificar as taxas de permanência da juventude no campo no Nordeste. O estudo-piloto do Ipea<sup>2</sup> revelou um aumento das taxas de permanência da população do campo no Brasil como um todo e nas grandes regiões, mas apresenta as informações por desagregação de sexo somente para o País.

Esta pesquisa examina as taxas de permanência da região Nordeste para o período dos Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010, levando em consideração as suas unidades federativas e a desagregação por gênero. Ao frisar a importância da reprodução social e da agricultura familiar no campo, o Nordeste possui representação significativa no contexto da agricultura familiar nacional (EVANGELISTA, 2000). Ainda assim, a região ficou conhecida como grande exportadora de mão de obra migrante para outras regiões do país, trazendo a necessidade em discutir a perpetuação das dinâmicas produtivas e a permanência das gerações jovens, sobretudo, em relação às jovens mulheres que fazem parte dos estabelecimentos agrícolas familiares.

Assim, a primeira análise desta pesquisa trouxe o seu objetivo geral que era investigar mudanças no padrão de permanência de jovens mulheres no meio rural nordestino, a partir da análise de coorte dos dados do Censo do IBGE (1980 a 2010) e o perfil das jovens que permaneceram no Nordeste, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) (1992 a 2015), para, em chave exploratória, identificar alguns fatores de influência dessa mudança. A partir da percepção de uma mudança na tendência migratória, indicada, sobretudo, nos dados censitários das últimas décadas, seria possível verificar em que medida esse fenômeno envolvia de maneira específica a juventude feminina rural e, por meio do perfil socioeconômico desse segmento, apontar alguns fatores que, de certa forma, interviam para a permanência no campo?

As transformações que puderam ter influenciado na permanência das jovens no campo foram retradas no perfil, a partir das características socioeconômicas disponibilizadas

---

<sup>1</sup>Análise observacional que consiste em selecionar um grupo representativo da população com o objetivo de se verificar como características/fenômenos evoluem ao longo de um dado período.

<sup>2</sup>O estudo piloto faz parte da proposta do grupo de pesquisadores do projeto Juventude Rural e Reprodução Social da Agricultura Familiar que tem por objetivo contribuir com as temáticas que resgatam a importância do espaço rural. A pesquisa foi realizada com mulheres e homens jovens da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CNJTTR/Contag) e com a aplicação do estudo de coorte para apontar mudanças quantitativas e qualitativas a respeito da permanência dos/as jovens no campo.

pela Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (Pnad). Aqui não houve a desagregação por estado, visto que a intenção era trazer um perfil que indicasse em que cenário social e econômico o fenômeno da permanência feminina está inserido, de maneira a apontar, com o cotejamento da literatura sobre a temática, as dificuldades e as condições que conduzem a tal fenômeno.

Para efeito desta pesquisa, buscou-se contemplar, no perfil, parte do período que correspondeu à análise de corte, bem como as últimas informações divulgadas pela Pnad. Assim, o período de análise vai de 1992 a 2015. A definição desse intervalo permitiu avaliar o período que antecedeu o aumento da permanência das jovens nordestinas no campo e o período posterior a este acontecimento.

A escolha por focalizar a juventude feminina do Nordeste rural decorreu das características que têm definido historicamente a forma de estruturação da agricultura nessa região, em que a grande maioria dos estabelecimentos se enquadra como sendo de agricultura familiar<sup>3</sup> (EVANGELISTA, 2000), mas convive com a presença de forte concentração da produção e da renda pelas grandes propriedades. A coexistência desses dois modelos de produção revela que o grau de atuação da agricultura patronal (produção em larga escala) em detrimento da agricultura familiar indica em que condições ambientais, de trabalho, moradia, educação, ocupação territorial, uso do tempo social, entre outros aspectos a população rural dessa região se reproduz e como as circunstâncias apontadas têm incidido nas estratégias familiares sobre migração e permanência das pessoas, notadamente como um fator que perpassa as questões de gênero. Por tais razões, o Nordeste rural se constitui como um espaço analítico fundamental para se compreender as dinâmicas sociodemográficas que têm influenciado sobre a juventude rural como um todo e sobre as jovens mulheres do campo, em particular.

A presente dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado à discussão teórica, no esforço de situar a problemática da pesquisa e estabelecer as categorias fundamentais para uma análise sobre a permanência de jovens no meio rural nordestino. A discussão passa pela trajetória da modernização da agricultura, processo que intensificou os fluxos migratórios no campo e tem

---

<sup>3</sup> Conforme a Lei nº 11.326 de 2006, agricultor familiar é aquele que exerce atividades agropecuárias no campo e que cumpre os seguintes quesitos: I - não deter área maior do que quatro módulos fiscais 1 ; II - utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento; III - a renda familiar ser predominantemente originada de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; e IV - o estabelecimento ser dirigido pelo (a) agricultor (a) com sua família (art.3).

caracterizado, notadamente, a região Nordeste. De modo que, nessa direção, a saída do campo passou a ser classificada como um fenômeno jovem e feminino, configurando-se como explicação a divisão sexual do trabalho e o próprio entendimento sobre o mundo rural pelas correntes hegemônicas. No entanto, não existindo apenas esse horizonte, mas também um caminho de resistência ao modelo de desenvolvimento dominante, é possível pensar no fortalecimento de formas de gestão sócio-econômica-ambientais ligadas às gerações jovens que continuam a residir no campo e que visam contribuir para um desenvolvimento rural sustentável.

No capítulo 2 são apresentadas as taxas de permanência da juventude feminina no rural do Nordeste, com base nas informações oficiais divulgadas em Censos do IBGE sobre a redução da população rural, em especial da população jovem feminina que reside na região.

O capítulo 3 traz o perfil das jovens que estão ficando no campo, a partir de indicadores selecionados da Pnad, associando este fenômeno a fatores de permanência, como as políticas públicas direcionadas para a melhoria das condições (re) produtivas dos agricultores/as familiares, que marcam positivamente a vida das gerações jovens nas escolhas de seus projetos de vida. Mesmo que nem todos os/as jovens que estejam no campo sigam a profissão de agricultor/a, a relação entre a categoria jovem e a agricultura familiar traz para o campo político as demandas e as necessidades para se ter melhores condições de vida no rural, de modo que a ausência de medidas específicas tende a afetar a todos que residem nesse espaço.

Por último, são apresentadas as conclusões deste estudo, a partir da análise dos dados oficiais sobre a permanência e o perfil das jovens mulheres no rural nordestino, além de novas questões de pesquisa suscitadas nesse exercício.

## CAPÍTULO 1- A PERMANÊNCIA NO CAMPO DA JUVENTUDE: UMA REVISÃO TEÓRICA

### 1.1 EM QUE CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SE INSERE A PERMANÊNCIA E EXÔDO DA JUVENTUDE NO CAMPO?

Os fenômenos desencadeados pelas mudanças no modelo de desenvolvimento econômico não devem ser considerados como acontecimentos estanques. A descoberta ou ressignificação de um evento sugere que os mesmos processos que tensionam a sua ocorrência, produzem diferentes formas de assimilação e tratamento no contexto social. Em razão disso, torna-se necessário compreender em que contexto econômico e político a migração populacional rural se inseriu e se insere, permitindo discutir este acontecimento no horizonte reverso: o da permanência no campo.

Por esse percurso, pode-se dizer que no território brasileiro a intensificação dos movimentos migratórios está remetida à consolidação da modernização agrícola, entendida como um processo de inserção das inovações químicas e biológicas na agricultura para a obtenção de uma produção agrícola monocultora em grande escala (SAUER, 2010). Baseado no modo de produção das sociedades industriais avançadas, o modelo de desenvolvimento empreendido no país visou recriar as condições necessárias para atender à lógica de acumulação do capital. Dessa forma, o país passou de uma base firmada em uma classe proprietária rural para uma classe empresarial (OLIVEIRA, 1972). Nessa transição, a percepção sobre o espaço rural passou a ser fortemente influenciada pelas discussões protagonizadas por esse modelo de desenvolvimento, estabelecendo oposições como agricultura *versus* indústria e espaço rural *versus* cidade, sendo parte da estratégia para construir imagens hegemônicas sobre os espaços de vida e as formas de produção (MOREIRA, 2012).

Compreende-se assim que a difusão de um modelo de desenvolvimento exige a construção e manutenção de uma dialética dominante como estratégia político-ideológica de apropriação dos meios de produção. Assim as ideias que representam a modernização, industrialização e urbanização direcionaram a “elaboração de modelos e pacotes tecnológicos aplicados nos mais diversos contextos societários” (STROPASOLAS, 2002, p.67).

Esse processo histórico representou a consolidação de um modelo de desenvolvimento inserido globalmente, que abriga a lógica colonial em que os padrões de concorrência e acumulação de capital se movem entre os países que oferecem matéria prima e mão de obra barata em abundância e entre aqueles que têm o domínio da tecnologia e dos recursos humanos (SAUER, 2010). Assim, o Brasil tem atravessado essas transformações, servindo aos projetos industriais do grande capital interno e externo, produzindo impactos socioeconômicos e ambientais no campo, em razão das formas predatórias de utilização dos recursos naturais, o que vem a dificultar as condições de vida das populações que nesse espaço residem.

Nesse sentido, a população rural tem como desafio (re) criar condições para a reprodução geracional na unidade de produção familiar agrícola. Dadas as dificuldades impostas ao trabalho no campo, a juventude sente as pressões para assumir a força de trabalho nas cidades. Uma situação que tem sido construída como parte fundamental do modelo econômico que redefine as relações entre capital e trabalho, que se mantém na exploração da força de trabalho operária situada tanto no urbano quanto no rural (OLIVEIRA, 1972).

Concomitantemente, nas décadas em que os fluxos populacionais internos mostraram-se mais intensos (1960-1980), não se falava na permanência da população no campo, mas na migração como uma ação racional e necessária para quem migrava, e positiva e funcional para a modernização da sociedade e para o desenvolvimento da economia (BRITO, 2009). Dessa forma, a intenção não era criar condições para os agricultores/as pudessem ficar no campo, mas permitir que o crescimento das condições adversas empurrasse a população que estava no espaço rural, sobretudo jovem, ao adensamento do mercado de trabalho e do mercado consumidor das cidades.

Por esse lado, a fase da modernização conservadora (1965-1979) que pode ser compreendida como a transformação da base técnica da produção sem alteração da concentração fundiária, serviu para acentuar ainda mais a concentração da propriedade da terra, distinguir os produtores rurais e selecionar as atividades agropecuárias (MARTINE, 1991). Dessa forma, a função da família como unidade produtiva foi condicionada pelo tamanho e qualidade dos recursos, pela tecnologia e por aspectos socioculturais que afetariam a produtividade, bem como o status do indivíduo dentro da família quanto ao acesso do total da produção familiar (SANTOS et al, 2010). Uma das alternativas

encontradas pelos agricultores/as familiares foi fazer melhor uso da terra que tinham à disposição (diversificação da produção), outro caminho foi diversificar as fontes de renda entre as atividades agrícolas e não agrícolas de forma que a mobilidade não representaria somente desenraizamento, mas uma recomposição e ressignificação das relações com e no campo (MOREIRA, 2012; SANTOS et al, 2010).

Por mais que essas alternativas não fossem suficientes para impedir que a exclusão tecnológica e de renda, a longo prazo, retirasse de muitas famílias rurais as possibilidades em obter do estabelecimento uma renda líquida ou que atingisse o preço de seus produtos, empurrando-os para o mercado informal, mesmo assim as técnicas de agricultura tradicional continuaram a ser empregadas por esses agricultores/as (ALVES, 2001). Essa persistência dos/as agricultore/as contrariou a premissa do desaparecimento da pequena produção<sup>4</sup>. Em razão do avanço do ciclo de produção em larga escala, esse modelo seguiu como forma de reprodução social, ainda que os/as agricultore/as tivessem que reunir elementos do processo de modernização às suas práticas tradicionais, as suas condições socioculturais e as diferentes formas de conhecimento não puderam ser enquadradas pela perspectiva global de produção.

Há que se considerar também a concentração da renda per capita do país nas regiões Sudeste e Sul. Leff (1972) e Oliveira (2008) analisam as desigualdades regionais no panorama industrial, tendo como retrospecto a própria distribuição geográfica das exportações brasileiras no século XIX. Desde então, pôde-se perceber um crescimento econômico processado de forma desordenada e concentrada entre as regiões, com desvantagens para as regiões Norte e Nordeste que acabaram assumindo os efeitos regressivos da expansão das demais metrópoles, um deles, no caso do Nordeste, foram os processos migratórios.

Nessa condição, as pesquisas que foram desenvolvidas na década de 1970 e 1980, que já privilegiavam os significados das migrações como reproduções sociais questionavam o seu caráter definitivo em muitos casos, considerando que pela inviabilidade de subsistência, ocasionada pela situação econômica provocada no lugar de origem dos indivíduos, a migração de alguns membros da família teria se constituído

---

<sup>4</sup> Segundo Martine (1991), é preciso recordar que a definição daquilo que constitui "grande", "pequena" ou "média" propriedade pode variar muito de acordo com os contextos históricos, espaciais e temporais, e as condições tecnológicas prevalentes. Texto anterior à Lei da Agricultura Familiar de 2006.

como medida para a continuidade da identidade camponesa e da moradia de quem permanecia no espaço rural (MENEZES, 2012).

É inegável, além das questões já apresentadas para a migração da força de trabalho do campo para as cidades, que outro fator tem contribuído para retirar a população rural do seu espaço. Os conflitos relacionados à terra têm gerado a expropriação dos agricultores/as seja direta ou indiretamente pela pressão na venda de suas terras ou mesmo por meio de grilagem<sup>5</sup> e violência, em razão do modelo de desenvolvimento que vem se fortalecendo nas raízes de um dos maiores problemas do país, a concentração fundiária. O surgimento de uma política fundiária no Brasil só veio ocorrer na mesma conjuntura que a modernização conservadora do período militar, com a finalidade de conter a insatisfação popular que se organizava. Particularmente no meio rural, verificava-se o crescimento importante de organizações rurais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais - Contag (1963) e o ressurgimento das ligas camponesas em 1954, que foram colocadas na ilegalidade em 1964 (FERREIRA et al, 2009). Considerando as tensões desde o início delineadas, a condução do processo de modernização e o conseqüente aprofundamento da concentração da propriedade da terra continuaram a ocorrer entre velhos e novos conflitos agrários que mantêm a demanda pela reforma agrária.

Sabourin (2008) reforça que a história da reforma agrária no Brasil se compara às discussões sobre o projeto de sociedade, o desenvolvimento rural, bem como o lugar da agricultura na sociedade. A ideia original da Reforma Agrária proposta pelo Estatuto da Terra, de que seria uma política de distribuição de terra para atenuar a concentração fundiária, se limitou ao debate em torno de modalidades entre o acesso à terra por redistribuição, criação de assentamentos, bem como o acesso à terra por meio do mercado, apoiado pelo crédito fundiário e a assistência técnica.

Não obstante, do que se colocou em prática, considera-se que a reforma agrária tem sido uma política social que se destina a atenuar o êxodo rural, sendo um instrumento de luta contra as condições de desenraizamento. A luta pela terra se materializa como “um processo social de reforço de vínculos locais e de relações de pertencimento a um determinado lugar, se constituindo em um processo de reterritorialização”. É a expressão

---

<sup>5</sup> Grilagem - obtenção da posse de terras por meio de documentos falsos (definição do Dicionário Aurélio)

de manter e reconquistar o espaço que é o lugar para o trabalho, a moradia, a prática da cidadania e a garantia dos meios para se viver (SAUER, 2010, p. 41).

Nesse sentido, é importante resgatar o entendimento sobre territorialidade. O território é o substrato material de qualquer projeto de desenvolvimento. Sempre será espaço de disputa, de um lado, para o aumento da concentração fundiária (como meio de viabilizar a expansão do modelo de desenvolvimento econômico) e, por outro lado, para que possa ser usado nos processos de ocupação e afirmação territorial por diferentes grupos que revelam a multiplicidade de expressões socioculturais existentes no espaço em contestação (LITTLE, 2002). O conceito de território é central para a implantação de políticas públicas, uma das razões que explica os constantes conflitos para o domínio dos espaços territoriais pelas classes sociais.

O território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e políticas privadas, nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas pelas transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades. Neste contexto, tanto o conceito de território, quanto os territórios, passam a ser disputados (Fernandes, 2008, p. 200).

Devido ao desenvolvimento do capital industrial, a conduta territorial manifestou-se como instrumento de defesa do território, em resposta às pressões do governo e de grupos dominantes ao transformar ou impor outras formas territoriais sem considerar as diversas categorias sociais. Nessa direção Fernandes (2008) aponta a importância em se conceber outras definições de território, que dão o seu significado como espaço de vida e que vão além das classificações e instâncias estabelecidas como forma de administrar os espaços.

O território, compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados. O território compreendido pela diferencialidade pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais (FERNANDES, 2008, p.200).

Estes conceitos colocam o espaço rural como uma questão nacional e global, considerando que a organização do espaço geográfico se dá pela concretude do uso da terra. Assim, na tentativa de manter o controle hegemônico do território, “supervalorizou-se a imagem do novo, do técnico, do moderno, do empresarial, colocando tudo que representava um obstáculo ao "moderno" como algo que devia ser rejeitado, desprezado

ou atacado” (MARTINE, 1991, p.34). Quando a imagem da modernização começou a se configurar por ela mesma, logo foram omitidas quaisquer referências negativas. Para o domínio do território, evitou-se fazer menção as categorias de "latifundiários" e "fazendeiros", assim como os conceitos de "estrutura fundiária, "interesse social" e "sem-terra". Se ocultou as enormes diferenças entre a qualidade (fertilidade) e a dimensão da propriedade da terra, assim como os fatores à disposição (mão de obra e tecnificação) nas atividades produtivas (MARTINE,1991). Comportamentos variados foram e são identificados entre os indivíduos e a coletividade diante das significativas transformações socioeconômicas, que se traduzem em resistência, em processos de acomodação, apropriação, consentimento, influência mútua e mistura entre todas as partes envolvidas, (LITTLE, 2002) e não apenas como um processo de conformação dos grupos atingidos.

Apesar desse conflito exposto, o intercâmbio entre universos simbólicos distintos, entre o tradicional representado pelo campo e o moderno representado pela cidade, evidencia que a dicotomia antes estabelecida entre os dois espaços sofreu a aproximação irreversível com o processo de modernização. Conforme Lacey (2008), isso significou para as unidades de produção familiar a absorção de conhecimento para o uso de tecnologias apropriadas que não dispensou o conhecimento tradicional, mas acompanhou os agricultores/as no desenvolvimento de práticas sociais, tecnológicas e econômicas que seriam mais próximas de suas concepções sobre a gestão produtiva, na busca por melhoria da produção e das suas condições de vida. O fato é que “a industrialização do processo produtivo, em muitas culturas, não conseguiu eliminar a importância do saber camponês e do acompanhamento diário da produção” (MARTINE, 1991, p.22).

A agregação de saberes ao trabalho e à produção passou a fazer parte da vida das gerações jovens que continuam no campo. O sentido do trabalho na unidade produtiva se configurou ao cenário do desenvolvimento ganhando uma significação diferente, posto que a produção além de ser uma forma de subsistência, tem representado um caminho para se ter um novo jeito de viver. A juventude se torna mais suscetível a adotar técnicas que aprimorem a capacidade produtiva em razão da construção dos seus projetos de vida, mas o poder de decisão concentrado nas mãos da família sobre a renda, sobre o quê e como se produzir também tem sido um fator que dificulta a concretização de novas práticas que sirvam para gerar maior autonomia. Essas vontades e anseios para permanecer no lugar de origem possibilitaram o florescimento e a contínua organização da categoria como grupo político (CASTRO, 2009).

Desde o cenário da redemocratização, nos anos de 1980, o renascimento de forças sociais foi crucial para lidar com os novos alinhamentos do desenvolvimento econômico. Na década de 1990 a arena política passou a ter demarcações mais explícitas em torno de atores e de projetos políticos distintos. De um lado, o projeto neoliberal, ajustado à globalização e ao agronegócio e, de outro, o projeto democratizante, direcionado para a reforma agrária e a agricultura de base familiar.

Para Delgado (2010), independentemente de um ambiente democrático, o cenário de transformações econômicas e sociais, tendo em vista o conteúdo e o significado prevalentes acerca do conceito de rural e de desenvolvimento rural, trouxe a emergência de diferentes mobilizações nacionais, sindicalismo e redescobrimto dos espaços locais pelos grupos sociais excluídos. A população do campo passou a estar representada por diversos grupos que demandavam novas pautas como reivindicação.

Dessa forma, as pressões políticas resultaram no reconhecimento da agricultura familiar no Brasil. A categoria social corresponde a formas de organização produtiva em que a família detém os meios de produção, bem como é executora das atividades produtivas<sup>6</sup>. Este grupo veio a substituir a categoria “pequenos produtores” em função do maior peso sindical que se constituiu em torno desse grupo; bem como pela gradativa decepção com a modernização agrícola e pelo debate sobre a permanência, definição e relevância socioeconômica da agricultura familiar para um desenvolvimento rural mais sustentável, de valorização de novas formas de produção, escolhas técnicas, comercialização, preços, meio ambiente, entre outros fatores afetados pelo projeto de desenvolvimento em andamento (DELGADO, 2010). Tal definição conceitual, ao ganhar força no campo acadêmico e no campo das negociações em torno das ações do governo, passou a disputar a arena das políticas públicas que tem sido direcionada tanto à agricultura patronal como para a agricultura familiar.

Todavia, com as categorias sociais estabelecidas no campo político, novas formas de disputas continuam a ser criadas para que haja o aumento dos espaços físicos para a produção baseada no agronegócio. As ameaças sociais, políticas, econômicas e individuais tendem a escapar do domínio de leis ligadas ao contexto macro/global para o controle e proteção de leis e regras de uma determinada sociedade capitalista industrial na defesa e legitimação de certas práticas. É o caso da crescente incerteza gerada pelo

---

<sup>6</sup> Ver a Definição do Dicionário de Educação do Campo, o qual o conceito de agricultura familiar ganha múltiplas conotações.

consumo de produtos transgênicos e pelo uso excessivo de agrotóxicos, revelando que, apesar dos riscos já alertados e da resistência de países europeus em consumir produtos dessa ordem, o Brasil continua a produção comercial seguindo essa orientação como um projeto político do agronegócio (SAUER, 2010), que retira direitos das populações rurais e afetam seu bem-estar social.

Delgado (2010) aponta que, nesse caminho de reconhecimento e incorporação de novos atores em torno de um modelo alternativo de desenvolvimento rural, houve um revigoramento das economias de pequenas localidades brasileiras, muitas delas rurais, causando efeitos positivos territoriais e microterritoriais, tendo sido o consumo doméstico direcionado aos consumidores situados na base da pirâmide social, como no caso do Nordeste. A propósito, a região Nordeste tem apresentado especificidades que, no modelo de desenvolvimento econômico, serviram para explicar as altas taxas de migração da sua população.

Historicamente, as desigualdades regionais já vinham sendo desencadeadas, dando ao Nordeste um lugar marginalizado na economia. Com a modernização da agricultura as fragilidades sociais foram acentuadas, movimentando a saída das pessoas desse território, que tem sido marcado por perder população rural para outras regiões do país. Contudo, ainda hoje é no Nordeste onde se concentra a maior parte da população rural brasileira, em torno de 47% (IBGE). Assim, a região um espaço relevante para verificar como as transformações temporais socioeconômicas têm influído na dinâmica demográfica da população jovem, mas precisamente da que permanece no espaço rural.

## 1.2 DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS NO NORDESTE

A base econômica herdada do período colonial deixou fortes traços em certas estruturas socioeconômicas da região Nordeste. Na fase inicial do Brasil Colônia, o Nordeste alcançou sucesso econômico, mas com o passar do tempo se tornou parte do circuito periférico da economia capitalista (NETO, 1997). Essa condição trouxe como efeito desfavorável à população nordestina a precarização das condições de vida, posicionando a região como manancial de mão de obra migrante.

A inversão na história nordestina pode ser entendida pela história da cana de açúcar na região, sobretudo durante o período identificado como sendo o da consolidação do Complexo Econômico Nordestino. Segundo Freyre (2013 [1937]), o declínio

econômico da cana no século XIX esteve associado às relações estabelecidas pelo colono português com o território, a monocultura e o trabalho escravo. O exclusivismo dado à cana como produto econômico não encontrou defesa diante do domínio imperial das outras regiões produtoras de açúcar com maior industrialização.

A usina que se instalou tão imperialmente na paisagem do Nordeste desde os fins do século XIX veio corresponder a uma fase nova de concorrência com outras regiões produtoras de açúcar, mais industrializadas. Era inevitável: ou a usina ou o fracasso da indústria regional de açúcar. Mas essa maior centralização da produção industrial não encontrou aqui, nos restos de patriarcalismo escravocrático – particularista em extremo –, tradições de solidariedade que permitissem à lavoura defender-se do domínio imperial das novas fábricas. Estas foram, em geral, centralizando-se sob um individualismo duro e seco. Bem diverso do da época patriarcal. Firmas comerciais das cidades começaram a explorar a terra de longe e quase com nojo da cana, do massapê, do trabalhador, dos rios, dos animais agrários. Desapareceu todo o lirismo – que, aliás, nunca fora grande nem profundo – entre o dono das terras e a terra; entre o dono das canas e o canavial; entre o dono de homens e o trabalhador; entre o dono das águas e a água; entre o dono dos animais e o animal, mesmo agrário, para não falar no do mato; entre o dono das matas e a mata (FREYRE, 2013 [1937] p.177).

Logo, as exportações de açúcar, assim como do algodão, começaram a perder espaço econômico no comércio e desenvolvimento brasileiro no século XIX. Leff (1972) também destaca como fatores das desigualdades regionais no processo de desenvolvimento capitalista do país:

- a preferência dos europeus por importações de seus próprios impérios (demanda), respeitando suas políticas coloniais;
- as condições de oferta, que foram afetadas pela carência de mão de obra e os altos custos de deslocamento interno da produção e;
- as condições socioculturais e o comportamento não adaptativo da sociedade escravista.

Porém, Leff (1972) aponta que essas compreensões sofrem limitações e apresentam lacunas que não abarcam o cerne do fenômeno ocorrido. A primeira por não conseguir explicar as diferenças nas taxas de crescimento das exportações por produto; a segunda por sugerir que a produção foi afetada pela descontinuidade da importação de escravos, mas o declínio já ocorria bem antes dessa medida ser tomada. Além disso, mesmo com a implementação de ferrovias, não houve o aumento da produção nas

exportações, e a terceira visão ao considerar o atraso cultural dos plantadores no uso de tecnologias, sem levar em conta que os preços recebidos pelos produtores brasileiros eram afetados pela taxa de câmbio, usada para converter os preços para a moeda nacional.

A explicação mais plausível para Leff (1972) estaria no fato da região Sudeste ter apresentado vantagens nas atividades exportadoras, nas quais as diferentes taxas de lucratividade favoreceram a produção do café, em prejuízo do açúcar e do algodão. Além disso, é importante ressaltar que, em grande parte do Nordeste, outro fenômeno desencadeava ações emergenciais do governo: as secas. O crescimento populacional, somado às atividades econômicas desenvolvidas na região serviu para agravar os efeitos da seca, com perda de escravos, lavouras e rebanhos, sem que as medidas de governo pudessem fazer muita coisa (GOMES, 2001).

Dessa forma, o dinamismo das exportações do café nos mercados internacionais teria despontado e provocado o crescimento das desigualdades entre as regiões. Evidência dessa mudança é fornecida pelo fato de que, durante o século XIX, os cafeicultores do Sudeste passaram a comprar boa parte da mão de obra escrava do Nordeste para investir na expansão das lavouras (OLIVEIRA, 2009; LEFF, 1972).

A valorização da produção voltada para a região Sudeste em detrimento da região Nordeste mostrou que não havia integração econômica entre as regiões, mas uma concorrência marcada por condições desiguais no mercado internacional que culminariam em uma posição de subordinação da região nordestina na conjuntura socioeconômica brasileira. Não obstante, os produtores nordestinos tiveram que passar do isolamento para a articulação comercial com a economia emergente do complexo cafeeiro, na qual passara a colocar parte de seus excedentes, antes voltados para os mercados internacionais (NETO, 1997, p.43).

Mas essa medida não se mostrou suficiente, pois a competição de produtos nos mercados inter-regionais também fez com que o Nordeste perdesse força econômica no seu próprio espaço para os produtos do Sudeste. Dada a dinâmica econômica entre essas regiões era de se esperar que a integração não fosse tornar homogêneas as estruturas produtivas desses territórios (NETO, 1997; BACELAR, 1997).

Segundo Araujo et al (1997), esse período de integração regional pode ser entendido como fundamental para as mudanças do mercado de trabalho nordestino. A partir da década de 1930, com a intervenção cada vez mais presente do Estado na economia, os interesses industriais do Sudeste foram favorecidos, principalmente no estado de São Paulo, fase em que o Nordeste ainda apresentava uma indústria leve (industrialização restringida), sem alterações substanciais na estrutura produtiva e nos principais postos de trabalho (NETO, 1997; ARAÚJO et al, 1997).

O processo de industrialização “pesada” começaria somente na segunda metade da década de 1950, com transformações significativas sobre a região Nordeste *a posteriori*. Empresas do porte da Eletrobrás e da Vale do Rio Doce teriam incentivos fiscais, crédito público e privado, estimulando projeto de empresas locais, nacionais e multinacionais em atividades industriais. A criação da Sudene contribuiria para a realização de estudos e pesquisas no encaminhamento de políticas de incentivo à apropriação dos recursos naturais e à adoção de infraestrutura, que introduziram novas dinâmicas de trabalho, com redução de mão de obra em alguns subsetores e em outros o maior emprego dela, devido aos investimentos industriais antes não existentes (BACELAR, 1997; ARAÚJO et al, 1997).

A combinação da dimensão política com a econômica constitui a centralidade da análise da juventude no desenvolvimento, notadamente, em relação às mulheres. Entender a exclusão econômica das mulheres é visualizar que dentro de um processo de desigualdade regional e produtiva, as instituições, tais como, o Estado e a família, mantêm a subordinação feminina ao estabelecer laços entre si que formam uma barreira de entrada delas no desenvolvimento de forma igualitária (BUTTO et al, 2014).

A concentração fundiária, com a articulação entre domínio territorial e poder político, a presença marcante da monocultura e a degradação do trabalho (com jornadas exaustivas e baixa remuneração) persistiu em caracterizar a história social e econômica do Nordeste tanto quanto o fenômeno das secas. Dentro do trabalho familiar, o roçado como responsável pelo consumo familiar passou a ser uma atividade em oposição às atividades desempenhadas no espaço doméstico. Essa desqualificação trazia uma conotação de inferioridade e segregação social, cultural e econômica, sugerindo que, de certa forma, as mulheres agricultoras não possuíam condições de realizar trabalho produtivo (TEDESCHI, 2009, p. 59). De acordo com o contexto destacado, o aprofundamento das desigualdades de gênero na região Nordeste, ao se somar ao baixo

desenvolvimento social, trouxe entre os fatores comumente ligados à migração populacional, as elevadas taxas de natalidade, a pobreza e a procura por melhores condições de trabalho, moradia e sobrevivência (RIGOTTI, 2014).

Bacelar (1997) aponta que, enquanto em algumas áreas do território foram desenvolvidas atividades modernas, em outras a modernização continuou restrita, de modo que as transformações na agricultura nordestina foram acompanhadas de problemas e desafios para a viabilização econômica da pequena produção, envolvendo questões políticas, sociais, ambientais, tecnológicas e econômicas (CASTRO, 2012). É importante considerar, sobretudo, que a fase de desconcentração espacial das atividades produtivas no país na tentativa de reverter uma tendência histórica de concentração econômica, logrou entre as décadas de 60 e 80 uma confluência de reconcentrações das plantas produtivas (NETO, 2006), que tonificou a heterogeneidade de regiões e macrorregiões do país ao não gerarem dinamismo à economia como um todo. Ainda assim, a agricultura praticada na região nordestina tem sido bem diversificada, seja com relação ao que se cultiva, seja com relação a aspectos de tecnologia empregada. Apesar do trajeto histórico da cana de açúcar nessa região, esta commodity continua como principal produto agrícola cultivado, acompanhado do algodão, soja, milho, tabaco, caju, uva, manga, melão e outros frutos voltados para consumo interno e para a exportação (CASTRO, 2012).

Conforme Furtado (1998), o que fragilizou a condição social do Nordeste foi a dependência direta da população rural em relação à agricultura - e, não apenas associando ao problema da seca, mas à desigualdade da estrutura agrária e às condições de trabalho. Segundo Castro (2012) ainda é preciso melhorar o uso dos recursos naturais, na adoção de boas práticas de utilização, assim como aproveitar a capacidade de trabalho da população rural nordestina, já que quase metade das pessoas ocupadas em atividades agrícolas no Brasil está no Nordeste.

Para Abramovay (2002), as estratégias de articulação territorial acabam se restringindo a formas produtivas degradantes, que “fortificam um dinamismo agropecuário dos cerrados”, aumenta a compra de terras a baixo custo e a mão de obra barata. A integração produtiva do Nordeste ao restante da economia nacional “criou e consolidou os pólos, os complexos e as áreas dinâmicas que coexistem com grandes sub-regiões estagnadas como o Semiárido e a Zona da Mata” (NETO, 1997, p.48).

Volta-se ao tema da migração que tem sido vista como mais intensa no Nordeste. Para a população, em especial para a/o jovem, torna-se difícil estar inserido no sistema econômico, sem se submeter a condições irregulares de trabalho. A região tem crescido economicamente, mas é preciso voltar o olhar para o social, antever as adversidades, criar alternativas de emprego para as áreas subutilizadas para melhorar a condição de subsistência da população (FURTADO, 1998). Corroborando nessa direção, Araújo et al (1997) aponta que a “ausência de um planejamento que ajude a florescer outros pólos alternativos de crescimento, que possibilitem reter a população em seus lugares de origem, tem conseqüências óbvias que se desenvolvem no fluxo intenso de migração inter/intra-regional.

A concentração e o direcionamento do grande capital nas áreas em que o dinamismo econômico foi provocado têm marginalizado a agricultura familiar como setor produtivo e afetado gerações de produtores rurais pobres (CASTRO, 2012). Presume-se que essa marginalização ocorre tanto nas áreas que são focos de competitividade e de dinamismo como nas áreas de exclusão, com oscilações quanto a sua intensidade. Essa realidade trouxe para a juventude, que reside no campo (e não só nele), a instabilidade em garantir uma ocupação permanente.

A migração que em sua maioria aparece como sinal de desvinculação ao espaço de origem tem sido realizada como um processo temporário e as atividades agrícolas e não agrícolas permitem que os/as jovens busquem a cidade ou outras áreas rurais, mas sem perder o contato com a unidade familiar. Para Batista (2016), sair temporariamente se tornou uma forma de garantir o próprio sustento e o da família, já que as dificuldades de acesso à terra, a falta de recursos para investimentos e outros condicionantes dificultam a permanência contínua, assim os fluxos sazonais representam um movimento de sair para permanecer e garantir que outros membros da família possam ficar.

No momento atual, para Araújo et al (1997) e Neto (1997) o enfrentamento desses processos está na capacidade política dos governos em estabelecer e retomar políticas de desenvolvimento em diferentes níveis, que possam explorar o grande potencial da região em favor das populações rurais locais. Segundo Fusco e Ojima (2015) dado o cenário heterogêneo da sua economia, o Nordeste também tem apresentado contextos sociais diversos, com o arrefecimento dos movimentos migratórios de longa distância, e mesmo outros tipos de mobilidade nos seus aspectos de seleção e qualificação, nesse aspecto, adentrando o processo da permanência. Consideravelmente, esses movimentos de saída,

retorno e permanência é de fundamental relevância para processar as ações das políticas sociais e o próprio desenvolvimento regional.

### 1.3 MIGRAÇÃO E PERMANÊNCIA

A realidade do meio rural abre a discussão para dois projetos de vida: migrar e permanecer. Mesmo que esse contexto não seja um caso específico das populações rurais, mas também das populações urbanas, cabe destacar, para efeitos desta dissertação, o olhar para a juventude do campo, redimensionando as abordagens para a região Nordeste e para as mulheres jovens dessa região.

Ao verificar o quadro de pesquisas sobre a juventude rural, não raro, toma-se o conhecimento da migração como decisão mais recorrente das jovens. Para Silva (2013), é habitual a ideia de uma categoria que já tem um destino traçado, em razão de que se sobressai as dificuldades e as objeções da reprodução do trabalho agrícola, as tensões de gênero nos padrões sucessórios de herança, a falta de oportunidades econômicas e uma série de condicionantes que ganham um reforço negativo para o campo. Porém, ao investigar o rural sob outra perspectiva, há um cenário pouco explorado nas pesquisas: as jovens que permanecem nos seus espaços de origem. Assim, primeiro cabe conhecer a face mais comum como sendo a realidade da jovem do campo: a migração.

Conforme Brito (2009), as principais abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório são fruto do cenário de expansão socioeconômica do capitalismo no Brasil. O modelo de desenvolvimento serviu para compreender os movimentos migratórios do ponto de vista econômico, no qual o fluxo de pessoas transicionava entre o “necessário” e o “excedente” na lógica do mercado, revelando uma imediata atração pela cidade e pelo mercado de trabalho (BAENINGER, 2012). Em vista disso, as correntes teóricas estiveram baseadas principalmente na perspectiva neoclássica-funcionalista e na perspectiva histórica-estruturalista.

No horizonte neoclássico-funcionalista, seguindo a teoria do processo de modernização, os fluxos migratórios surgiram como demanda da distribuição do capital. Os custos e benefícios tenderiam a ser avaliados pelos indivíduos para que houvesse ou não a mobilidade. Sendo assim, em busca de oportunidades econômicas com melhores níveis salariais, os indivíduos eram levados a refletir sobre o aumento do seu bem estar e,

por isso, partiam em busca da concretização de melhores condições de vida em outra região (SANTOS et al, 2010).

Considerando os determinantes apontados pelas teorias neoclássicas para que houvesse os fluxos populacionais do espaço rural para a cidade, verifica-se que eles “não permitem que muitas particularidades sejam apreendidas nos contextos migratórios, pois não adentram os elementos que não derivam dos contextos das dinâmicas do capital” (BRUMES, 2011, p.126). Nesse sentido, sob o olhar econômico seriam realçadas as liberdades individuais, os diferenciais de renda, a estratégia familiar e o tipo de ocupação econômica como elementos fundamentais na tomada de decisão. Estes motivos são apontados por Arango (2003), Brito (2009), Walteros e Alberto (2010), Santos et al (2010) e Oliveira (2011) como parte das discussões que envolvem o estudo das migrações, mas que não são suficientes para explicar o fenômeno e as suas dinâmicas atuais devido a diversidade de fatores que interferem no seu acontecimento.

Na tentativa de complementar as lacunas da primeira abordagem, a interpretação histórico-estruturalista buscou os fatores explicativos para compreender o cenário das migrações. Esta teoria tem por arcabouço as considerações marxistas sobre a dependência que o capitalismo provoca e as relações desequilibradas e assimétricas que são geradas entre os países industrializados e os países classificados como periferias agrícolas, um vínculo que tende a atingir significativamente as populações desses últimos países (ARANGO, 2003).

Por conseqüência dessas relações, os países em desenvolvimento passaram a ter regiões ou setores econômicos considerados estagnados, arcaicos ou tradicionais e regiões modernas e/ou setores em processo de avanço econômico, como já apontado na seção anterior, o que explicaria os fatores de expulsão e de atração das populações, resultando nas demais condições sociais, culturais e subjetivas tanto no lugar de residência, como no que se referia ao lugar de destino. No caso brasileiro, tais condições reforçaram o caráter permanente das migrações rurais-urbanas e das migrações entre as regiões Nordeste e Sudeste (SANTOS et al, 2010, MENEZES, 2012).

Segundo Fusco e Ojima (2015), ao tratar da região Nordeste, a seca aparece como componente central entre os fatores de expulsão da população ao longo da história nordestina, ainda mais por estar remetida à pobreza e a fome, ocasionada pela debilidade da produção agrícola. Esse é um fenômeno que não abrange todo o território, inclusive,

ainda faltam recortes diversos que tratem das migrações nesse território pelas suas características endógenas. Além da seca, um fator predominante para explicar o contínuo fluxo migratório no rural da região tem sido as desiguais relações de trabalho, traçadas por questões de gênero.

Historicamente são as mulheres, sobretudo as jovens, que mais abandonam o campo por falta de oportunidade ou pela recusa em assumir os mesmos papéis desempenhados por suas mães e avós na unidade de produção familiar (FERRARI et al, 2004). Esses papéis se referem a cuidar da casa, da prole, do marido, sem ter o reconhecimento social e financeiro do trabalho realizado. Nessa ótica, o agricultor, na qualidade de pai de família, reconhece nele a responsabilidade de sustentar a casa, encarando a produção na roça como um trabalho dele, sendo as funções desempenhadas pelos filhos e filhas, assim como as da esposa, consideradas apenas uma ajuda (TEDESCHI, 2009).

Em razão disso, uma consequência do fenômeno da migração por diferencial de sexo passou a ser vista pela predominância do sexo masculino no rural, levando à crescente masculinização do meio rural brasileiro (CAMARANO, ABRAMOVAY, 1999). Ao considerar os arranjos familiares, com a exclusão das mulheres no processo de sucessão da terra, porque ‘‘não trabalhavam na produção’’, o esvaziamento feminino no campo passou a ser entendido como lógica natural. À medida que não havia terra para todos os filhos, as mulheres quando não engajadas nas estratégias matrimoniais para o trabalho na terra com o marido, teriam de buscar alternativas fora da unidade de produção familiar.

Nesse sentido, dado o estreito espaço de possibilidades no meio rural, e a pouca probabilidade de alcançar a autonomia por meio da gerência das atividades produtivas, em razão da divisão sexual do trabalho, a alternativa que se disseminou como viável à jovem rural foi buscar maiores níveis de escolaridade. Consequentemente, sair para os centros urbanos à procura de emprego, aproveitando a expansão do setor de serviços tanto em empresas como em residências para o emprego doméstico (FERREIRA; ALVES, 2009).

A migração passou a estar relacionada com os diferentes estágios do ciclo vital, sobretudo à juventude. Assim ao migrar, elas estariam deixando de realizar alguns dos papéis assumidos por elas em certas etapas da vida, afetando os arranjos familiares e

socioculturais dos seus espaços de origem, inclusive a desaceleração no ritmo de crescimento populacional com a queda nas taxas de fecundidade. Nesse sentido, podem ser observadas dinâmicas que vão além das estabelecidas pelo capital, mas que se desenvolvem pela mediação e convívio sócio-espacial, ou seja, fatores econômicos que são integrados aos aspectos sociais e culturais (BRUMES, 2011; CHAVES, 2012).

Todavia, conforme Camarano e Abramovay (1999), o predomínio jovem e feminino no êxodo rural não pode ser simplesmente visto como um fator inexorável. Houve mudanças importantes em relação ao número de filhos que disputam a terra, alterando a visão que os jovens têm sobre as atividades agrícolas, as relações sociais e nas condições estruturais expostas para ambos os sexos (BRUMER, 2007), criando percepções que favorecem a permanência, sobretudo das jovens.

Segundo Lima et al (2013), entre os fatores de influência para a permanência no rural está o acesso a recursos financeiros, obtidos por renda familiar de diversas origens; acesso à educação/ formação adequada às necessidades e características do trabalho no meio rural; valorização nos modos de vida no campo, consistindo no valor atribuído tanto pela família como pelos próprios jovens; disponibilidade de serviços de luz elétrica, água, transporte, telefone, lazer e internet, entre outros fatores à disposição dos jovens rurais, bem como outras condições que possam oferecer possibilidade de sucesso na produção agrícola e no acesso à terra.

Para Oliveira et al (2011), têm sido nítidas as reduções nos deslocamentos entre as regiões, sendo algumas mais notáveis, como as migrações Nordeste-Norte e Sudeste-Nordeste. Dessa forma, o Nordeste continua perdendo população, mas em proporções bem menores que no passado. Uma nova percepção se apresenta também nas migrações intra-regionais, vista pelo aumento das participações relativas das migrações de retorno, destacando-se, no período de 1999 a 2004, os estados do Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia. Essa tendência pode ser um indicativo das melhorias nas condições que proporcionam a permanência da população no Nordeste (FUSCO; OJIMA, 2015).

Mesmo que não seja possível permanecer continuamente no rural, muitas migrações que se configuram como temporárias têm significado um forte elemento na definição e estruturação da base familiar que vive no campo. A mobilidade, o ir e vir entre as regiões Nordeste e Sudeste, entre o trabalho agrícola e urbano, no decorrer das

décadas, tem feito parte das estratégias de reprodução social da família no campo (MENEZES, 2012; BATISTA, 2016).

Com as mudanças nos contextos migratórios da região Nordeste, Oliveira et al (2011) apontam a necessidade em analisar os fatores que têm levado à permanência nos seus lugares de origem. A inserção no modo de vida urbano traz análises que seguem o olhar capitalista e não revelam as dificuldades para se estabelecer em outros espaços (BRUMES, 2011). Muitas vezes, as pessoas que migram vivem más experiências e acabam retornando, a partir de então, as comunidades rurais passam a ter relatos negativos sobre a vida na cidade, diminuindo as expectativas de quem pensava em sair.

Para Baeninger (2012), existe a produção ativa dos lugares, ao ressaltar as suas qualidades especiais, geram vantagens que influem nas direções, significados e permanências dos indivíduos. Nesse sentido, Carneiro (1998, p.113) contribui para dizer que o cenário de maior violência e de desemprego, além do alto custo de vida nas cidades, têm feito com que os jovens do campo já não se sintam tão atraídos pelo espaço urbano como antes. Assim, para assegurar uma melhor qualidade de vida, “percebem novos caminhos para permanecer no rural, visto que o estreitamento dos laços com a cidade, favorecido pelos meios de comunicação, abrem novas alternativas de trabalho no campo”.

Singer (1985), ao realizar sua crítica ao papel da urbanização no processo de desenvolvimento capitalista, ressaltando os problemas que culminaram nos centros urbanos transformados em espaços de lotação de força reserva de trabalho, corrobora com a ideia de que a permanência no campo passou a se configurar, em sua maioria, como melhor escolha para o/a jovem rural, visto que sair desse espaço para o cenário urbano, sem a mínima estrutura financeira, tem significado engrossar a massa de indivíduos que vivem em habitações conhecidas como cortiços e favelas, compartilhando de insuficiências de serviços básicos urbanos. Nessa perspectiva, Sauer (2010, p.25) considera que:

O deslocamento forçado de milhões de pessoas do campo para as cidades gerou um crescimento artificial dos grandes centros urbanos, praticamente inviabilizando qualquer possibilidade de fornecimento de serviços básicos como infraestrutura (asfalto, energia elétrica, sistema de esgoto etc.), saúde, educação etc. Um dos resultados é a condição sub-humana de existência nas periferias urbanas, contradizendo inclusive a lógica de que o êxodo rural deveria libertar as pessoas das amarras comunitárias.

Além disso, segundo a Pesquisa Migração Interna no Brasil<sup>7</sup>(IPEA, 2010), os migrantes apresentam uma maior taxa de desemprego em relação aos não migrantes, o que evidencia que o residente tem uma maior chance de ter sucesso na sua procura por emprego. As grandes metrópoles passaram a ser, para os migrantes que chegam, ou para aqueles que dentro dela se movem, acima de tudo, uma arriscada busca da sobrevivência, com uma grande possibilidade de insucesso (BRITO, 2009, p.17). Considerando isso, mesmo que haja a migração, o seu caráter permanente tem perdido espaço para as migrações temporárias.

Nessa direção, ressalta-se a permanência das jovens mulheres no rural nordestino diante da migração sazonal masculina. No contexto paraibano, segundo Silva e Menezes (2010), como parte da estratégia familiar, o assalariamento temporário do homem condiciona a permanência das mulheres que ficam e assumem o controle da propriedade e aguardam o retorno de seus maridos, filhos, pais e irmãos. Batista (2016, p.111) confirma esse tipo de negociação intrafamiliar ao dizer que:

Se por um lado, a migração dos trabalhadores é motivada pelo assalariamento que garante os recursos para a reprodução social das famílias, por outro, essa saída é possível devido à permanência das mulheres e dos filhos na propriedade e na localidade de origem, condição para a continuidade da família na agricultura.

Esse tipo de migração masculina favorece as redefinições dos espaços representados pela esfera pública e a esfera privada, que mesmo supondo mais trabalho diário para as mulheres (SILVA et al, 2010). Permite que elas assumam a posição de gerenciamento da unidade produtiva familiar, de modo que possam vislumbrar mudanças nas relações sociais de trabalho, que afetam a autonomia feminina no campo. Além disso, estas situações ajudam a desmitificar que o trabalho desenvolvido na agricultura pertence somente ao mundo masculino, considerando que a presença das mulheres na produção garante a sua continuidade, uma vez que a migração sazonal masculina tem se tornado possível devido a permanência delas na execução dos trabalhos realizados no espaço de moradia.

---

<sup>7</sup> Comunicado de antecipação de estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada –IPEA.

Outro fator apontado por Silva (2013), como favorável à permanência, tem sido a ressignificação da vida no campo. Os/as jovens passam a ser percebidos/as para além do trabalho com a agricultura, visto que nem todos os membros da família optam pelo mesmo caminho. Para Ferreira e Alves (2009, p. 248), “entre as transformações pelas quais passa o meio rural, as relacionadas com a evolução da ocupação não agrícola possuem significado importante: nem todos os jovens rurais são agricultores/as”.

Para Batista (2016), quando os processos sociais, econômicos e até mesmo culturais passam a ser reconfigurados com a atuação do poder público, por meio das políticas públicas, possibilitando alguma mudança nas dinâmicas locais, fortifica as expectativas em ficar, já que os principais indicativos de saída dos/as jovens no campo se resumem a falta de oportunidades nos espaços de origem.

## 2 JUVENTUDE: UMA CATEGORIA EM CONSTANTE ANÁLISE

No processo de reconhecimento de um futuro no espaço rural, dada pela ampliação do que se entende por ruralidade<sup>8</sup>, a juventude tem ganhado protagonismo na representação das novas relações que se estabelecem entre o campo e a cidade. Todavia, seja qual for o espaço ao qual pertençam, os/as jovens lidam com as questões sociais comumente associadas a sua fase de vida.

Ainda hoje ter uma definição consolidada sobre geração nas correntes teóricas parece ser improvável. Assim como outros conceitos, a categoria juventude, ao longo do tempo, tem sofrido disputas sobre o seu lugar no campo das relações humanas. O que se pode dizer é que existem conceituações acordadas num determinado período histórico para dirimir as situações relacionadas à juventude.

Estas conceituações caminham entre a transitoriedade da infância para a vida adulta, constituindo-se em explicações quantitativas ou qualitativas, vistas, inicialmente, sob o enfoque positivista e o enfoque histórico-romântica. A primeira perspectiva conduziu a reflexão para o campo do progresso biológico, uma sucessão geracional evolucionista. A segunda compareceu para ressaltar a ligação dos indivíduos aos grupos de convivência, como experiências históricas que determinam o tempo social de cada um.

---

<sup>8</sup> Segundo Moreira (2012) pode-se entender como as mais diferentes noções de rural e de ruralidades nos remetem à proximidade com a natureza, o solo, a terra, as estações e os climas, suas vegetações e animais, produzindo objetividades, subjetividades, espiritualidades e sensibilidades rurais.

À luz dessas correntes teóricas, a análise de Mannheim (1993) traz a crítica à objetividade da abordagem positivista. Apesar de ver, no historicismo romântico, uma quebra da visão linear sobre a questão geracional, reconheceu a falta de conexões sociológicas e históricas que levam em consideração o fato de que os indivíduos experimentam no seu tempo vivências particulares, de acordo com a posição social que ocupam e com a ligação à unidade geracional a qual pertencem. Isso significa que o conhecimento cultural faz emergir influências semelhantes, mas a assimilação dos valores culturais não ocorre da mesma maneira entre os indivíduos, pois dependerá da atuação de velhos e de novos portadores de cultura – um campo de continuidades e descontinuidades sociais – como parte de um processo dinâmico.

Nesse contexto, os jovens se deparam com a “tradição inventada”, termo utilizado por Hobsbawn (1984) para designar o conjunto de práticas conduzidas por regras implícitas ou explicitamente aceitas, de caráter ritualístico ou simbólico, que orientam certos valores e normas de comportamento por meio da repetição, dando prosseguimento à relação passada. Elas aparecem como reações a situações novas ou mesmo a situações anteriores para firmar um lugar de referência, assim o mundo acaba percebido através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos que variam de uma cultura para outra (BURKE, 1992, p.15) e determinam comportamentos para as diferentes fases da vida humana.

Assim, Burke (1992) aponta que, para evitar um anacronismo psicológico ou mesmo uma quebra radical da linha de pensamento entre as pessoas do passado com as pessoas do presente, os indivíduos recorrem à prática habitual para selecionar soluções que vão moldando as situações que se encontram pré-determinadas. Daí a distinção entre tradição e costume, apontada por Hobsbawn (1984). É atributo das tradições a invariabilidade (práticas fixas), de forma que é no costume, viabilizado pela prática habitual, que se encontra o caminho para que haja inovações e certas flexibilidades de mudança. “A decadência do “costume” inevitavelmente modifica a “tradição” à qual ele geralmente está associado”( HOBBSAWN, 1984, p.10).

Ter-se-ia uma nova abertura para se pensar a liberdade dos sujeitos, que na fase da juventude, por demarcações instituídas cultural e socialmente, sofre uma série de tentativas de restrição. Os jovens carregam o peso e ambigüidade de não terem como absorver, voluntária e completamente, o conjunto de conteúdos acumulados de sua

cultura, que são o suporte para a estabilidade das gerações anteriores (SOUSA, 2006, p.10). Assim, o entendimento que os jovens não são indivíduos inteiramente preparados para a vida adulta ganha conotações que sugerem um maior controle de seus comportamentos e projetos de vida. A história da juventude esteve encoberta pela visão do mundo adulto, sendo por meio da tomada de consciência que novas identidades puderam surgir a partir do ponto de vista da juventude.

Para Bourdieu (1983), as várias juventudes, a destacar a burguesa e a de classe popular, enfrentam conflitos da vida intermediária (adolescência) e da vida adulta; uma condição que se prolonga (ou não) a depender das circunstâncias de trabalho, estudo, relações familiares e status. As condições materiais definem o tipo de preparação para a vida adulta, a conceber o universo escolar como espaço de formação para a manipulação das aspirações; o lugar capaz de criar expectativas condizentes ou distantes da realidade. Nesse sentido, Foracchi (1972, p.30) mostra que:

As opções suscitam uma nova crise, seja porque são poucas, seja porque comprometem o jovem com um estilo de existência dado, que, em termos ideais, ele não deseja para si. Num outro plano e com outras implicações, reabri-se a oposição entre as gerações, questiona-se novamente o modo de ser adulto, não mais como uma alternativa de vida, mas como um modo de existir socialmente. O conflito de gerações desloca-se para o plano da sociedade e polariza-se numa proposição aberta que também transcende jovens e adultos e que se resume em aceitar o sistema, usufruindo as oportunidades de vida com que ele acena ou em rejeitar o sistema, tentando reconstruí-lo total ou parcialmente, e realizando-se pessoalmente nesse esforço de reconstrução.

Assim, o conflito de gerações é verificado na emergência das concepções sobre a velhice e a juventude. Noções que são produzidas historicamente e se estabelecem no seio social, vindo uma a representar o declínio social e a outra a sua ascensão. Isso faz com que apareça o sentimento anti-jovem e, com ele, as exigências para a vida adulta. Essa é uma reação característica dos mais velhos em relação à perda do poder social que simboliza mais uma tentativa de retirar socialmente os jovens do “jogo”. Desse modo, cada sociedade define uma noção ideal da condição de ser adulto e estabelece habilidades e atitudes que precisam ser adquiridas para atingir esta fase (FORACCHI, 1972; BOURDIEU, 1983).

Nesse sentido, o tempo de moratória social, termo cunhado para definir o período que antecede os compromissos assumidos com o mercado de trabalho, o matrimônio, a família (procriação) entre outras convenções sociais, tem se modificado de acordo com as circunstâncias socioeconômicas e culturais de cada sociedade. As mudanças no mundo do trabalho retardam o ingresso do/a jovem no mercado de trabalho e exigem dele/a cada vez mais qualificação e/ou escolarização. Conseqüentemente, maior será o tempo de permanência na casa da família e mais tardiamente ocorrerá a decisão de casar e ter filhos (ANDRADE et al, 2014,p.91). Levando-se em consideração esses aspectos, essa fase de “tempo livre” não pode ser vista apenas como um estado de graça, mas época de angústia e impotência, principalmente pelos setores de classes populares diante do desemprego e perspectiva de vida, uma das razões que impulsionaria a marginalidade, a delinquência ou desespero (MARGULIS e URRESTI, 1998).

Por essa compreensão, Abramo (1997) tece considerações contra a atenção privilegiada que é dada ao emblema da juventude como problema social, sem buscar enxergá-los e entendê-los propriamente. Cabe considerar que o fenômeno da juventude é multidimensional; não se detém a um obstáculo concreto, mas se manifesta em questões de gênero, classe, cultura, lugar de pertencimento, entre outras questões sociais (WELLER, 2010).

Ao destacar a questão de gênero, são verificados comportamentos diferenciados sobre a forma de ser adulto e o tempo em que essa fase se completa. Para as mulheres, possuir a capacidade biológica de gerar outro ser significa dizer que a juventude feminina passa por um maior controle da sua sexualidade, em virtude de que se tornar mãe traz em seu bojo responsabilidades de uma vida adulta. A gravidez na adolescência, em sua maioria, é encarada como um problema social e quando essa situação acontece, a mulher enfrenta a negação total ou parcial do direito de viver a juventude (GROPPO, 2015).

Segundo Heilborn (2006), a sexualidade é vista como uma norma, a essência da identidade pessoal do indivíduo. A cultura orienta os respectivos comportamentos aceitáveis para cada grupo social, isso inclui a forma da entrada de homens e mulheres na vida sexual, assim como a idade apropriada e em quais tipos de união conjugal esse ingresso deve acontecer. Para a autora, a forma como cada sociedade define o uso adequado dos corpos sugere quais são as idéias dominantes que têm boa aceitação social,

tendo em vista a existência de roteiros sexuais e diferentes formas de socialização dos/as jovens com a família, a escola, as redes de amizade e a vizinhança (HEILBORN, 2006).

Sobre as formas de interação social, outro ponto a considerar é a distinta situação vivida pela juventude urbana e a juventude rural, e a situação feminina. Ao falar do camponês e o seu corpo, Bourdieu (2006, p.85) descreveu o modelo tradicional concebido sobre moças e rapazes que residem no rural, onde “as técnicas corporais constituem verdadeiros sistemas, solidários a todo um contexto cultural”. O comportamento dos/as jovens, principalmente nos ambientes de socialização, era visto pela ótica da desvalorização da cultura local quando a categoria urbana adentrava o mundo rural. Para as mulheres, a preocupação em seguir certas condutas de aparência, vestimenta, porte e comportamento adquiria importância para que fosse atingido o status do casamento.

Atualmente, a percepção da socialização das gerações mais jovens tem perdido a relevância familiar na transmissão de alguns valores, sobretudo, relativos à sexualidade (HEILBORN, 2006). Mesmo que ainda haja diferenças de sexo que revelam maior controle social sobre as mulheres, as mudanças percebidas no comportamento individual dos/as jovens mostram que a prática de novas condutas, dada pelo relaxamento do controle paterno nos espaços por eles/as frequentados, possibilita outros sentidos nos projetos de vida, antes mal vistos ou não aceitáveis.

No Brasil, a temática sobre a juventude passaria a ganhar destaque como objeto de estudo a partir da década de 1960, durante o período da ditadura militar. Os estudos de Foracchi (1972) trouxeram uma das discussões presentes ao focar a condição jovem: o processo de radicalização.

Os jovens foram encarados como uma ameaça para a continuidade social (ABRAMO, 1997), em razão de que a não conformação com a ordem vigente leva a contestação crítica institucional. Todavia, Foracchi (1972) ressalta que esse posicionamento radical decorre mais precisamente de jovens com condições de vida privilegiadas, de uma categoria social favorável para ascensão material e intelectual, com acesso à formação universitária. Usufruir de boa escolarização, para a autora, potencializa a ação revolucionária dentro dos limites do cenário socioeconômico e político vivenciado. Os ambientes conquistados pela juventude com representação política continuam a ser alvo de tentativas de controle da manifestação jovem.

Ser jovem nos movimentos sociais carrega limitações quanto ao espaço de participação, a possibilidade de ser ouvido e a dificuldade de poder se colocar em um espaço de decisão (CASTRO,2009). Abramo (1997) pondera que, ao longo das décadas, os movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, interessados na temática da juventude passaram a observar a ausência de jovens nos espaços de decisão. Muitas vezes, sob o ponto de vista da juventude como uma fase transitória, o envolvimento com questões sociais e políticas passou a ser entendido como um interesse também temporário. No entanto, a autora ressalta que a atenção dos atores políticos em relação aos jovens teria mais a ver com a renovação do quadro político do que de tratar e de incluir questões direcionadas pelos próprios jovens.

De acordo com Barcellos (2014), dada a conjuntura dos acontecimentos envolvendo a juventude, nota-se que nas décadas de 1980 e 1990, o Estado, as organizações e movimentos sociais atuaram de forma interdependente, apesar das mesmas questões sociais estarem em pauta, seja no âmbito da sociedade civil e em espaços de participação e formulação de políticas públicas. A definição de ser jovem no Brasil passaria a ser disputada e (re) formulada para a constituição de espaços onde se pudesse ter a representação das esferas governamentais e não governamentais no debate sobre as demandas deste grupo específico.

De um lado, o Estado passou a atuar em programas de capacitação profissional e de oferecimento de serviços assistenciais como ações pontuais que mais indicavam a preocupação com a integração social, tendo o jovem como objeto de ação e não enquanto protagonista de políticas específicas (ABRAMO, 1997). De outro lado, em movimentos de juventude, além das organizações estudantis, organizaram-se diferentes entidades da sociedade civil e movimentos sociais, tanto urbanos como rurais, em busca da melhoria das situações que afetam o bem-estar e a condição de vida jovem.

Em relação à juventude rural, atuavam e passaram a atuar nesse segmento de jovens a Pastoral da Juventude Rural (1983), a Rede de Jovens do Nordeste (1998), com um tema direcionado para a juventude rural no Nordeste brasileiro, e outras instituições não ligadas diretamente ao governo, além dos movimentos sociais que ao longo do tempo incorporaram a temática em suas pautas. Em 2005 seria criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), com o objetivo de impulsionar pesquisas e contribuir para a formulação das políticas públicas para os jovens como uma estrutura político-administrativa. Em meio à criação de comissões, conselhos, programas e outros espaços institucionalizados,

o segmento da juventude rural tem continuado a lutar por reconhecimento social, por direitos sociais e civis em torno da sua identidade. Segundo Castro (2009), a recente inclusão da população jovem rural nos diagnósticos sobre juventude brasileira permitiu questionar por que a juventude rural, percebida como uma categoria social é, todavia, pouco identificada como categoria política.

Conforme Barcellos (2014), a construção de identidades dos/as jovens no rural brasileiro ocorre num contexto que apresenta ao mesmo tempo um ambiente familiar e comunitário, mas que também revela uma composição de sentidos sobre reciprocidades, religiosidades e busca por melhores condições de vida; sendo que esta última circunstância foi fortemente ligada ao espaço urbano. Nessa direção, Carneiro (1998) auxilia no entendimento de que jovem é considerado aquela pessoa que se encontra em uma fase caracterizada pela discrepância entre o projeto de vida e as atividades em realização. Isto é, indivíduos com um projeto de futuro conduzido por diferentes estratégias que, muitas vezes, entram em choque com os compromissos morais que ainda carregam em relação à família.

A saída dos/as jovens dos espaços rurais tornou-se comum, sendo uma tendência da população jovem, principalmente no que diz respeito à juventude feminina. Boa parte da literatura corroborou com a imagem de uma juventude remetida à cidade, de forma a naturalizar o processo migratório entre as/os jovens como algo inerente ao campo (SALES, 2010). Com isso, as pesquisas que discutem a temática do rural no Brasil, grosso modo, dedicam maior atenção à saída das/os jovens do campo, desconsiderando os/as que permanecem e que corresponde a grande maioria desse contingente populacional. Essas visões acabam sedimentando a naturalização do êxodo rural e o dotam de inexorabilidade (VALADARES et. al, 2016).

Entretanto, “a multiplicidade de interesses dos/das jovens do campo não caminha em uma única direção, ao contrário, ora se aproximam, ora se distanciam do “mundo rural,” apresentando diferentes formas de rupturas e continuidades” (CASTRO, 2006, p.265). Nesse sentido, verifica-se que o processo de relação com o campo é influenciado pela construção de outra categoria: a agricultura familiar. A associação do grupo jovem à dinâmica de cultivo familiar favorece a ressignificação da gestão e do trabalho desse modelo de agricultura, tornando-o inovador, eficiente, sustentável e com potencial de gerar desenvolvimento econômico, uma vez que tem sido reconhecido cada vez mais de

que são por esses agricultores/as que se dá o fornecimento dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros (BARCELLOS, 2014).

Em virtude do que foi mencionado, Castro (2009) enfatiza que as pesquisas continuam a remeter a vida dos jovens rurais à luz de duas questões: a reprodução da agricultura familiar e camponesa e os processos migratórios. Dessa forma, ao mesmo tempo em que são dados aos jovens o resgate e a perpetuação das práticas da agricultura familiar, é verificada a dificuldade de adquirirem terra, seja pela reforma agrária, seja como pequenos proprietários; e a dificuldade de atuarem de forma compartilhada na terra de seus pais (CASTRO, 2009, p.88) para permanecer no rural.

Porém, nessa discussão, Stropasolas (2002) reforça que a migração não é a causa expressa para que haja o envolvimento social com a agricultura familiar. Antes disso, sejam percebidos os conflitos externos e internos que procedem, de maneira singular e desigual, nas interações do rural com a sociedade global, indicando a necessidade não só das mudanças econômicas, mas uma redefinição do próprio sistema cultural e social que reproduz a agricultura familiar.

Castro (2009) e Stropasolas (2002) ao sublinhar a categoria jovem e a categoria da agricultura familiar, mostram que a relação entre as duas categorias vai além da questão de sobrevivência da forma de produzir no espaço rural, posto que enquanto unidade analítica e de intervenção, a agricultura familiar torna-se uma esfera conceitual e política de relevância. Assim os jovens têm percebido um caminho para somar forças contra a percepção de uma população jovem considerada como minoria no cenário brasileiro e no próprio grupo da juventude.

Dentro dessa percepção da luta dos/as jovens rurais, é preciso mensurar que o/a jovem rural encara e passa por questões e por problemas semelhantes. No entanto, são distintas as formas como estas questões e impasses são apresentados; assim como são desenvolvidas psicológica e emocionalmente as posturas dos rapazes e moças diante da diversidade de situações vivenciadas no rural (AGUIAR e STROPASOLAS, 2010).

Brumer (2007) traz a contextualização na perspectiva de gênero sobre as dissidências e horizontes que envolvem a reprodução social na agricultura familiar. Para a autora, ainda é preciso verificar como tem se ressignificado a organização social, ressaltando as relações e as possibilidades apresentadas para as filhas dos agricultores e

agricultoras. Alega-se que as características do trabalho na agricultura são de natureza masculina, sendo a essência feminina mais delicada, o que revela a intensidade de participação nas atividades consideradas ‘produtivas’ para a unidade familiar (AGUIAR e STROPASOLAS, 2010). Diante disso, tal estudo não pôde prescindir de considerar a questão feminina como elemento estrutural para reforçar que as funções desempenhadas pelas mulheres não são contrárias a realidade do campo como se subjugam, mas são essenciais para a sobrevivência das práticas agrícolas e para a manutenção da organização social no campo.

### 3 MULHERES JOVENS NO CAMPO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Os debates sobre os novos contornos que têm ganhado o espaço rural trazem a crítica em relação à associação que envolve a atividade agrícola como dinâmica central desse espaço. Mesmo que as argumentações sejam válidas, em razão da necessidade em se ampliar o entendimento em relação à diversidade de aspectos que envolvem o meio rural que vão além da agricultura. Todavia, no cenário de desenvolvimento econômico atual, torna-se importante manter a afirmação de que o espaço rural é o lugar de desenvolvimento do modelo de produção familiar, ressaltando a importância dos homens e das mulheres na condução de práticas agrícolas que incluem o bem estar humano, esquecido cada vez mais com a expansão do agronegócio nas áreas rurais.

Além disso, reconhecer a importância da mulher no campo diz respeito ao seu protagonismo nesse espaço. Historicamente, o fato de estarem “marginalizadas” na agricultura favoreceu o desenvolvimento de uma estratégia de sobrevivência das mulheres no campo, convergente com a perspectiva da sustentabilidade socioambiental. Afinal, “foram as mulheres que mais contribuíram para a preservação da biodiversidade no pequeno lote de terra, por deterem habilidades e experiências necessárias à condução de um processo de desenvolvimento humano local sustentável” (BUARQUE, 2005, p. 83). Por isso, seu protagonismo tem se expressado fundamentalmente na capacidade de promover novas formas de organização social no meio rural e de garantir o consumo da alimentação familiar tradicionalmente atribuído a elas (GOMES JR e ANDRADE, 2013).

Na construção das formas de interação com o meio rural, o processo de experimentação, apropriação de sementes, flores, frutos e ervas medicinais, realizado pelas mulheres, aponta que o gerenciamento da diversidade genética tem sido de suma importância para a “seleção dos caracteres domésticos, em que a observação, a escolha e

a ação conscientes do cultivador/a exerceram/exercem de maneira útil a preservação e difusão das vantagens manifestas adquiridas pela seleção” (MAZOYER et al, 2010, p. 122). De tal modo que a conservação, utilização e troca das sementes entre os diversos povos tornaram-se herança, conhecimento e a garantia para um caminho de soberania alimentar.

Ressalta-se aqui o termo soberania alimentar, uma vez que as pressões exercidas pela globalização orientam práticas agrícolas cada vez mais degradantes, geram hábitos alimentares empobrecidos em nutrientes e, sobretudo, causam o esgotamento dos recursos naturais. Assim, a soberania alimentar significa garantir a produção de alimentos necessários para a população local, em contraposição à padronização do consumo de alimentos, no lugar em que, segundo o Fórum Mundial de Soberania Alimentar, é direito dos povos terem acesso aos alimentos nutritivos e que sejam produzidos de forma ecológica e sustentável (STEDILE, S.P, 2012).

Além da questão da soberania alimentar, Siliprandi (2015) ressalta que entra no debate sobre o desenvolvimento rural, nos grupos e movimentos sociais feministas, a defesa da biodiversidade. Tendo-se em vista que a soberania alimentar deva ser um princípio orientador para todas as políticas destinadas ao rural como forma dos agricultores e agricultoras terem a decisão sobre o uso de suas próprias sementes e, no caso da biodiversidade, ter a garantia de uma agricultura capaz de manter práticas produtivas milenares com a conservação da fertilidade das áreas aonde se produz.

Apesar das situações adversas que colocam as mulheres em relações assimétricas de poder político e socioeconômico no campo, Tedeschi (2009) reforça que são as mulheres as principais agentes da manutenção da vida nas comunidades rurais elas que estão a par dos dilemas na propriedade e detêm a capacidade de reformular os impasses vivenciados. Todavia, a hierarquia que persiste nos papéis atribuídos socialmente entre homens e mulheres define não somente o controle, mas estabelece a forma e o acesso aos recursos materiais e simbólicos, que configuram elementos para a tomada de decisão no espaço produtivo.

Buarque (2005) observa que, quando a agricultura familiar ainda se encontrava marginalizada economicamente, fazia-se a vinculação das atividades à figura feminina. Contudo, bastou entrar no cenário político que os protagonistas mudaram de sexo, assim qualquer atividade agrícola ou não agrícola se encontra na dimensão feminina até assumir

um caráter econômico no mercado. Esta constatação faz parte das categorias analíticas responsáveis por identificar a condição feminina no rural que são: espaço público e espaço privado e a divisão sexual do trabalho. Uma organização social que legitima um significado de trabalho, no sentido de atribuir divisões de tarefas com oposição de sexo, desqualifica e não reconhece a presença extradoméstica das mulheres na roça (TEDESCHI, 2009).

Essa determinação traz, para a narrativa da condição social das mulheres, a discussão sobre como as ações masculinas vieram a ser consideradas normas disciplinares representativas da história humana (SCOTT, 1992). A subordinação feminina teria ocorrido, de acordo com Engels (1984), com o surgimento da propriedade privada e da constituição da família monogâmica. Os homens, ao “vencerem” a partilha das tarefas, designaram às mulheres o cuidado com os filhos e com o lar. Essa posição familiar garantiria a perpetuação da linhagem masculina no processo de sucessão do poder da propriedade e dos bens nela gerados. Assim, criou-se um campo de contradições e antagonismos em meio ao qual a sociedade caminha e se organiza dividida em classes desde os primórdios da civilização capitalista.

De acordo com Wacquant (2013), na ideia bordieusiana, as classes despontam e vivem da constante imposição das categorias que concorrem para formar a realidade social. Fronteiras são delineadas e as representações autoritárias do mundo social ganham, na esfera pública, no campo político com o Estado, o lugar de reorganização do poder simbólico, sendo alvo de disputa pelos indivíduos que passam a atuar a partir das posições que ocupam em um espaço de constrangimentos e facilitações.

Nesse sentido, a sociedade passou a vivenciar um contrato social que, para Pateman (1993) se tratava de um acordo sexual-social, gênese do direito político. Isso porque o significado de ser um indivíduo, formador de contratos e civilmente livre se daria por meio da submissão das mulheres na esfera privada e pública. Dessa forma, não há como se evitar o campo político – “as relações de poder, os sistemas de convicção e prática – do conhecimento e dos processos que o produzem são parte da história das mulheres” (SCOTT, 1992, p.95). A visão de Pateman (1993) contribui para elucidar que o patriarcado não é meramente familiar, mas que possui correlação com as mais importantes instituições sociais como o contrato do casamento e o contrato do trabalho.

No percurso da luta feminista na reivindicação dos direitos para as mulheres e na denúncia das desigualdades contra elas, pode-se dizer que substituíram uma compreensão de justiça monista por uma compreensão tridimensional mais ampla, abrangendo economia, cultura e política, tendo por efeito transformar o senso comum de família, trabalho e dignidade (FRASER, 2009). Conforme Okin (2008), a diferença sexual como uma categoria de análise coloca em relevo a questão de gênero no espaço público e no espaço privado. A associação dos homens à vida econômica e política, no tempo em que as mulheres são vinculadas ao espaço doméstico e ao seu mundo reprodutivo, revela a ambiguidade de considerar esses dois campos como espaços distintos. O pessoal (privado) também é político, portanto, o que acontece na vida particular, especialmente nas relações sociais entre os sexos, não deixa de ser influência da dinâmica de poder, mesmo que a visão predominante considere o espaço privado como oposto ao político.

Pateman (1993) e Okin (2008) corroboram para afirmar que a separação e a oposição entre os campos público/privado são ideológicas, contribuindo com a perspectiva masculina tradicional, apoiada em uma conjuntura de características naturais para definir os papéis entre homens e mulheres. Assim, mesmo ao conquistar uma maior participação na esfera pública, as mulheres têm enfrentado o acúmulo das suas funções, visto que as atividades domésticas ainda são encaradas como responsabilidades delas. Em consequência disso, tenham ou não papéis não-domésticos, espera-se muito mais das mulheres, em seus papéis familiares, do que se espera dos homens como pais e responsáveis pelo lar. O sucesso da vida pública feminina vem acompanhado da cobrança do bem-estar familiar, sendo conveniente para a sociedade capitalista manter as exigências que moldam processos de subordinação feminina no mercado de trabalho e fora dele.

A questão remete ao que Brumer (1988) aponta sobre a inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho: as mulheres aparecem como contingente de reserva, mesmo não sendo o único. Há uma segmentação no mercado de trabalho por setores de emprego que acabam por criar, cada um, o seu próprio exército de reserva para ocupações relativamente menos qualificadas e que pagam salários mais baixos. A construção tradicional de inferioridade, subordinação e desvalorização do trabalho feminino incide para a marginalização das suas funções produtivas, afirmada nos níveis salariais diferenciados, na sobrecarga da jornada de trabalho e na exploração do trabalho não remunerado (BRUMER,1988).

Segundo Hirata e Kergoat (2007), na dinâmica sexual do trabalho, predominam dois princípios: o da *separação* (ao indicar que existe trabalho a ser realizado por homens e a ser realizado por mulheres), e o *hierárquico* (o trabalho do homem ganha um valor maior em relação ao trabalho da mulher). Nesse entendimento, as profissões e as organizações profissionais são estruturadas para explicitar julgamentos de capacidade e justificativas implícitas para tendências viciosas, na verdade, irrelevantes à competência profissional (SCOTT, 1992). Uma das questões colocadas para diferenciar a ascensão das mulheres em relação aos homens, no mercado de trabalho, é a sua instabilidade em permanecer. Em algum momento elas teriam que abdicar de suas funções profissionais para cuidar dos filhos ou de algum ente familiar. Independentemente da função que assuma, o papel de cuidadora fica a cargo da mulher, daí decorre a imagem estereotipada da mulher como alguém com baixo compromisso com o trabalho e tendente a abandonar a atividade econômica por motivos familiares (ANDRADE, 2016).

É imprescindível considerar, no entanto, que as mulheres “não representam um bloco homogêneo, mas incorporam outros elementos definidores de desigualdades sociais, especialmente os de raça, etnia e geração” (HORA, 2014, p. 24). De maneira que, quanto mais precarizadas as condições em que vivem as mulheres, mais difícil se torna a luta pela legitimação e visibilidade do seu trabalho e sua dignidade humana. Ao focar a condição de ser mulher e ser jovem, Kergoat (2010) ressalta a atenção em não encarar a divisão de tarefas como apenas um problema de negociação ou de alcance do sucesso profissional, como particularmente muitas mulheres jovens tendem a pensar. Trata-se de perceber que o relaxamento das fronteiras entre o mundo produtivo e o mundo reprodutivo tem contribuído para ampliar a participação das mulheres no mundo da produção, mas com uma entrada ainda insuficiente dos homens no mundo doméstico (SOUSA e GUEDES, 2016). Não por acaso, desponta um crescente número de estudos que investigam como a juventude vivencia novas relações sociais em antigas tensões de gênero.

Para Alves (2003), a determinação do espaço de trabalho juntamente à vida familiar e as suas relações com o restante da sociedade, assim como a definição do modo moderno de dividir o lar, a família, a vida privada e a vida pública são experiências históricas construídas de forma diferenciada pela organização social, no caso, estabelecidas distintamente no meio citadino e no meio rural.

No meio rural, a reflexão sobre o trabalho que é realizado pelas mulheres assinala uma separação da atividade realizada no âmbito da casa e o serviço desempenhado na produção/roça. Entre as famílias rurais, essa divisão do trabalho e das responsabilidades conforme o sexo e a idade, o destino dos rapazes e das moças na distribuição de bens, e a transmissão das responsabilidades na sucessão familiar obedeciam, em determinados contextos, a um mínimo de regras sociais (MAZOYER et al, 2010). Dado o caráter indissociável do domicílio em relação ao espaço onde se realiza a produção, o que se verifica é a relativa impossibilidade de estabelecer uma demarcação rígida entre a esfera doméstica e a esfera produtiva, considerando que a linha de separação entre os trabalhos é muito tênue ou mesmo inexistente no contexto complexo da unidade produtiva familiar.

Persiste o fato de que as mulheres possuem menos oportunidade de autonomia e que as assimetrias visualizadas na divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres podem ser acentuadas por diferenças regionais. Segundo Brumer (1988) e Di Sabatto et al (2009), embora considerado sem produção de valor, o trabalho doméstico no contexto da agricultura familiar, sustenta e proporciona a reprodução das habilidades dos membros da família para o mercado de trabalho; situação que traz por consequência o comprometimento de tempo e de disponibilidade das mulheres que ainda são incluídas nas atividades produtivas como mão de obra auxiliar e não remunerada.

Conforme Carneiro (2001), é preciso considerar que, além dos bens materiais, bens simbólicos são transmitidos de uma geração para a outra. O uso da propriedade familiar significa não somente um elemento de produção e de trabalho, mas a transmissão de valores, costumes e formas de organização familiar. Assim, longe da ideia de que as mulheres agricultoras não possuem condições de realizar trabalho produtivo, são vários os processos de luta que rompem com essa visão. Na região Nordeste, enfoque desta pesquisa, destaca-se o papel das mulheres no cultivo, resultando na conservação das espécies frutíferas resistentes ao clima semiárido, assim como a manutenção de pequenos animais para a ampliação da capacidade de alimentação familiar. Sendo assim, é preciso reconhecer, no cenário de desenvolvimento, o papel das mulheres como gestoras do meio ambiente (BUTTO et al., 2014, PACHECO, 2002).

Ao tratar das questões específicas do campo, muitas pesquisas apontam a exclusão das mulheres da herança da terra (ABRAMOVAY et al, 1998; CARNEIRO, 2001; CASTRO, 2009; FERREIRA e ALVES, 2009). Tal condição, encarada como fator de expulsão da população do meio rural, em grande parte do êxodo das jovens, também é

vista, como uma das razões que empurrou as mulheres para a esfera pública, ao estimular a sua organização para as mudanças no modelo de reprodução social (ANTUNES, 2006).

Tem crescido a organização das mulheres em grupos produtivos formais ou não, seja em associações e em cooperativas por meio do fortalecimento de identidades coletivas, apesar dos recuos verificados nas políticas públicas que ameaçam a reprodução social cotidiana. Essas fragilidades verificadas no apoio às atividades produtivas no meio rural levantam a preocupação em garantir espaços de atuação para a juventude feminina que permanece, levando-se em conta a reduzida inserção dos/as jovens nas atividades agrícolas ou em espaços políticos como associações, sindicatos e coordenações (CASTRO, 2009). As jovens estão na fase que almejam consolidar projetos de vida, que não podem ser atrelados a políticas de desenvolvimento rural que são transitórias ou pouco efetivas, a depender de governos e de gestões políticas.

Para Ramos (2014), os movimentos que se formaram em prol de especificidades femininas ainda objetivam atender as mulheres indígenas, quilombolas, pescadoras e trabalhadoras rurais extrativistas, sendo verificado um perfil de agricultora familiar fora do enquadramento jovem. Por isso, a continuidade da agricultura familiar e das formas produtivas que abordam técnicas sustentáveis tem sido palco para o debate sobre a juventude, já que a categoria ainda não conseguiu assumir uma posição de destaque no modelo de agricultura familiar e no modelo de desenvolvimento rural em curso.

Conforme ressalta Santili (2009, p. 96) é importante manter a perpetuação dos saberes de geração para geração, visto que “a extinção dos saberes, práticas e conhecimento agrícolas é difícil de ser avaliada e mensurada seja nos aspectos sociais, ambientais e culturais”. O desafio maior, no entanto, é compatibilizar produção de riqueza, equidade social e valorização do meio ambiente (AQUINO; SCHNEIDER, 2015). Com o avanço tecnológico, as conquistas obtidas favoreceram a capacidade de manipular e usar os recursos naturais de uma maneira vertiginosa, não mensurando os impactos negativos ao meio rural e às populações que nele subsistem. Assim, os dilemas enfrentados permeiam pensar na população que fica no campo, pois um meio rural esvaziado abre espaço para que a devastação ambiental seja cada vez mais proeminente. Não obstante, os arranjos institucionais e financeiros estão voltados para o agronegócio em detrimento da agricultura familiar, de maneira que, notadamente, a perda da diversidade agrícola afetará principalmente as populações rurais de baixa renda e a reprodução social nesses espaços.

#### 4 RURAL E URBANO: ENTRE TIPOLOGIAS

O estudo da permanência da juventude feminina no campo está diretamente associado às concepções que, historicamente, traçam demarcações, contrastes, similaridades ou mesmo o desaparecimento do espaço rural, enquanto forma de vida, em relação ao espaço urbano. Essas delimitações e noções entre os espaços rural e urbano diferem de país para país, sendo fundamental considerá-las como construções sociais para a ocupação do território (WANDERLEY, 2000).

Em razão do avanço da economia capitalista sobre as fronteiras territoriais, a dicotomia campo-cidade seria a primeira concepção a ser enfatizada pela separação ideológica sobre os processos de exploração produtiva. Para Sauer (2010, p.19), “esta dicotomia teria funcionado como uma lógica explicativa fundante da realidade social, que ora iria contrapor os dois polos, ora subordinar, incondicionalmente, o rural ao urbano”, devido ao aprofundamento da dependência da produção agrícola em relação aos mercados de insumos industriais e aos mercados consumidores urbanos (WANDERLEY, 2000).

Os contrastes destacados entre os dois espaços, em detrimento ao rural, contribuíram para o aumento dos fluxos migratórios, uma vez que era preciso consolidar uma massa de trabalhadores/as nas cidades. É nesse sentido que as imagens hegemônicas sobre o rural, em oposição aos sentidos atribuídos ao urbano, carregariam as noções de agrícola, atrasado, tradicional, rústico, selvagem, incivilizado, resistente a mudanças (MOREIRA, 2012). Wanderley (2000) aponta que o rural se tornaria apenas um espaço para investimento do capital na agricultura e o trabalho do agricultor/a uma profissão específica, tendo por desfecho o próprio fim do rural e a total urbanização do campo. Paradoxalmente, estaria se falando de populações rurais sem território e sem natureza. Contudo, essa visão do fim do rural tem sido abandonada como uma perspectiva dominante, tendo em vista que outras visões sobre os mesmos processos de desenvolvimento econômico em direção ao campo ganharam destaque na contemporaneidade.

Estrategicamente, o rural hegemônico é associado às formas mais genuínas de paisagens culturais e naturais, na tentativa de negar o universo socioeconômico, cultural, ético e estético que se desenvolve nesse espaço (MOREIRA,2012). Ou então, vincula-se o mundo rural ao mundo agrário como se as atividades desenvolvidas nesse espaço

fossem exclusivamente agrícolas, implicando nas condições de vida das gerações jovens sem o espaço para a agricultura devido a forte concentração de terra no país. Traço que tem se revelado cada vez mais inverídico pela emergência da pluriatividade<sup>9</sup> nos espaços rurais, que combinam o trabalho agrícola com outras ocupações não-agrícolas, sendo que o rural se constitui como um espaço multidimensional e não apenas como espaço produtivo (CARNEIRO, 2008; SCHNEIDER, 2005).

Atualmente, a compreensão mais discutida sobre os efeitos da modernização e da globalização no território é a noção de continuum, marcada pela intensidade/interdependência das relações entre as pessoas e as atividades desenvolvidas no espaço rural e no espaço urbano. Esse entendimento se expressa em duas vertentes principais. A primeira traduz a ideia de progresso e valorização do moderno (o rural como continuum do urbano, em chave evolucionista), interpretação que não deixou de se apoiar no sentido dual entre os dois espaços, na representação de pólos extremos, sendo o urbano mais valorizado. No decorrer do tempo, essa vertente caminharia para um processo de homogeneização espacial e social, predominantemente pelos padrões urbanos (MARQUES, 2002).

A segunda vertente, em contraponto a primeira, concebe o continuum como uma relação que aproxima e envolve dois espaços distintos. Dessa forma, as novas identidades, fruto das relações campo-cidade, não deixariam de possuir expressões sociais e naturais próprias que, mesmo modificadas, continuariam sobrevivendo em meio ao cenário urbano-industrial (CARNEIRO, 1998). Wanderley (2000, p.130) contribui ressaltando que:

{..}mesmo quando se atinge uma certa homogeneidade, no que se refere aos modos de vida e à “paridade social”, as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade.

As relações sociais se expressam cada vez de forma mais complexa devido aos fluxos culturais e materiais dispostos na ruralidade e na urbanidade (MOREIRA, 2003). Nessa acepção, os bens materiais e sociais passam a estar similarmente distribuídos entre as pessoas do campo e da cidade, sendo que a manifestação das diferenciações entre eles

---

<sup>9</sup> Segundo SCHNEIDER (2005), pluriatividade das famílias rurais se refere à situação em que pelo menos um de seus membros, independente de sua posição na hierarquia doméstica, trabalha em uma atividade não-agrícola.

se daria quanto às identificações e reivindicações da vida cotidiana. O rural torna-se um ator coletivo, constituído a partir de sua referência local e inserção como espaço ampliado de trocas sociais (Wanderley, 2001).

Segundo Carneiro (2008), a noção de continuum, amplamente difundida pela literatura especializada, propõe falar do rural como mais ou menos artificializado a depender da proximidade com o natural e o urbano. Esse discernimento mantém como fundamento o contraste entre natureza e cultura, perpetuando a dificuldade de classificação no que se refere às condições de municípios, distritos e localidades. Por conseguinte, no Brasil, conforme os critérios da divisão político-administrativa, a definição do que é rural ainda depende da existência do não-rural (MOREIRA, 2003), uma demarcação baseada no Decreto n.311 de 1938, estabelecendo que o rural seja a área não contemplada pela política de definição do município. Para Valadares (2014, p.08),

{...} as leis que periodicamente redefinem o perímetro urbano não são feitas para reduzi-lo, mas antes para abranger novas áreas à medida que cresce a população, é evidente que, mesmo se não houvesse êxodo rural, as áreas rurais – e, por conseguinte, a proporção da população rural – tenderiam a sempre ser diminuídas a cada revisão do perímetro.

Ainda assim, os critérios oficiais também se estendem à classificação da população em rural e urbana, de modo que, para o IBGE, a localização do domicílio torna-se preponderante na elaboração e aplicação dos demais critérios de definição do município/população. Conforme explica Girardi (2008) são consideradas oito classes de localização da área do domicílio (urbano e rural): 1) áreas urbanizadas de cidades ou vilas; 2) áreas não-urbanizadas de cidades ou vilas; 3) áreas urbanas isoladas; 4) aglomerado de extensão urbana; 5) povoado; 6) núcleo; 7) outros aglomerados e 8) área rural exceto aglomerado.

Entre essas classes prevalecem às três primeiras, referentes às caracterizações do espaço urbano, que somadas às dimensões demográficas, econômicas e o grau de urbanização resultam na especificação final do município. As dimensões demográficas são: grandes dimensões – com mais de 250 mil habitantes; média dimensão – total de 50 mil e menos de 249.999 habitantes e as pequenas dimensões – menores de 49.999 habitantes. No aspecto econômico as classes são definidas pela PEA (população economicamente ativa) em setores primários, secundários, terciário, equilibrada (média) e

complexa (baixa). As duas últimas referem-se ao percentual que cada setor possui no município que tende a ser misto. A última etapa, o grau de urbanização, atinge quatro níveis: muito forte, forte, moderado e fraco. O cruzamento destas informações apresenta a ideia de um processo linear de urbanização (GIRARDI, 2008).

Na década de 1980 foram criados 501 municípios, em 1990 mais 1016 e em 2000 mais 58, modificando consideravelmente o número de habitantes no rural (OLIVEIRA et al 2011). Para se ter ideia, a população brasileira apresentou um crescimento territorial concentrado e continuamente urbanizado. Até mesmo a situação do Nordeste que, no decorrer das décadas mostrou um processo heterogêneo, seguiu uma tendência de urbanização e concentração territorial da população, conforme a tipologia apresentada pelo IBGE (GIRARDI, 2008).

Por discordar desse processo acelerado de urbanização, Veiga et al ( 2001) propuseram uma nova tipologia para os 5.507 municípios que, em 2000, não se enquadravam em aglomerações e nem em centros urbanos. É importante ressaltar que a tipologia traçada pelos autores trabalha com a classificação do município e da sua população sem diferenciar áreas ou populações dentro dos municípios. Usando a densidade demográfica e o tamanho populacional, Veiga et al ( 2001) reconheceram mais outros dois tipos de municípios, além dos que são classificados como urbanos: com população entre 50 e 100 mil habitantes ou que tenham densidade demográfica maior que 80 hab./km<sup>2</sup>, mesmo que possuam populações inferiores a 50 mil habitantes.

Esta tipologia, apontada por Veiga et al (2001), interessa ao verificar, mais precisamente, que metade dos municípios com as características apontadas estão em 5 estados do Nordeste: Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. É relevante por perceber que houve crescimento populacional das “pequenas cidades”, apontando que o êxodo rural foi bem menos significativo. Segundo Wanderley (2004), torna-se bem evidente nesses municípios a presença do mundo rural, seja pelos indicadores socioeconômicos e demográficos, seja pela proporção de pessoas com trabalho no campo e o tipo de ocupação predominantemente rural.

Outra proposta sugerida para a classificação do rural e do urbano baseou-se nas comparações dos critérios internacionais oferecidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). As adaptações ao cenário regional brasileiro considerariam os seguintes arranjos, segundo Valadares (2014):

- Cada município é considerado uma unidade territorial (sem levar em consideração áreas internas que possam ser urbanas ou rurais) para a sua classificação como urbano ou rural;
- Densidade demográfica inferior a 150 hab./km<sup>2</sup> classificaria o município como rural e acima de 150 hab./km<sup>2</sup> classificaria o município como urbano;
- No conjunto de municípios que formam uma microrregião (classificação IBGE), a predominância da população rural na maioria dos municípios os caracterizaria como rural, entre 15% e 50% da população representaria uma área intermediária e com população rural abaixo de 15% seria predominantemente urbana<sup>10</sup>.

É um tipo de abordagem que eleva o número da população residente no espaço rural e reduz o grau de urbanização, assim como Veiga et al (2001) se propôs a demonstrar. Todavia, para Girardi (2008), a fragilidade desta tipologia está justamente no fato de não considerar a dimensão econômica, reduzindo os espaços urbano e rural ao critério do tamanho populacional e da densidade demográfica.

Em razão das propostas verificadas, Girardi (2008) tentou responder algumas limitações por um novo tratamento da questão. Considerando a ideia do continuum, os níveis de rural e urbano seriam estabelecidos a partir da maior ou menor semelhança de um com o outro (lógica de vizinhança). As etapas consideradas envolvem a riqueza gerada no município e atividades realizadas pelos seus habitantes no setor primário, secundário e terciário, a partir dos dados do Produto Interno Bruto PIB e a PEA municipal. Além disso, não seria considerada a classe de localização “área não urbanizada de cidade ou vila” criada pelo IBGE, de modo que essa tipologia dissociou o rural e o urbano de acordo com o grau de intensidade das atividades humanas realizadas nesses espaços.

Considerando as abordagens destacadas, Girardi (2008) ressalta o elevado grau de urbanização<sup>11</sup> em um país com território predominantemente rural. Nesse sentido, Valadares (2014) critica as análises apresentadas por partirem de classificações que colocam a gradação do rural em uma escala centrada nos critérios urbanos. Não se trata

---

<sup>10</sup>A abordagem apresenta exceções que são descritas por Valadares (2014).

<sup>11</sup>Segundo Girardi (2008) a população brasileira apresenta um alto grau de urbanização, seja 81,22%, na classificação oficial do IBGE; 67,26%, 85,73% ou 71,51%, na proposta de tipologia do instituto; 56,80% ou 69,56%, segundo a tipologia de Veiga (2002); 40,19% ou 56,9%, segundo a proposta da OCDE ou; 74,6%, em sua tipologia.

de dizer que esses espaços são opostos ou que não se relacionam intensamente pela perspectiva do continuum, a questão é perceber o campo de conflitos, interesses e disputas de poder na delimitação dos espaços e na configuração de suas populações.

Valadares (2014) sugere outra interpretação quantitativa dos números oficiais. Sua percepção sobre o rural não computa, para a aplicação de todos os critérios, os municípios com menos de 50 mil habitantes. Desse modo, foram definidas as seguintes condições para a um município ser rural: a) os municípios com população rural superior a 50%, segundo o IBGE; b) no lugar do PIB ou PEA municipal, levou-se em conta a proporção da população ocupada em atividade agropecuária<sup>12</sup>, sendo classificado como rural o município onde mais de 50% da população estivesse nessa ocupação e c) foram considerados rurais todos os municípios com densidade demográfica inferior a média obtida pelos municípios majoritariamente rurais da mesma Unidade da Federação (UF). Para os municípios com população inferior a 50 mil habitantes, com densidade demográfica inferior a este índice e população rural com mais de 15% do total (critério OCDE) são considerados rurais para fins desta proposta. Assim, para o autor, a interpretação não foi adotada para reduzir a taxa de urbanização e nem tampouco negar a diminuição da população rural, mas buscar denunciar a sobreposição do discurso urbanocêntrico, que mascara as reais condições do território brasileiro.

A última compreensão a ser apontada traz a concepção formulada pelo Instituto Interamericano para Cooperação (IICA)<sup>13</sup>. Essa tipologia, segundo Bitoun e Miranda (2013), destaca a ruralidade não como espaço produtivista, mas como forma de organização da vida social. A questão central da análise se molda na relação entre os espaços habitados, onde situam diferentes rurais mais ou menos concentradores de população, requalificados como espaço social (rural) a partir do urbano. A principal base de análise aparece no quadro abaixo, seguida de outros critérios como, por exemplo, escolha do município (unidade espacial); identificação de atributos para qualificar os municípios (identificação de variáveis) entre outros fatores (BITOUN e MIRANDA, 2013).

---

<sup>12</sup>A redução da população rural de um município pode envolver a expansão de uma commodity agrícola, que, mesmo contribuindo para o aumento do PIB agrícola, não diversifica a economia local.

<sup>13</sup>Em parceria/patrocínio do Ministério do Desenvolvimento agrário (2014). Projeto Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas.

**Quadro 1 - Dimensão e atributos: tipologia IICA**

DIMENSÕES	HABITAT	TRABALHO E CONDIÇÕES DE VIDA		DINÂMICAS RECENTES	
		TRABALHO	CONDIÇÕES DE VIDA	ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS	POLÍTICAS
ATRIBUTOS	Densidade das centralidades no município	Estrutura ocupacional	Densidade de equipamentos de serviços básicos, de comunicação e econômicos	Evolução demográfica recente	Agrárias
	Proporção da população em áreas rurais e nas cidades	Estrutura fundiária		Relação Migrantes Naturais	Agrícolas
	Densidade da população em áreas rurais	Relação Agricultura Familiar Agricultura Patronal	Vulnerabilidade dos residentes	Razão de Sexo	De Meio Ambiente
	Distâncias a centralidade municipal e extramunicipal	Relação Mono atividade Pluriatividade	Diversidade étnico-cultural	Envelhecimento	De Equipamentos em áreas rurais e pequenos municípios
	Distâncias às rodovias e hidrovias	Mobilidade para o Trabalho		Evolução do Valor Agregado Bruto por Setores	

Fonte: Elaboração Bitoun e Miranda, 2013, p29.

Essa concepção assumiu os novos contornos que foram dados às ruralidades - identificar o lugar e o significado para as relações sociais (WANDERLEY, 2000; CARNEIRO, 2008), sendo importante para repensar o rural no direcionamento das políticas públicas. A abordagem permite repensar a subestimação da contagem da população que ainda possui o modo de vida rural, um dos aspectos que mais influi no desenho de muitas políticas públicas (BITOUN e MIRANDA, 2013). Tendo em vista que há diferenças expressas entre as áreas rurais e as áreas urbanas quanto ao acesso de bens e serviços básicos, sobretudo, os oferecidos pelas instituições públicas. O entendimento de dimensões rurais cada vez mais reduzidas faz com que instituições de planejamento e gestão reagrupem as aglomerações rurais em aglomerações maiores/urbano regional (WANDERLEY, 2000). Carneiro (2008, p.18) diz que

Não resta dúvida sobre a importância desse debate e sobre as dificuldades operacionais inerentes, quando o objetivo é traçar grandes conjuntos classificatórios, visando a uma instrumentalidade para o

mapeamento da dinâmica populacional brasileira que oriente políticas e projetos intervencionistas.

Essa diversidade de posições conceituais, expressa uma realidade que não cabe ou jamais coube no campo teórico-conceitual do dualismo rural-urbano. A introdução de novos fundamentos ao debate, formando diferentes correntes interpretativas, destaca o distanciamento da tendência sobre o esvaziamento social, econômico e cultural do campo e se aproxima da revitalização socioeconômica desse espaço (CARNEIRO, 2008). Segundo Siqueira e Osório (2001) todos os debates contribuem para pressionar os critérios políticos na sua aceção sobre o conceito de rural, visto que são esses critérios, em última instância, que definem o que é urbano e o que é rural.

Para Wanderley (2000) e Carneiro (2008). estes conceitos caminham para a construção de categorias voltadas para os agentes envolvidos nas relações rurbanas, posto que um determinado grupo social, ao defender uma identidade própria, ancorada num sentimento de pertencimento a uma localidade dada, estaria validando um novo modo de espacialização do social. Com isso, mesmo que avancem caracterizações físicas do mundo urbano, indivíduos do campo, ao expressarem seus símbolos culturais, continuariam sendo parte do mundo rural.

Este capítulo partiu da compreensão que a modernização da agricultura foi responsável por intensificar o processo migratório, ao impulsionar a economia em algumas regiões em detrimento de outras. Esse cenário viria a afetar o modelo de produção da agricultura tradicional, tanto do ponto de vista econômico como social e cultural. Ao abordar a migração na região Nordeste, muitos fatores estiveram associados à expulsão da população deste território. Ao tratar da questão feminina, a divisão sexual do trabalho aparece como um fator que envolve as relações sociais no campo e tornam as condições de vida mais difíceis para as mulheres. Nessa direção, as tarefas realizadas no campo são divididas entre as funções de cunho doméstico e as funções de cunho produtivo.

Na prática, as atividades no campo são indissociáveis, sendo a divisão a forma de invisibilizar o trabalho realizado pelas mulheres. Assim, torna-se necessário desmitificar que o trabalho desenvolvido na agricultura pertence ao mundo masculino. A presença das mulheres na produção garante a continuidade das práticas agrícolas que possibilitam a manutenção da agricultura familiar e a vida no campo.

Outro aspecto que se delineou entre os fluxos migratórios foi a faixa etária dos migrantes. Apontada como um fenômeno jovem, a migração coloca em questão as disputas sociais sobre a condição de estar na fase adulta, situação que tem relegado aos indivíduos na fase considerada como “transitória” uma posição de maior controle social, o que vem afetar a vida sexual, econômica e cultural da juventude. No Brasil, esse debate vem acompanhado da discussão sobre a recente participação da juventude nos espaços de decisão política, afetando as ações governamentais destinadas à categoria e, conseqüentemente, os seus projetos de vida. Além disso, as ações direcionadas aos jovens que residem no campo esbarram na própria definição que se tem sobre o espaço rural, concepções que traçam demarcações, oposições ou aproximações com o espaço urbano e, questionam os padrões oficiais de divisão dos municípios em rurais e urbanos.

## CAPÍTULO 2 - ANÁLISE DA PERMANÊNCIA NO CAMPO DA JUVENTUDE NA REGIÃO NORDESTE

### 2.1 ANÁLISE DE COORTE

A realidade revelada pelo Censo do IBGE é de uma população rural cada vez mais reduzida. Durante o período de 1960 a 1980, a transição de 27 milhões de pessoas para os espaços urbanos contribuiu para reforçar a imagem de um Brasil que parece destinado a ser essencialmente um país urbano. Uma ideia de desruralização que tem marcado a organização territorial, mas que não revela as diferenças regionais (CAMARANO, ABRAMOVAY, 1999) e nem mesmo o tecido social existente no meio rural.

Ao observar as taxas de permanência da juventude feminina no rural do Nordeste, os índices revelam a importância de desnaturalizar o êxodo como um fenômeno jovem e, sobretudo, feminino. É importante destacar que, para efeitos desta pesquisa, a juventude compreende a idade de 15 a 29 anos, conforme o Estatuto da Juventude<sup>14</sup>. Considerando essa faixa etária, foi empregado para a obtenção das taxas de permanência das jovens rurais no Nordeste, o estudo de coorte.

O estudo de coorte se refere à análise observacional, um modelo conceitual que consiste em selecionar uma amostra representativa da população com a finalidade de se verificar como suas características evoluem ao longo de um dado período (IPTSP UFG, 2011). Por se tratar de um estudo que traz a vantagem de avaliar desfechos múltiplos, a pesquisa de coorte tem sido utilizada em outras pesquisas, que não se limitam às pesquisas da área de saúde, a qual é usualmente aplicada. Sabe-se que independente de qual seja o método e as técnicas, eles terão suas vantagens e desvantagens específicas.

As análises de coorte podem ser empregadas de duas formas: estudos concorrentes ou de coorte prospectiva e estudos não-concorrentes ou de coorte histórica, retrospectiva. No primeiro caso, são selecionados indivíduos expostos e não expostos aos fatores que podem ter desencadeado as mudanças a serem ou não constatadas. Já nos estudos não concorrentes, busca-se descobrir um determinado fenômeno a partir de um fator já

---

<sup>14</sup>Lei n. 12.852, de 05 de agosto de 2013. Esse grupo, na faixa etária de 15 a 18 anos, é considerado pelo Estatuto como jovem-adolescente e para demais demandas sociais tem-se a classificação de 18 a 24 anos como jovem-jovem e de 25-29 anos como jovem-adulto.

ocorrido e como isso veio a incidir no surgimento de um novo acontecimento (IPTSP UFG, 2011).

Nesta pesquisa foi adotado o estudo de coorte não concorrente. As análises partem do passado, porém conservam a base de uma pesquisa por coorte: exposição em direção ao evento (IPTSP UFG, 2011). Foi considerado o grupo da população jovem rural por ser um segmento apontado como o mais exposto ao fenômeno da migração, sendo que a partir da escolha da região Nordeste foi possível alcançar a comparabilidade entre homens e mulheres na mesma faixa etária em relação às taxas de permanência nos estados dessa região. Neste caso, a análise quantitativa passou pelos seus três propósitos básicos: apontar uma característica social comum que foi a permanência no campo; traçar um perfil para suscitar possíveis relações causais e inferir resultados a partir de uma amostra representativa da região Nordeste.

Considera-se que quanto mais longo for o período de análise, maiores são as dificuldades de uniformização das informações coletadas. Vários estudos de coorte requerem observações em um espaço temporal diferenciado. Nesse interstício, a participação nos dados estatísticos de alguns indivíduos pode ser perdida por diversas causas (morte, mobilidade, etc), assim não se considerou a taxa de mortalidade no resultado do estudo. Assim, reportou-se a pessoa-tempo, um denominador para determinação de taxas em estudos de coorte, principalmente quando há várias características (idade, sexo, grupo étnico, etc) e diferentes tempos de seguimento (IPTSP UFG, 2011).

Em particular, para cumprir o desígnio da pesquisa, a análise se preocupa em contestar a concepção baseada na legislação e em classificações que partem de critérios urbanos para definir o que é o espaço rural. Essas classificações e representações sobre o rural incidem sobre a percepção populacional neste espaço, assim como em diferentes campos do conhecimento: geográfico, sociológico, econômico e político.

Como o censo demográfico só incorpora quesitos que revelam a mobilidade populacional, e sendo o processo de urbanização uma realidade das sociedades contemporâneas, a saída populacional do meio rural acabou ganhando maior destaque nos estudos acadêmicos do que o estudo da população rural não migrante. Em algumas situações, geralmente de interesse governamental, as observações seguem as

características que são convenientes (VELARDE, 2007), sendo a metodologia de coorte um caminho proposto para detectar um novo comportamento social.

O presente estudo de coorte utilizou as informações disponibilizadas pelos Censos Demográficos desde 1980, quando o Censo passou a registrar a diminuição da população que estava no campo. Dessa forma, comparando as informações sobre o número de indivíduos que tinham entre 15 a 29 anos, com o número de indivíduos entre 26 a 40 anos no Censo de 1991; depois com o número de pessoas que tinha entre 35 a 49 anos no Censo de 2000 e, por último, com o número de pessoas que tinha entre 45 a 59 anos no Censo de 2010 (VALADARES et al, 2016) obteve-se as taxas de permanência na região Nordeste . As idades mencionadas correspondem ao intervalo ocorrido entre cada Censo, respectivamente, 1980-1991 (onze anos), 1991-2000 (nove anos) e 2000-2010 (dez anos). Ou seja, para reforçar a ideia da metodologia utilizada é relevante lembrar, por exemplo, que o grupo que tinha de 15 a 19 anos ao ser acompanhado até o censo posterior tinha 26 a 30 anos, e assim sucessivamente.

Da mesma forma, o grupo que correspondeu à faixa etária jovem nos Censos de 1991 e 2000 foi acompanhado, utilizando-se o período seguinte. Considerando essa lógica, foi possível realizar uma análise comparativa do comportamento dos jovens rurais de cada década verificada (VALADARES et al, 2016). Foi realizado o levantamento do número de jovens do sexo masculino e do sexo feminino por área de domicílio e para a região Nordeste. Para melhor ilustrar a explicação, tem-se, conforme a metodologia descrita, o número da população por coortes (Tabela 1):

**Tabela 1- Juventude Rural no Nordeste (amostra)**

Faixa Etária		Rural		
		Masculino	Feminino	Total
1980	15 - 19	966.449	920.467	1.886.916
	20 - 24	645.029	666.856	1.311.885
	25 - 29	506.518	528.734	1.035.252
	<b>Total</b>	2.117.996	2.116.057	4.234.053
1991	15-19	985.364	864.242	1.849.606
	20-24	695.813	652.167	1.347.980
	25-29	560.819	541.365	1.102.184
	<b>Total</b>	2.241.997	2.057.773	4.299.770
	26-30	536.550	520.184	1.056.734
	31-35	430.313	431.270	861.583
	36-40	380.814	387.432	768.246
	<b>Total</b>	1.347.677	1.338.886	2.686.563
	2000	15-19	942.342	825.244
20-24		705.020	610.302	1.315.322
25-29		518.894	467.357	986.251
<b>Total</b>		2.166.256	1.902.903	4.069.158
24-28		552.498	489.880	1.042.378
29-33		458.480	430.890	889.370
34-38		424.242	394.967	819.208
<b>Total</b>		1.435.220	1.315.736	2.750.956
35-39		408.344	380.543	788.887
40-44		336.974	324.034	661.008
45-49		293.532	287.993	581.526
<b>Total</b>		1.038.850	992.570	2.031.421

Faixa Etária		Rural		
		Masculino	Feminino	Total
2010	15-19	790.903	715.628	1.506.530
	20-24	677.359	613.598	1.290.957
	25-29	594.669	543.505	1.138.174
	<b>Total</b>	2.062.931	1.872.731	3.935.661
	25-29	594.669	543.505	1.138.174
	30-34	524.809	479.830	1.004.638
	35-39	450.728	408.029	858.756
	<b>Total</b>	1.570.206	1.431.363	3.001.569
	34-38	467.797	422.013	889.810
	39-43	421.825	386.552	808.377
	44-48	380.796	350.867	731.663
	<b>Total</b>	1.270.419	1.159.432	2.429.850
45-49	366.671	337.990	704.661	
50-54	305.110	293.531	598.640	
55-59	268.430	260.430	528.861	
<b>Total</b>	940.211	891.952	1.832.163	

Fonte: IBGE Censo 1980, 1991, 2000 e 2010

Elaboração: NINSOC/IPEA

Para saber a taxa de permanência divide-se o número de pessoas do Censo (subsequente), de acordo com a respectiva idade transcorrida, com o número correspondente ao Censo anterior.

**Tabela 2-** Cálculo da taxa de permanência da juventude rural no Nordeste Feminino

920.467		864.242		825.244
520.184		489.880		543.505
56,51		56,68		65,86
666.856		652.167		610.302
431.270		430.890		479.830
64,67		66,07		78,62
528.734		541.365		467.357
387.432		394.967		408.029
73,28		72,96		87,31

Fonte: IBGE Censo 1980, 1991, 2000 e 2010

Elaboração: NINSOC/ IPEA

Essa estratégia metodológica descarta dois efeitos que não eram desejáveis na pesquisa: o efeito do crescimento vegetativo (que é a diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade) e o efeito da pirâmide etária (que aponta a expectativa de vida da população). Desse modo, ainda restou o efeito da migração (verificado na análise de coorte) e o efeito do crescimento do perímetro urbano, sendo que sobre este último não foi possível relacionar a sua ampliação sobre a dimensão da população rural observada. Assim, foram verificadas as diferenças entre as taxas de permanência por sexo, tendo como pressuposto que as jovens mulheres são as que menos continuam no lugar de origem.

Na interpretação das tabelas, levam-se em conta as taxas de permanência destacadas em cores, que significam cada corte acompanhada para facilitar na interpretação. As taxas não destacadas se referem ao acompanhamento da mesma coorte ao longo dos intervalos analisados, por exemplo, de 1980 a 1991, 56,51% das jovens de 15 a 19 anos estavam no rural nordestino, sendo que no período de 1991 a 2000 desse total permaneciam 56,68%, lógica aplicada para o intervalo seguinte e para as outras coortes. Em alguns casos apresentados nas taxas de permanência por estado, o percentual

ultrapassa os 100% (taxas não destacadas), isso significa que houve um aumento da população rural na faixa etária subsequente.

Ao desagregar as informações por estado, para verificar as taxas de permanência na região Nordeste, as mudanças em relação ao comportamento da juventude rural se revelam nítidas ao longo do período analisado. Para facilitar as análises dos estados nordestinos, com exceção da Bahia que é o maior estado e que, por isso, optou-se por analisar separadamente, os demais estados foram agrupados de dois em dois, de acordo com a proximidade e tamanho, porém a análise se preocupa em ser regional para verificar se houve a mesma tendência em todas as partes do território em questão. Assim, foram analisados em conjunto: Maranhão e Piauí, Paraíba e Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte e Alagoas e Sergipe.

Na sequência, são apresentadas as taxas de permanência da juventude rural no Nordeste, com destaque para as mulheres dessa região, com base nos dados dos Censos de 1980-1991, 1991-2000, 2000-2010, com destaque para as mulheres. As taxas de permanência devem ser interpretadas como o percentual de pessoas de determinada coorte que permaneceu no campo em relação ao Censo Demográfico anterior.

## 2.2 MARANHÃO E PIAUÍ

As tabelas 3 e 4 apresentam as taxas de permanência da juventude rural masculina e feminina nos estados do Maranhão e do Piauí<sup>15</sup>. Estes estados ocupam o segundo e terceiro lugar em extensão na região Nordeste. Conforme o IBGE são os territórios com maior população rural.

Censos de origem		Taxa de Permanência					
Censo	Coorte	Homem			Mulher		
		1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010
1980	15-19	65,99	56,68	91,76	69,83	55,53	91,71

<sup>15</sup> O território maranhense está distribuído em 5 mesorregiões, com uma subdivisão de 21 microrregiões e 217 municípios, já o território piauiense é dividido em 4 mesorregiões, em 15 microrregiões e um total de 224 municípios.

	20-24	72,09	57,53	92,40	71,80	59,31	89,40
	25-29	78,64	55,59	91,47	76,50	58,19	92,07
1991	15-19		53,57	88,70		49,35	91,57
	20-24		56,32	94,94		53,19	94,66
	25-29		61,42	92,06		56,26	92,21
2000	15-19			70,32			75,31
	20-24			79,84			86,67
	25-29			91,43			92,46

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo).  
Elaboração própria.

Ao analisar a taxa de permanência no estado do Maranhão (tabela 3) e no estado do Piauí (tabela 4), foi observado que, no período de 1980 a 1991, as mulheres na faixa etária de 15 a 19 anos permaneceram 3,84 p.p e 2,62 p.p a mais que os homens jovens. Isto é, as taxas foram de 65,99% contra 69,83% para as mulheres maranhenses e de 52,51% contra 55,13% para as mulheres piauienses.

Na idade de 20 a 24 anos, os jovens tiveram taxas de permanência superiores em relação à taxa feminina. No Maranhão, os homens apresentaram uma taxa de 72,09% e as mulheres 71,80%, uma diferença de 0,29 p.p. Entre os jovens piauienses, a taxa foi de 67,24% para os homens e de 65,65% para as mulheres, ou seja, 1,59 p.p de diferença para os homens. Tendência que pôde ser verificada entre os jovens de 25 a 29 anos nos dois estados, onde apresentaram taxas de permanência um pouco mais elevadas do que as taxas das jovens mulheres.

Censos de origem		Taxa de Permanência					
Censo	Coorte	Homem			Mulher		
		1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010
1980	15-19	52,51	77,12	99,05	55,13	74,35	98,62
	20-24	67,24	77,91	98,03	65,65	76,45	99,25
	25-29	74,90	80,44	98,51	74,11	77,22	100,06
1991	15-19		53,35	90,04		53,07	91,44
	20-24		66,60	100,12		65,32	97,65
	25-29		75,68	98,14		73,26	99,54

2000	15-19			64,14			67,38
	20-24			77,07			81,85
	25-29			92,11			93,64

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo).  
Elaboração própria.

No intervalo de 1991 a 2000, a queda na taxa de permanência foi verificada para ambos os sexos, porém os homens permaneceram mais do que as mulheres nesse período, isso para todas as coortes analisadas no estado Maranhão e no estado do Piauí.

Todavia, houve um maior salto na permanência das mulheres pode ser verificado no período de 2000 a 2010. As mulheres apresentaram taxas de permanência superiores nas três coortes analisadas, com uma diferença de 4,99 p.p (15 a 19 anos), 6,83 p.p (20 a 24 anos) e 1,03 p.p (25 a 29 anos) a mais para as jovens maranhenses, e de 3,24 p.p (15 a 19 anos), 4,78 p.p (20 a 24 anos) e 1,53 p.p (25 a 29 anos) a mais para as jovens piauienses em relação às taxas masculinas.

Nas tabelas 5 e 6 é possível verificar os diferenciais de perda e de aumento na taxa de permanência entre os homens e entre as mulheres nos dois estados. As quedas nas taxas de permanência, observadas no período de 1991 a 2000, foram recuperadas no intervalo de 2000 a 2010 gerando um saldo positivo em todas as coortes analisadas nesses estados, sobretudo para as taxas femininas que ficaram acima das taxas masculinas tanto no Maranhão como no Piauí.

**Tabela 5-Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Maranhão: 1980-2010)**

Coorte	Diferença entre as taxas de permanência (em pontos percentuais)			
	Homens		Mulheres	
	(Tx. Perm.1991-2000)-(Tx. Perm.1980-1991)	(Tx. Perm.2000-2010)-(Tx. Perm.1991-2000)	(Tx. Perm.1991-2000)-(Tx. Perm.1980-1991)	(Tx. Perm.2000-2010)-(Tx. Perm.1991-2000)
15-19	-12,41	+16,75	-20,48	+25,96
20-24	-15,77	+23,52	-18,61	+33,48
25-29	-17,22	+30,01	-20,24	+36,20

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo).  
Elaboração própria

<b>Tabela 6-Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Piauí: 1980-2010)</b>				
<b>Coorte</b>	<b>Diferença entre as taxas de permanência (em pontos percentuais)</b>			
	<b>Homens</b>		<b>Mulheres</b>	
	<b>(Tx. Perm.1991-2000)-(Tx. Perm.1980-1991)</b>	<b>(Tx. Perm.2000-2010)-(Tx. Perm.1991-2000)</b>	<b>(Tx. Perm.1991-2000)-(Tx. Perm.1980-1991)</b>	<b>(Tx. Perm.2000-2010)-(Tx. Perm.1991-2000)</b>
15-19	+0,84	+10,79	-2,06	+14,31
20-24	-0,64	+10,47	-0,33	+16,53
25-29	+0,78	+16,43	-0,85	+ 20,38

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo).  
Elaboração própria

### 2.3 PARAÍBA E PERNAMBUCO

Nas tabelas 7 e 8 estão descritas as taxas de permanência da juventude masculina e feminina que residem nas áreas rurais da Paraíba e de Pernambuco<sup>16</sup>. Considerando a região Nordeste, estes são os dois estados apontados pela leitura oficial do IBGE como os mais urbanizados.

<b>Tabela 7 - Taxa de permanência da juventude no campo por sexo (Paraíba: 1980-2010)</b>							
<b>Censos de origem</b>		<b>Taxa de Permanência</b>					
	<b>Coorte</b>	<b>Homem</b>			<b>Mulher</b>		
		<b>1980-1991</b>	<b>1991-2000</b>	<b>2000-2010</b>	<b>1980-1991</b>	<b>1991-2000</b>	<b>2000-2010</b>
<b>1980</b>	<b>15-19</b>	43,54	82,37	91,16	46,08	79,52	87,68
	<b>20-24</b>	59,79	85,24	92,74	58,85	80,49	85,88
	<b>25-29</b>	73,13	81,63	94,05	69,19	79,40	89,72
<b>1991</b>	<b>15-19</b>		51,26	86,26		52,83	87,20
	<b>20-24</b>		65,80	93,84		65,81	92,39
	<b>25-29</b>		78,02	92,95		77,91	86,99
<b>2000</b>	<b>15-19</b>			59,50			60,63
	<b>20-24</b>			74,49			78,60
	<b>25-29</b>			88,90			88,61

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo).  
Elaboração própria.

<sup>16</sup> O estado da Paraíba corresponde a 3,6% da área total do Nordeste, com uma divisão em 4 mesorregiões, 23 microrregiões e, apesar de possuir a menor extensão territorial da região, ainda é subdividido em 223 municípios. A divisão do território de Pernambuco segue a composição de 5 mesorregiões, 19 microrregiões com 185 municípios e um distrito estadual.

Conforme as informações sobre as taxas de permanência na Paraíba e em Pernambuco, no intervalo de 1980 a 1991, as mulheres de 15 a 19 anos apresentaram uma taxa de permanência no rural mais elevada em relação aos jovens na mesma faixa etária – uma taxa de 46,08 (2,54 p.p a mais que os jovens paraibanos) e de 50,50 (0,66 p.p a mais que os jovens pernambucanos).

Censos de origem		Taxa de Permanência					
Censo	Coorte	Homem			Mulher		
		1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010
1980	15-19	49,84	76,99	87,06	50,50	75,71	84,43
	20-24	62,39	80,18	85,93	58,40	78,64	87,35
	25-29	69,94	81,12	89,01	66,88	77,08	84,47
1991	15-19		56,44	83,71		58,07	83,17
	20-24		68,16	87,90		67,49	86,16
	25-29		76,08	87,19		75,11	84,96
2000	15-19			61,61			63,03
	20-24			73,26			76,25
	25-29			84,74			84,60

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo).  
Elaboração própria.

No período que compreende os anos de 1991 a 2000, as taxas de permanência dos jovens rurais nos estados destacados tiveram o mesmo comportamento - ambos os sexos apresentaram um aumento nas taxas de permanência. Na Paraíba, com exceção da coorte de 25 a 29 anos, as mulheres apresentaram um crescimento maior na coorte de 15 a 19 anos e uma taxa igual à masculina na coorte de 20 a 24 anos. Já no estado de Pernambuco, os diferenciais das taxas de permanência, ao serem comparados, foram de 1,63 p.p a mais para as mulheres de 15 a 19 anos e de 0,67 p.p (20 a 24 anos) e de 0,97 p.p a mais para os homens em relação às taxas femininas.

Coorte	Diferença entre as taxas de permanência (em pontos percentuais)	
	Homens	Mulheres

	(Tx. Perm.1991-2000)–(Tx. Perm.1980-1991)	(Tx. Perm.2000-2010)–(Tx. Perm.1991-2000)	(Tx. Perm.1991-2000)–(Tx. Perm.1980-1991)	(Tx. Perm.2000-2010)–(Tx. Perm.1991-2000)
15-19	+7,72	+8,24	+6,75	+7,80
20-24	+6,01	+8,69	+6,96	+12,79
25-29	+4,89	+10,88	+8,72	+10,70

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo).

Elaboração própria

A tabela 9 e a tabela 10 mostram o aumento nas taxas de permanência comparando o período inicial (1980-1991 com 1991-2000) e o período seguinte (1991-2000 com 2000-2010). O crescimento dos pontos percentuais foi percebido em todas as coortes analisadas, sendo que entre as jovens paraibanas e entre as jovens pernambucanas o menor aumento de algumas coortes na década anterior (1991-2000) em relação às taxas masculinas foi recuperado no período posterior.

<b>Tabela 10 - Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Pernambuco: 1980-2010)</b>				
<b>Coorte</b>	<b>Diferença entre as taxas de permanência (em pontos percentuais)</b>			
	<b>Homens</b>		<b>Mulheres</b>	
	(Tx. Perm.1991-2000)–(Tx. Perm.1980-1991)	(Tx. Perm.2000-2010)–(Tx. Perm.1991-2000)	(Tx. Perm.1991-2000)–(Tx. Perm.1980-1991)	(Tx. Perm.2000-2010)–(Tx. Perm.1991-2000)
15-19	+6,60	+5,17	+7,57	+4,96
20-24	+5,77	+5,10	+9,09	+8,96
25-29	+6,14	+8,66	+8,23	+9,49

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo).

Elaboração própria

O último intervalo analisado, o período de 2000 a 2010, traz a evidência da permanência feminina com maior proeminência. As mulheres paraibanas apresentaram taxas superiores para as idades de 15 e 19 anos e para as idades de 20 a 24 anos – as taxas correspondem a 60, 63% (+1,13 p.p) e 78,60 (+4,11 p.p) em comparação aos percentuais masculinos, sendo que somente no grupo de 25 a 29 anos a taxa foi maior para os jovens, com um diferencial de apenas 0,29 p.p a menos para as mulheres no mesmo grupo etário.

Entre as jovens de Pernambuco, as taxas de permanência para as jovens de 15 a 19 anos apresentaram uma diferença de 1,42 p.p a mais para elas. Para as jovens de 20 a 24 anos, a diferença nas taxas foi de 2,99 p.p para elas, sendo somente no grupo de 25 a 29 anos que a taxa apresentaria o mesmo comportamento observado para as jovens da

Paraíba na mesma faixa etária, os homens permaneceram mais com uma diferença de 0,14 p.p.

## 2.4 BAHIA

Na tabela 11 foram verificadas as taxas de permanência da juventude rural no maior estado do Nordeste, a Bahia<sup>17</sup>. A extensa dimensão territorial faz com que o estado tenha o maior número de divisas com outros estados: Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Piauí, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo, trazendo uma ampla opção de rotas migratórias inter-regionais.

Censos de origem		Taxa de Permanência					
	Coorte	Homem			Mulher		
		1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010
1980	15-19	59,12	77,73	86,77	58,29	74,95	85,88
	20-24	68,82	81,51	88,19	66,24	76,58	88,86
	25-29	77,81	78,21	90,65	75,76	76,38	89,34
1991	15-19		55,45	61,46		55,84	80,98
	20-24		65,07	67,58		66,52	85,09
	25-29		76,88	65,64		73,38	86,92
2000	15-19			58,95			60,87
	20-24			69,58			73,01
	25-29			83,02			82,20

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo).

Elaboração própria.

A tabela acima revela que no primeiro período analisado, 1980 a 1991, os homens permaneceram mais do que as mulheres. Em nenhuma das três coortes analisadas as jovens baianas mostraram ficar mais que os homens na mesma faixa etária.

O segundo período observado, 1991 a 2000, evidenciou a diminuição na

<sup>17</sup> O território baiano possui 07 mesorregiões, 32 microrregiões, onde estão distribuídos 417 municípios, conforme os critérios do IBGE.

permanência para ambos os sexos, com exceção para a coorte feminina de 20 a 24 anos que se manteve com 0,28 p.p a mais do que no período anterior. As jovens permaneceram 0,39 p.p (15 a 19 anos), 1,45 p.p (20 a 24 anos) e 3,5 p.p (25 a 29 anos) a mais que os jovens baianos.

Como mostra a tabela 12, os diferenciais de queda na permanência no período de 1991 a 2000 entre os homens foram similares aos diferenciais de aumento no período posterior para as coortes de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos. Para a coorte de 25 a 29 anos houve uma pequena diminuição nesse período de 0,93 p.p, sendo que no período seguinte foi a taxa que apresentou o maior ganho de percentual, mantendo-se assim como a faixa etária com maior permanência dos jovens baianos. Entre as mulheres, a perda nos diferenciais foi similar para as coortes de 15 a 19 anos (- 2,45 p.p) e de 25 a 29 anos (-2,38 p.p) e para coorte de 20 a 24 anos a taxa foi positiva, conforme já mencionado.

No período de 2000 a 2010, a permanência continuou mais elevada para as mulheres, com exceção da taxa referente às jovens de 25 a 29 anos, visto que os homens apresentaram uma maior taxa de permanência. Entre os homens e as mulheres de 15 a 19 anos o diferencial na taxa foi de 1,92 p.p (58,95% para os homens contra 60,87% para as mulheres) e para o grupo de 20 a 24 anos, as taxas também aumentaram para 73,01% entre as mulheres e para 69,58% entre os homens, um diferencial de 3,43 p.p a mais para as elas.

<b>Tabela 12 - Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Bahia: 1980-2010)</b>				
<b>Coorte</b>	<b>Diferença entre as taxas de permanência (em pontos percentuais)</b>			
	<b>Homens</b>		<b>Mulheres</b>	
	<b>(Tx. Perm.1991-2000)-(Tx. Perm.1980-1991)</b>	<b>(Tx. Perm.2000-2010)-(Tx. Perm.1991-2000)</b>	<b>(Tx. Perm.1991-2000)-(Tx. Perm.1980-1991)</b>	<b>(Tx. Perm.2000-2010)-(Tx. Perm.1991-2000)</b>
15-19	-3,67	+3,50	-2,45	+5,03
20-24	-3,75	+4,51	+0,28	+6,49
25-29	-0,93	+6,14	-2,38	+8,82

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo).  
Elaboração própria.

No estado da Bahia, os dados revelaram que as taxas de permanência entre a juventude masculina e feminina apresentaram no período de 1991 a 2000 a mesma tendência de crescimento, porém foram as jovens baianas que mais permaneceram

durante esse período e durante a década de 2000 a 2010.

## 2.5 CEARÁ E RIO GRANDE DO NORTE

As tabelas 13 e 14 se referem às taxas de permanência entre os jovens rurais no estado do Ceará e do Rio Grande do Norte<sup>18</sup>.

No estudo das coortes, para o período de 1980 a 1991, verificou-se que as mulheres cearenses e potiguares tiveram maiores taxas de permanência nas idades de 15 a 19 anos, em relação aos homens na mesma faixa etária. Para as idades de 20 a 24 anos, a taxa foi superior para os homens cearenses e para os jovens potiguares a taxa foi inferior à taxa feminina com uma diferença de 0,91 p.p. A última faixa etária analisada (25 a 29 anos) mostrou que as jovens cearenses tiveram um percentual de 0,05 p.p a mais em relação aos jovens da região, situação que não ocorreu com as jovens potiguares que apresentaram uma taxa menor que a dos homens nesse grupo etário.

Censos de origem		Taxa de Permanência					
	Coorte	Homem			Mulher		
		1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010
1980	15-19	48,53	84,44	93,43	49,05	81,09	94,47
	20-24	62,46	85,26	96,37	60,13	80,83	96,87
	25-29	70,32	86,47	96,12	70,37	78,82	94,30
1991	15-19		59,00	90,63		60,68	93,19
	20-24		75,02	95,66		74,34	94,63
	25-29		84,17	93,82		83,44	92,12
2000	15-19			65,38			70,33
	20-24			80,61			84,39
	25-29			92,38			93,21

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo).  
Elaboração própria.

<sup>18</sup> O estado do Ceará está regionalizado em 07 mesorregiões, 33 microrregiões, que por sua vez estão subdivididas em 184 municípios. No caso do Rio Grande do Norte, o estado está dividido em 04 mesorregiões, 19 microrregiões com 167 municípios.

**Tabela 14 - Taxa de permanência da juventude no campo por sexo (Rio Grande do Norte: 1980-2010)**

Censos de origem		Taxa de Permanência					
	Coorte	Homem			Mulher		
		1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010
1980	15-19	56,43	87,29	86,39	58,27	83,91	86,23
	20-24	65,69	86,41	86,39	66,60	87,19	87,22
	25-29	77,02	85,91	86,39	72,85	87,52	85,56
1991	15-19		68,43	81,45		71,01	86,23
	20-24		75,35	88,09		81,76	87,22
	25-29		87,11	85,02		83,95	85,56
2000	15-19			69,14			68,45
	20-24			74,63			77,02
	25-29			83,86			83,19

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo).  
Elaboração própria.

No intervalo de 1991 a 2000, as taxas de permanência continuaram a crescer entre os/as jovens cearenses e potiguares. Ao comparar as taxas de permanência entre os sexos, as diferenças foram de 1,68 p.p (15 a 19 anos) a mais para as mulheres cearenses e nas demais coortes o aumento foi maior para as taxas masculinas, representado pelos percentuais de 0,68 p.p (20 a 24 anos) e 0,73 p.p (25 a 29 anos).

Entre os jovens potiguares, o aumento das taxas de permanência ocorreu para ambos os sexos, porém com percentuais mais elevados entre as mulheres nas coortes de 15 a 19 anos (68,43% para os homens contra 71,01% para as mulheres) e de 20 a 24 anos (75,35% para os homens contra 81,76% para as mulheres), diferenciais de respectivamente 2,58 p.p e de 6,41 p.p. em comparação aos jovens potiguares. Já a coorte de 25 a 29 anos, o percentual de permanência foi maior para os homens, sendo identificado pela diferença de 3,16 p.p (83,95% para as mulheres contra 87,11% para os homens).

No último intervalo de 2000 a 2010, as taxas de permanência continuaram a crescer para a juventude cearense e apenas para a coorte masculina de 15 a 19 anos entre a juventude potiguar. As maiores diferenças entre as taxas masculinas e femininas no Ceará foram representadas pela faixa etária de 15 a 19 anos (+4,95 p.p) e a de 20 a 24

anos (+ 3,78 p.p). No Rio Grande do Norte, a queda nas taxas de permanência da juventude veio representada pela diminuição das taxas de permanência das mulheres em relação aos homens desse estado, tendo em vista que apenas a coorte de 20 a 24 anos apresentou um percentual com 2,39 p.p a mais que eles (77,02% para as mulheres contra 74,63% para os homens).

<b>Tabela 15 - Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Ceará: 1980-2010)</b>				
<b>Coorte</b>	<b>Diferença entre as taxas de permanência (em pontos percentuais)</b>			
	<b>Homens</b>		<b>Mulheres</b>	
	<b>(Tx. Perm.1991-2000)–(Tx. Perm.1980-1991)</b>	<b>(Tx. Perm.2000-2010)–(Tx. Perm.1991-2000)</b>	<b>(Tx. Perm.1991-2000)–(Tx. Perm.1980-1991)</b>	<b>(Tx. Perm.2000-2010)–(Tx. Perm.1991-2000)</b>
15-19	+10,47	+6,38	+11,63	+9,65
20-24	+12,56	+5,59	+14,21	+10,05
25-29	+13,85	+8,21	+13,07	+9,77

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo)

Elaboração própria

Na tabela 15, verifica-se que as taxas de permanência dos/as jovens cearenses seguiram a mesma tendência durante os intervalos de 1991 a 2000 e de 2000 a 2010, confirmando que apesar do aumento das taxas por sexo, foram as mulheres que mais permaneceram nesse estado. Ao verificar as informações da tabela 16 o aumento nas taxas de permanência, constatado no período de 1991 a 2000, principalmente para as mulheres potiguares, sofreu uma queda na última década (2000-2010), o que gerou nesse caso uma situação reversa ao fenômeno verificado nos outros estados. Dessa forma, somente na coorte de 20 a 24 anos elas continuaram a apresentar maiores taxas em relação aos homens desse estado. Ainda assim, dado que o estado apresentou taxas elevadas no período anterior, há de se considerar que as taxas não se distanciam das outras taxas de permanência observadas.

<b>Tabela 16 - Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Rio Grande do Norte: 1980-2010)</b>				
<b>Coorte</b>	<b>Diferença entre as taxas de permanência (em pontos percentuais)</b>			
	<b>Homens</b>		<b>Mulheres</b>	
	<b>(Tx. Perm.1991-2000)–(Tx. Perm.1980-1991)</b>	<b>(Tx. Perm.2000-2010)–(Tx. Perm.1991-2000)</b>	<b>(Tx. Perm.1991-2000)–(Tx. Perm.1980-1991)</b>	<b>(Tx. Perm.2000-2010)–(Tx. Perm.1991-2000)</b>

15-19	+12,00	+0,71	+12,74	-2,56
20-24	+9,66	-0,72	+15,66	-4,74
25-29	+10,09	-3,25	+11,10	-0,76

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo).  
Elaboração própria

## 2.6 ALAGOAS E SERGIPE

A tabela 17 e a tabela 18 ilustram as taxas de permanência da juventude rural masculina e feminina localizadas nos estados de Alagoas e Sergipe<sup>19</sup>, os menores estados da região Nordeste.

Censos de origem		Taxa de Permanência					
Censo	Coorte	Homem			Mulher		
		1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010
1980	15-19	63,09	67,41	82,23	61,91	68,63	78,85
	20-24	66,63	74,54	80,25	66,95	70,83	84,99
	25-29	76,35	72,92	79,03	77,47	70,17	84,74
1991	15-19		56,89	73,58		55,28	78,45
	20-24		60,58	86,02		59,08	84,47
	25-29		68,89	82,98		69,25	79,50
2000	15-19			57,33			60,03
	20-24			66,58			68,97
	25-29			76,31			80,55

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo).  
Elaboração própria.

A juventude rural de Alagoas apresentou de 1980 a 1991 uma maior taxa de permanência para os homens de 15 a 19 anos. Ao observar as taxas de permanência entre os jovens de 20 a 24 anos, percebeu-se que as taxas entre os jovens alagoanos foram semelhantes, mas com o diferencial mais elevado para as mulheres, o que ocorreu de

<sup>19</sup> O estado de Alagoas está dividido em 03 mesorregiões, 13 microrregiões que compreendem 102 municípios. O estado de Sergipe possui o mesmo número de mesorregiões e microrregiões, onde se localizam 75 municípios.

forma diferente entre os jovens sergipanos, visto que os jovens dessa idade permaneceram 6,74 p.p a mais do que as mulheres (61,05% para as mulheres contra 67,79% para os homens). Na última faixa de idade verificada, as jovens alagoanas permaneceram 1,12 p.p a mais em relação aos homens, ao passo que em Sergipe foram os homens que permaneceram 0,31 p.p a mais que as mulheres.

Censos de origem		Taxa de Permanência					
	Coorte	Homem			Mulher		
		1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010
1980	15-19	54,06	89,43	98,04	53,61	90,21	96,32
	20-24	67,79	93,63	97,38	61,05	91,48	101,65
	25-29	73,38	92,40	92,62	73,07	86,70	95,38
1991	15-19		68,22	89,80		68,69	97,30
	20-24		75,96	101,84		79,68	95,88
	25-29		90,57	95,35		88,64	95,74
2000	15-19			69,57			74,32
	20-24			80,82			91,15
	25-29			93,00			97,55

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo).  
Elaboração própria.

Conforme a tabela 19 e a tabela 20, os diferenciais de 1991 a 2000 apontam que no período houve uma queda nas taxas de permanência em Alagoas. A redução nas taxas ocorreu para os homens e para as mulheres, porém, eles apresentaram taxas mais elevadas para as coortes de 15 a 19 anos (55,28% para as mulheres contra 56,89% para os homens) e de 20 a 24 anos (59,08% para as mulheres contra 60,58% para os homens). Os diferenciais foram representados pelos seguintes pontos percentuais: 1,61 p.p e 1,5 p.p. Na coorte de 25 a 29 anos as jovens alagoanas ficaram mais que os homens com um taxa de 69,25% em relação à 68,89%, que em pontos percentuais representou uma diferença de 0,36 p.p.

Nesse período de 1991 a 2000, as/os jovens sergipanos apresentaram o aumento

nas taxas de permanência, sendo que as mulheres tiveram taxas mais elevadas que os homens nas coortes de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos – os diferenciais foram de 0,47 p.p (68,22% para os homens contra 68,69% para as mulheres) e de 3,72 p.p (75,96% para os homens contra 79,68% para as mulheres), respectivamente.

<b>Tabela 19 - Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Alagoas: 1980-2010)</b>				
<b>Coorte</b>	<b>Diferença entre as taxas de permanência (em pontos percentuais)</b>			
	<b>Homens</b>		<b>Mulheres</b>	
	<b>(Tx. Perm.1991-2000)–(Tx. Perm.1980-1991)</b>	<b>(Tx. Perm.2000-2010)–(Tx. Perm.1991-2000)</b>	<b>(Tx. Perm.1991-2000)–(Tx. Perm.1980-1991)</b>	<b>(Tx. Perm.2000-2010)–(Tx. Perm.1991-2000)</b>
15-19	-6,20	+0,44	-6,63	+4,75
20-24	-6,05	+6,00	-7,87	+9,89
25-29	-7,46	+7,42	-8,22	+11,30

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo).  
Elaboração própria

<b>Tabela 20 - Diferença entre as taxas de permanência da juventude no campo por coorte e censo de origem (Sergipe: 1980-2010)</b>				
<b>Coorte</b>	<b>Diferença entre as taxas de permanência (em pontos percentuais)</b>			
	<b>Homens</b>		<b>Mulheres</b>	
	<b>(Tx. Perm.1991-2000)–(Tx. Perm.1980-1991)</b>	<b>(Tx. Perm.2000-2010)–(Tx. Perm.1991-2000)</b>	<b>(Tx. Perm.1991-2000)–(Tx. Perm.1980-1991)</b>	<b>(Tx. Perm.2000-2010)–(Tx. Perm.1991-2000)</b>
15-19	+14,16	+1,35	+15,08	+5,63
20-24	+8,47	+4,86	+18,63	+11,47
25-29	+17,19	+2,43	+15,57	+8,91

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo).  
Elaboração própria

Assim como nos outros estados do Nordeste, no período de 2000 a 2010 as taxas de permanência entre os jovens de Alagoas e Sergipe cresceram consideravelmente. As mulheres apresentaram diferenciais de 2,7 p.p (15 a 19 anos), 2,39 p.p (20 a 24 anos) e 4,24 p.p (25 a 29 anos) a mais que os homens alagoanos e de 4,75 p.p (15 a 19 anos), 10,33 p.p (20 a 24 anos) e de 4,55 p.p (25 a 29 anos) a mais que os homens sergipanos.

Em relação ao estado de Alagoas pôde-se afirmar que a permanência entre os jovens alagoanos tem acontecido de forma equilibrada tanto para os homens quanto para as mulheres, mas, ainda assim, são as mulheres que mais têm permanecido na zona rural desse estado. Já no estado de Sergipe foram os homens que apresentaram taxas

superiores de permanência no período de 1980 a 1991, em todas as coortes jovens analisadas. Porém, nos intervalos posteriores foram as mulheres que obtiveram maiores taxas de permanência, sendo a taxa de permanência entre as 20 a 24 anos, no último período de 2000 a 2010, a taxa mais alta em relação às taxas observadas nos outros estados nordestinos.

## **CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS RESULTADOS**

O estudo do comportamento da juventude rural em relação à sua permanência na região Nordeste, permite perceber mudanças significativas ao longo dos Censos selecionados na análise de coorte, que incidiu para que houvesse tendências para cada período verificado. Essas tendências suscitam pensar sobre que fatores teriam incidido para que, no período de 1991 a 2000, os/as jovens tivessem diminuição nas taxas de permanência em algumas coortes masculinas e femininas de alguns estados do Nordeste e, de modo geral, nos estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Alagoas. E o que teria causado a reversão da queda no período posterior (2000-2010), sobretudo em relação às taxas femininas? O que teria levado as taxas de permanência da juventude rural a apresentarem um comportamento diferenciado no estado do Rio Grande do Norte com o aumento significativo das taxas no período de 1991 a 2000 e um pequeno decréscimo das mesmas na década de 2000 a 2010 (com exceção da coorte masculina de 15 a 19 anos)? Ademais, quais as diferenças entre os estados nordestinos que permitem que algumas coortes apresentem comportamentos variados na permanência? A maior permanência de algumas coortes jovens e principalmente em relação às coortes femininas teria ocorrido devido às mulheres terem um maior ingresso às políticas públicas mencionadas nesta pesquisa, além de outras políticas e programas às quais podem ter contribuído para a melhoria de vida no espaço rural?

O primeiro período contemplado nesta pesquisa (1980-1991) evidenciou tendências apontadas pela literatura sobre a categoria jovem referente à maior permanência masculina no campo, o que no período de 1991 a 2000 ainda pôde ser verificado em alguns estados da região e com maior ocorrência na coorte de 25 a 29 anos. Porém, nesse período já se verificou o aumento da permanência da juventude rural na maioria dos estados nordestinos para ambos os sexos, ainda que prevalecesse um maior número de coortes masculinas com taxas de permanência superiores às

taxas femininas. Esse quadro sofreu alterações significativas no intervalo de 2000 a 2010, evidenciando que o aumento nas taxas de permanência para os estados (exceto no Rio Grande do Norte) ocorreu em todas as coortes jovens, com predominância para as coortes femininas.

Verificou-se que, durante o período de 1980 a 1991, foram os homens nordestinos que mais permaneceram na região. Os estados da Bahia e de Sergipe mostraram taxas de permanência superiores para os homens em todas as coortes analisadas neste intervalo. Em seguida, os estados do Maranhão, Piauí, Paraíba e Pernambuco indicaram uma maior taxa masculina para as faixas etárias de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos. Já o estado de Alagoas apresentou uma maior taxa masculina para o subgrupo de 15 a 19 anos, seguido pelo estado do Ceará com uma maior taxa para eles na faixa etária de 20 a 24 e o estado do Rio Grande do Norte que apresentou uma maior taxa para as idades de 25 a 29 anos. Entre os nove estados nordestinos, em sete deles os jovens de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos permaneceram mais que as mulheres no primeiro período retratado. A faixa etária com os diferenciais mais elevados para os homens foi a de 20 a 24 anos de idade.

As mulheres de 15 a 19 anos, durante o período de 1980 a 1991, apresentaram uma maior participação nas taxas de permanência ao se comparar às taxas masculinas do mesmo grupo etário, apesar de que em relação às coortes jovens é a faixa etária que apresenta menores percentuais de permanência. Os percentuais foram maiores para elas nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. No subgrupo de 20 a 24 anos, as mulheres apresentaram maiores taxas no Rio Grande do Norte e em Alagoas, sendo que neste último estado também apresentaram maiores taxas nas idades de 25 a 29 anos. No Ceará elas apresentaram uma diferença muito pequena nesta última faixa etária em relação aos homens.

No intervalo de 1991 a 2000, as diferenças nas taxas de permanência entre os/as jovens passam a ser menores ao se comparar as coortes de ambos os sexos, pois há uma maior permanência das mulheres em relação ao período anterior (1980-1991) apesar da maior permanência dos homens (de modo geral), nos estados da Paraíba, Bahia, Rio Grande do Norte e Sergipe as mulheres passaram a permanecer mais que o sexo masculino. Além disso, ao apontar o êxodo na década de noventa em outras regiões do país, alguns estudos identificaram a maior saída das mulheres do rural na

faixa etária de 15 a 19 anos, a exemplo de Santa Catarina onde a masculinização entre os jovens desta idade mostrou-se mais significativa (FERRARI et al, 2004), indicando que mesmo em regiões em expansão econômica, a migração passava a ser seletiva. Todavia, conforme pôde ser observado, apesar dessa faixa etária apresentar menores taxas de permanência ao ser comparada as outras coortes jovens, foi nesse grupo etário que as mulheres apresentaram taxas superiores de permanência em relação aos homens da mesma coorte, isso para a maioria dos estados nordestinos. Assim, apesar da menor representação nas coortes jovens, a situação sobre a saída desse grupo jovem do rural não se delineou como um fenômeno generalizado para outros estados e outras regiões.

Nesse período (1991-2000) houve queda nas taxas de permanência para os estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Alagoas, conforme apresentado nos diferenciais entre homens e entre mulheres. As jovens maranhenses e piauienses apresentaram taxas menores em relação aos jovens de seus estados em todas as coortes verificadas, sendo que na Bahia isso ocorreu somente na coorte de 25 a 29 anos e em Alagoas nas coortes de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos.

Para o período de 2000 a 2010, as taxas de permanência aumentaram tanto para os homens como para as mulheres nordestinas, porém as taxas femininas foram superiores na região. Apenas na faixa etária de 25 a 29 anos, nos estados do Bahia, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, a taxa de permanência foi superior para os homens em relação às mulheres. Os estados que apresentaram as maiores taxas de permanência feminina foram Maranhão e Sergipe no geral. Na desagregação da análise por subgrupos, os estados que apresentaram maior taxa de permanência para as idades de 15 a 19 e de 20 a 24 anos foram Maranhão, Sergipe e Ceará. Já na faixa etária de 25 a 29 anos foram Sergipe, Piauí e Ceará, embora todos os estados tenham apresentado taxas de permanência elevadas que contrastam o cenário de esvaziamento do campo.

Dessa forma, a leitura dos perfis por coortes ajudou a verificar que as decisões dos/as jovens nos estados nordestinos passaram a não seguir as convencionais direções indicadas para esse grupo social. Diferentemente dos desequilíbrios de permanência no rural entre os sexos no meio rural, apontados por estudos em algumas regiões do país, não se pode falar em masculinização rural no território nordestino, principalmente na última década. Assim, Ferreira e Alves (2009) direcionam a reflexão sobre as transformações

sociais e econômicas em andamento no espaço rural, que reforçam os questionamentos aos padrões tradicionais da tendência migratória, justificada por uma percepção negativa da atividade agrícola e dos problemas sociais apresentados pela transferência da propriedade familiar à nova geração.

A incorporação de novos valores culturais às relações sociais no campo devem ser consideradas no cotidiano dos/as jovens, permitindo influenciar novos comportamentos individuais e coletivos que podem ter se refletido na descontinuidade de fluxos migratórios intensos na região Nordeste. Mesmo que as relações assimétricas entre os gêneros persistam nas dinâmicas de trabalho e transcendam na vida política, econômica e social das mulheres, a rejeição de tradições e de costumes que afetam a liberdade das escolhas e a socialização desse grupo de indivíduos faz parte da realidade dessa categoria, que é marcada pela necessidade de contestar padrões de vida que não se enquadram ao seu tempo e aos seus projetos de vida. Nesse caso, principalmente para as mulheres, tornam-se importantes as mudanças que dizem respeito, por exemplo, à sua conduta e à sua sexualidade, pois o relaxamento social nesses aspectos significa para as jovens rurais o alcance de maior liberdade individual para as suas escolhas pessoais (HEILBORN, 2006).

Silva (2013) considera que a permanência passa também pelo contexto de cada família e as distintas condições criadas para que haja uma negociação no espaço de vivência. Podendo-se pensar em uma maior autonomia dos jovens, sem necessariamente ter de sair do campo ou se submeter a uma forte hierarquia familiar. Por pertencerem a uma geração com novas oportunidades, os jovens estão introduzindo no seio familiar fatores simbólicos, sociais, culturais e econômicos que dão um novo equilíbrio entre a autonomia individual e a participação familiar, que implicam não só nas relações de geração, mas também nas relações de gênero e permanência.

Para Fusco e Ojima (2015), a partir de 2000, as mudanças ocorridas no Nordeste parecem indicar uma melhoria nas condições de vida ou mesmo dificuldade de inserção dos migrantes em centros mais dinâmicos, provocando comportamentos que na visão oficial do Censo, não são satisfatoriamente captados. Além disso, a queda de municípios considerados rurais tem sido um acontecimento contínuo, o que tem escondido a verdadeira dimensão do Brasil rural, conforme assevera Veiga (2004), de maneira que se tornou fundamental examinar outras opções de abordagem demográfica dos territórios.

Wanderley (2001) realça a frágil e precária experiência urbana nos estados nordestinos. Para ela, a própria dimensão de algumas cidades impõe limitações ao contexto urbano, tendo em vista a presença marcante do mundo rural em contraste à estrutura predominante. Para Sorbazo (2015), são regiões que abarcam uma quantidade de “pequenas cidades”, ou seja, que estão localizadas em espaços rurais com pouco dinamismo econômico e que se cercam de áreas urbanas que oferecem serviços mínimos colocando em relevo as classificações que determinam a posição espacial e populacional das regiões brasileiras.

A ausência de uma classificação que dê conta de estabelecer na atualidade a dimensão do espaço rural contribui para que os investimentos públicos nas zonas rurais sejam menos efetivos. Aliás, a modernização da agricultura tem sido financiada pela atuação do Estado na economia brasileira que forma desigual por setores, regiões/espaços, grupos sociais e principalmente, em grupos econômicos (MARTINE,1991). Esses direcionamentos do modelo de desenvolvimento na região Nordeste são destacados por Bacelar (1997), na década de 1990 como responsáveis pela desigualdade de renda nos estados desse território, a qual a média de desigualdade chegava a ser muito próxima ou superior a média nacional; ao contrário dos estados do Sul e do Sudeste que apresentavam médias bem inferiores, revelando que a presença do grande capital na região nordestina além de ser seletiva, não alterou tendências e preferências no beneficiamento das regiões mais ricas.

A seletividade espacial na economia do Nordeste, evidenciada por frentes de expansão específicas, expressa a lógica a região experimenta, ao mesmo tempo, pressões econômicas com intensidades diferenciadas que se expressam nas taxas de permanência da população local. Na região coexiste uma parte territorial com alta incorporação de tecnologia e insumos agrícolas para o desenvolvimento do agronegócio e, por outro lado, uma produção sustentada pelo uso de técnicas mais precárias e pelos saberes tradicionais aplicados contra as adversidades naturais da região. Contudo, como apontado por Delgado (2010), a produção familiar se situa no projeto de desenvolvimento que proporciona a manutenção da alimentação das populações rurais e urbanas, questão que tem ganhado reforço nos debates sobre desenvolvimento rural sustentável e destaca a importância em pensar nas futuras gerações que permanecem no campo.

Essa realidade situa o percurso da formulação de ações/políticas públicas na região nordestina, assim como em outras regiões e localidades do país, para reverter as desigualdades entre mulheres e homens, campo e cidade e, de dentro do campo, entre a classe empresária do agronegócio e a classe representada pela agricultura familiar (BUTTO et al, 2014). Considerando a categoria jovem, segundo Castro (2009), apesar de todos os esforços políticos no cenário brasileiro, o grupo é enxergado como minoria da população rural, uma condição que tem afetado a destinação das políticas públicas para o rural e para a juventude que nele reside. Dessa forma, a busca por ampliação de investimentos públicos tem sido uma das principais demandas da juventude que deseja continuar os seus projetos de vida no campo, tendo em vista que o acesso de qualidade às políticas agrícolas e agrárias é de suma importância para a garantia da sucessão rural, para a geração de trabalho e renda e para todas as dinâmicas indispensáveis à manutenção da vida nesse espaço.

As mudanças positivas sobre a permanência da juventude no rural nordestino, no intervalo de 2000 a 2010 apontam para uma mesma tendência social na região, apesar das peculiaridades socioeconômicas existentes em cada estado. As principais correntes migratórias do passado estão perdendo intensidade, isso significa a maior permanência da população em seu lugar de origem. Isso mostra que não dá para pensar o Nordeste somente pelo olhar da migração e a sua relação umbilical com processos sociais e econômicos que ocorrem em outras regiões (FUSCO; OJIMA, 2015; OLIVEIRA et al, 2011), mas observar características que levam à seletividade do fenômeno de sair e de permanecer em determinados contextos.

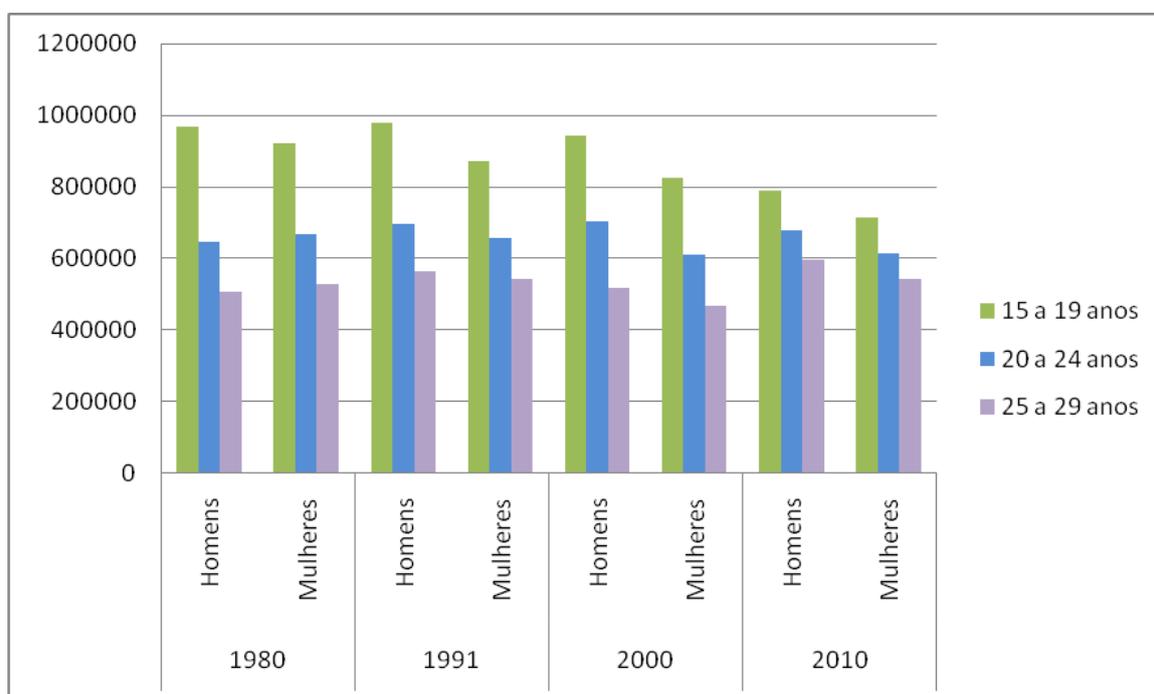
Conforme a tabela 21, a média da taxa de permanência confirma os índices já apontados ao verificar cada estado. Com exceção da faixa etária de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos, para o período de 1980 a 1991 e da coorte de 25 a 29 anos de 1991 a 2000, foram as jovens nordestinas que apresentaram maiores taxas de permanência no rural da região, contrastando as informações oficiais do Censo IBGE que só mostram a visão da migração (Gráfico 1).

Tabela 21- Taxa de permanência da juventude no campo por sexo (Nordeste: 1980-2010)						
Censos de origem	Taxa de Permanência					
Coorte	Homem			Mulher		
	1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010

1980	15-19	55,52	76,11	89,79	56,51	73,16	88,82
	20-24	66,71	78,31	90,54	64,67	75,13	90,59
	25-29	75,18	75,18	91,45	73,28	73,28	90,43
1991	15-19	---	56,07	84,67	---	56,68	86,15
	20-24	---	65,89	92,01	---	66,07	89,71
	25-29	---	75,65	89,76	---	72,96	88,83
2000	15-19	---	---	63,11	---	---	65,86
	20-24	---	---	74,44	---	---	78,62
	25-29	---	---	86,86	---	---	87,31

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo).  
Elaboração própria

**Gráfico 1** - Juventude Rural no Nordeste por sexo 1980 – 2010: Visão Oficial do IBGE



Fonte: IBGE/Censo Demográfico (Universo).  
Elaboração própria

De acordo com Fusco e Ojima (2015), as transformações espaciais das atividades econômicas foram acompanhadas por mudanças no padrão demográfico brasileiro, afetando diretamente o comportamento dos fluxos migratórios na região Nordeste. A partir da década de 1980, a região tem passado pela diminuição considerável em seus níveis de fecundidade, ao passo que houve a melhoria importante nos padrões de mortalidade. Notadamente, para os autores, o Nordeste

tem perdido um menor número de habitantes, bem como presenciado o retorno de parcela significativa dos seus migrantes anteriores, e mesmo recebendo população de outras localidades do país.

Ao realizar uma leitura comparativa dos estados do Nordeste, foi verificado que o aumento da permanência da juventude rural ocorreu em todos os estados da região Nordeste no período de 2000 a 2010 (com exceção do Rio Grande do Norte que só apresentou aumento para a coorte masculina de 15 a 19 anos). Este fenômeno suscitou trazer um perfil com indícios sobre os fatores que proporcionaram mudanças no decorrer das décadas, especialmente para as jovens e que interferiram de certa forma na decisão de não sair do campo. Por conseguinte, é possível observar diferenças quanto à intensidade do fenômeno nos estados e nas faixas etárias que representam a categoria jovem.

Para Fusco e Ojima (2015) as mudanças que têm ocorrido individual e conjuntamente no Nordeste tiveram importante significado para a questão social da região. Embora as desigualdades na sua estrutura ainda perpetuem, há um grande potencial a ser explorado para permitir melhores condições de vida da população nordestina, sabendo que são poucas as políticas públicas que não afetam ou não são afetadas pela migração.

O próximo capítulo traz informações estruturais e socioeconômicas das jovens que permaneceram na região Nordeste desde a década de 1990 até o período de 2015. Mesmo que não se possam afirmar as razões pelas quais elas passaram a ficar mais no espaço rural nas últimas décadas, o perfil corrobora para pensar a conjuntura em que estas jovens se inserem, assim como as condições as quais elas estão expostas.

## CAPÍTULO 3-PERFIL DAS JOVENS MULHERES QUE PERMANECEM NO MEIO RURAL (POLÍTICAS PÚBLICAS)

A existência da moradia não garante por si só as circunstâncias necessárias para se ter boas condições de vida. As necessidades ligadas ao bem-estar social são entendidas como aquelas que concernem ao domicílio: bens e serviços de infraestrutura básica como o acesso à água, luz, educação, trabalho entre outras.

Depois de identificadas as taxas de permanência das jovens na região Nordeste, considerando que o fenômeno envolve uma gama de percepções sobre a juventude que reside no campo, verificou-se a importância em delinear um perfil da mulher jovem que está ficando no seu espaço de origem, o que pôde ser feito a partir das informações da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (Pnad)<sup>20</sup>. Como o Censo Demográfico, a Pnad também possui dois tipos de questionários: um que é utilizado para obter informações mais gerais, permitindo realizar comparações e verificar tendências históricas e outro que serve como suplemento da pesquisa com a finalidade de obter informações mais específicas.

É comum se recorrer aos indicadores sociais da Pnad para se conhecer sobre a situação de vida de uma determinada população. A pesquisa domiciliar tem sido um componente analítico importante para que se possam investigar características socioeconômicas da população nas diferentes regiões do país, já que é uma pesquisa que abrange o cenário nacional.

As informações da Pnad utilizadas nesta pesquisa tiveram divulgação anual, com exceção do ano de 1994 e com exceção aos anos de divulgação do Censo, nos quais a Pnad não é realizada. Em virtude dessas especificidades, foram analisados os anos de 1992 a 2015, por ser um período que abrange parte do intervalo de análise das coortes, abarcando o fenômeno de aumento da permanência das mulheres no campo nordestino, já demonstrado. Ademais, a despeito das mudanças na Pnad ao longo do tempo, conseguiu-se abranger um intervalo que compartilha de uma estrutura comum de análise.

A Pnad tem medido bem aquilo que o seu planejamento amostral tem se proposto a fazer e permite que sejam feitas inferências adequadas em relação às pesquisas

---

<sup>20</sup> A PNAD possui uma série (período mais longo) para a análise, de modo que possui informações mais atualizadas para o perfil retratado.

domiciliares (SOUZA, 2015). Com a desagregação das informações da Pnad por sexo, idade, domicílio e região foi preciso tomar o cuidado com os valores dos desvios padrão e/ou coeficientes de variação das estimativas. Dessa forma, as informações obtidas para o perfil puderam ser utilizadas por estarem dentro da média/valor aceitável para a sua aplicação, lembrando que a faixa etária jovem considerada foi a de 15 a 29 anos, situada nos domicílios rurais do Nordeste.

No conjunto de características demográficas e socioeconômicas disponibilizadas pela Pnad foram escolhidas as informações relativas ao acesso à água e à luz, questões sobre trabalho e as suas variantes, condição no domicílio, escolaridade e acesso aos meios de comunicação dos/as jovens que vivem no rural. Dentro do perfil, as condições de infraestrutura básica, água e luz, dizem muito sobre a qualidade de vida das famílias. Por meio delas é possível alterar formas de trabalho, ter acesso a bens e a serviços que permitem que as localidades melhorem o seu potencial de desenvolvimento e minimizem situações expostas de pobreza.

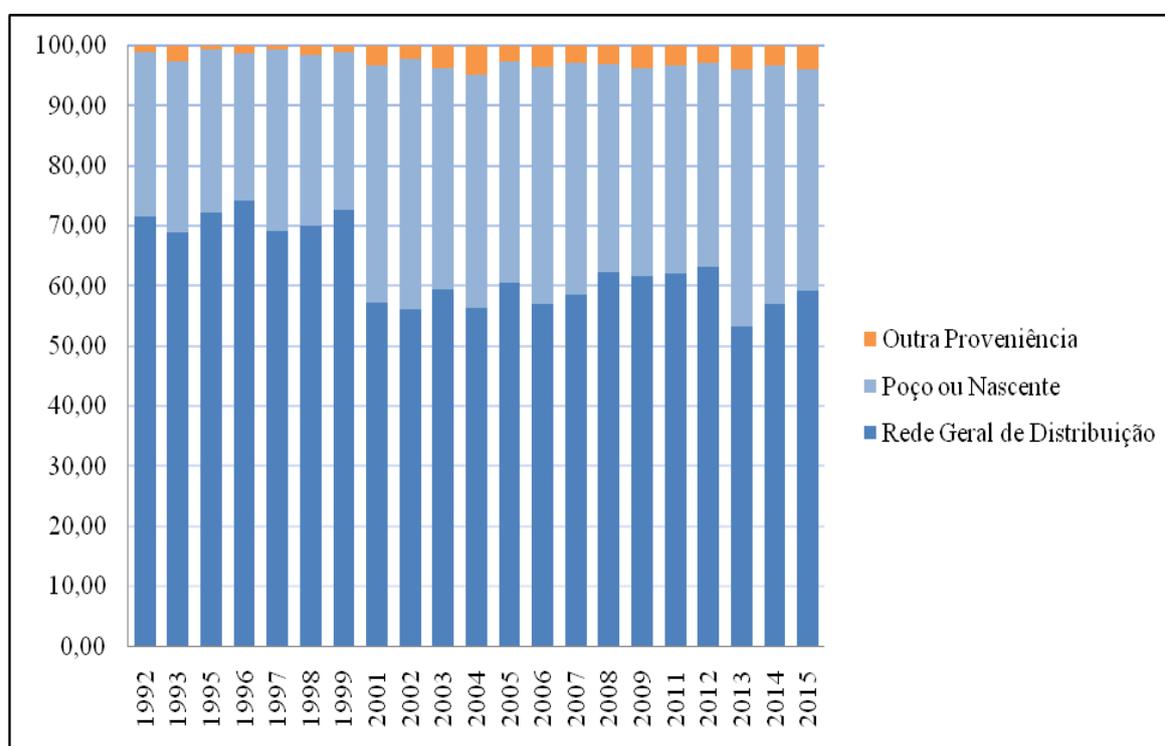
No que concerne ao comportamento verificado nas relações de trabalho, leva-se em conta que a repartição dos papéis sociais entre homens e mulheres é fruto de um modelo familiar patriarcal, que tem levado para as instituições políticas e econômicas a prática das desigualdades entre os sexos como parte da organização do trabalho. Dada esta forma de organização social, verifica-se mudanças e continuidades na condição familiar. Outro aspecto que aponta significativas transformações sociais no campo é a educação, que indica um caminho para a produção de novos conhecimentos e novas formas de interação com o espaço rural.

A afirmação da permanência das mulheres jovens no meio rural, como uma realidade concreta, reforça a necessidade de uma agenda de desenvolvimento rural que sustente este fenômeno como um projeto de vida da população do campo. Para Grisa e Schneider (2015), as políticas públicas são objeto de negociação permanente entre os interlocutores das trocas políticas. Nesta arena, as políticas passam por inclusões, recortes e transformações que definem quais são as relações de força e os objetivos políticos dos diferentes atores envolvidos na formulação de programas e ações do governo e da sociedade civil. As políticas públicas florescem entre os diferentes modelos de desenvolvimento e provocam distintos impactos socioterritoriais à medida que as disputas sociais vão se delineando e são determinadas por um contexto político.

Enquanto, de um lado, são instituídas políticas que atendem ao público específico do campo, por outro lado, há a reedição do modelo de desenvolvimento alicerçado nos grandes projetos que ameaçam outros modos de vida e a reprodução social cotidiana (MOTA e SCHMITZ, 2015). Dessa forma, o perfil sobre a juventude feminina ganha importância para indicar lacunas no atendimento à população jovem que reside no espaço rural.

### 3.1 ACESSO À ÁGUA

**Gráfico 2** - Abastecimento de água: Domicílio das jovens rurais nordestinas (1992-2015)



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração própria a partir as informações do NINSOC/IPEA

O Gráfico 2 diz respeito à distribuição do abastecimento de água entre as jovens rurais no período de 1992 a 2015. Apesar das oscilações verificadas no período analisado, a maioria delas acessa a água por meio da rede geral de distribuição, tendo que os maiores percentuais são percebidos nos anos de 1996 e 1999. A utilização de poço ou nascente ainda é bastante recorrente e não apresenta um declínio linear. Isto é, nos anos

de 2002 e 2013 esse tipo de abastecimento foi mais empregado pelas jovens em relação aos outros anos em análise.

Uma das explicações apontadas pelo IBGE (2014) é de que, na área rural a instalação de redes de prestação de serviços muitas vezes não é realizada devido ao baixo adensamento populacional e devido às questões ambientais. Ao destacar as diversas situações de vulnerabilidade em relação ao saneamento básico, o IBGE (2014) aponta que as mulheres estão em pior situação, sendo que as mais jovens estão expostas a situações onde o abastecimento de água e o esgotamento sanitário é ainda mais precário.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) ao enfrentarem as situações geradas pela falta de abastecimento, são as mulheres que gastam mais horas trazendo água para a realização das atividades do domicílio e para o consumo familiar. Além disso, para Melo (2010), quando o acesso da água fica comprometido, a qualidade da água passa a ser afetada, o que provoca uma maior vulnerabilidade para a obtenção de doenças nos indivíduos da família, em geral sob os cuidados das mulheres.

A dificuldade de acesso à água ganha, no Nordeste brasileiro, uma associação à questão das secas como um fator que atravessa a história da região. As grandes secas afetam a região semi-árida<sup>21</sup> desde o século XVI. Quando a estiagem aparece, ela ainda consegue arrasar produções de subsistência, desmascarar pobreza rotineiras e revelar um caminho avesso ao desenvolvimento humano, tornando pessoas inteiramente dependentes de ajuda governamental por meio de caminhões-pipa e de créditos emergenciais. E, dada esta realidade, não há como evitar que muitas populações rurais sofram social e economicamente, pois vivem no ciclo de um processo antigo com muitos dos mesmos problemas persistentes. Contudo, mesmo no decorrer do período de 1960/1970, quando transformações populacionais passaram a sofrer forte influência urbana, no “Nordeste da Seca”, a maioria das pessoas ainda residia no rural (GOMES, 2001), apesar de o processo migratório aparecer como “solução” atinente à região.

É preciso considerar que existem medidas para o aprofundamento dos conhecimentos sobre a região e para que sejam minimizados os efeitos negativos da seca que afetam a população e as suas condições de subsistência (PINTO e LIMA, 2005). O Programa de Cisternas, Programa Dom Helder Câmara e o Programa Convivência com o Semiárido, de responsabilidade governamental e de instituições não governamentais, são

---

<sup>21</sup>Região definida pela Lei nº 7 827, de 27 de setembro de 1989.

exemplo disto, uma vez que a adoção da infraestrutura convencional, as redes de distribuição, em sua maioria, não são mantidas funcionais quando instaladas.

**Box 1- Programa Cisternas, Programa Dom Helder Câmara e Programa Convivência com o Semiárido**

O **Programa Cisternas** tem sido financiado pelo MDS desde 2003. Foi institucionalizado pela [Lei nº 12.873 de 2013](#). Trata-se de uma tecnologia de baixo custo para atender as famílias atingidas pela seca ou pela falta de acesso regular à água. Como requisito necessário para o acesso, as famílias devem estar inscritas no CadÚnico. As cisternas podem ser instaladas para atender ao consumo familiar, escolar e da produção. No atendimento às famílias rurais são oferecidos dois cursos de capacitação: Gestão da água para consumo humano e Capacitação dos agricultores para a construção das cisternas. Conforme o MDS, as cisternas para consumo humano são projetadas para suprir as necessidades de uma família com até 5 pessoas por um período de até 8 meses que coincide com o período aproximado de estiagem no Semiárido e, desde 2003 até 2014 já haviam sido beneficiadas 3 milhões de pessoas com 750 mil cisternas na região semiárida (incluindo Minas Gerais). No atendimento das cisternas para a produção são disponibilizados materiais para a produção e são oferecidos cursos de capacitação nas áreas: Gestão da água para produção de alimentos (GAPA); Sistema Simplificado de Manejo de Água para a Produção (SISMA) e Intercâmbios de experiências (resgate e a valorização de técnicas inovadoras).

**Programa Dom Helder Camara** - iniciado em 2001 pelo MDA no Nordeste com o apoio de Fundos Internacionais e Nacionais. O programa tem por objetivo combater a pobreza e promover o desenvolvimento rural sustentável no Semiárido. Desse modo, são elaboradas propostas de assessoria técnica permanente, as quais uma delas foi aumentar a oferta de água na região pelo Sistema de Bioágua Familiar para o reuso da água doméstica para a produção de hortaliças e frutas.

**Programa de Convivência com o Semiárido**, desenvolvido pelo (IRPAA) na região semi-árida brasileira, uma organização não governamental. Apesar de não se ter uma mensuração da sua atuação na região, o instituto conta com formação política e prática em Convivência com o Semiárido para a população jovem, dando o recorte de gênero. Segundo Pinto e Lima (2005) o programa abrange quatro eixos: Clima e Água, Criação de Animais, Agricultura Baseada em Captação de Água e Educação. São realizados cursos anuais com a participação de pessoas vindas dos diferentes estados da Região Nordeste. Atualmente, apesar dos cursos contemplarem a faixa etária de 15 a 70 anos, os (as) jovens correspondem a maior parte dos pequenos agricultores da região que participam das capacitações. O grupo de participantes é formado a partir de indicações das instituições parceiras do IRPAA, tendo como critério a atuação ativa dos indivíduos nas comunidades para que possam ser multiplicadores dos conhecimentos adquiridos para a produção (PINTO, LIMA, 2005).

**Fonte:** MDS, IRPAA e PINTO; LIMA, (2005).

Segundo Melo (2010, p.06), em relato sobre a implantação das cisternas de placa, “os homens eram convocados para a construção das cisternas, mas, em muitos casos, eram as mulheres que assumiam a responsabilidade”. Dessa forma, elas têm vencido as barreiras que as marginalizam nos cursos de profissionalização para a construção das

cisternas<sup>22</sup>, visto que a habilitação de pedreiras possibilitaria oportunidades de ganhos econômicos, gerando, através da renda, modificações nas relações de gênero dentro da família. Além disso, a água de chuva é captada do telhado das residências para as cisternas. A proximidade da instalação do reservatório de água favorece a melhoria do trabalho e uso do tempo das mulheres.

Dessa forma, é possível notar o aumento na declaração de abastecimento de água por outra proveniência e por poço<sup>23</sup> ou nascente nas últimas décadas, uma medida que já tinha ganhado contorno com o Programa Água para Todos em 2011, passando a ficar mais direcionado para o Nordeste com a institucionalização do Programa de Cisternas (MDS), em 2013, quando se verifica um percentual mais elevado na utilização das categorias mencionadas.

Essas mudanças para suprir as necessidades básicas e para criar possibilidades de ocupação e renda, segundo Abramovay (2002), mostram que investimentos (técnicos) ao alcance de famílias mais pauperizadas podem surgir de planejamentos mais modestos. Porém, se torna um percalço para o seu alcance mais amplo tem sido a capacidade das organizações públicas de negociação para melhorar os projetos e mesmo mantê-los para o beneficiamento de públicos maiores, levando em consideração a situação das comunidades locais e as instituições estaduais e municipais.

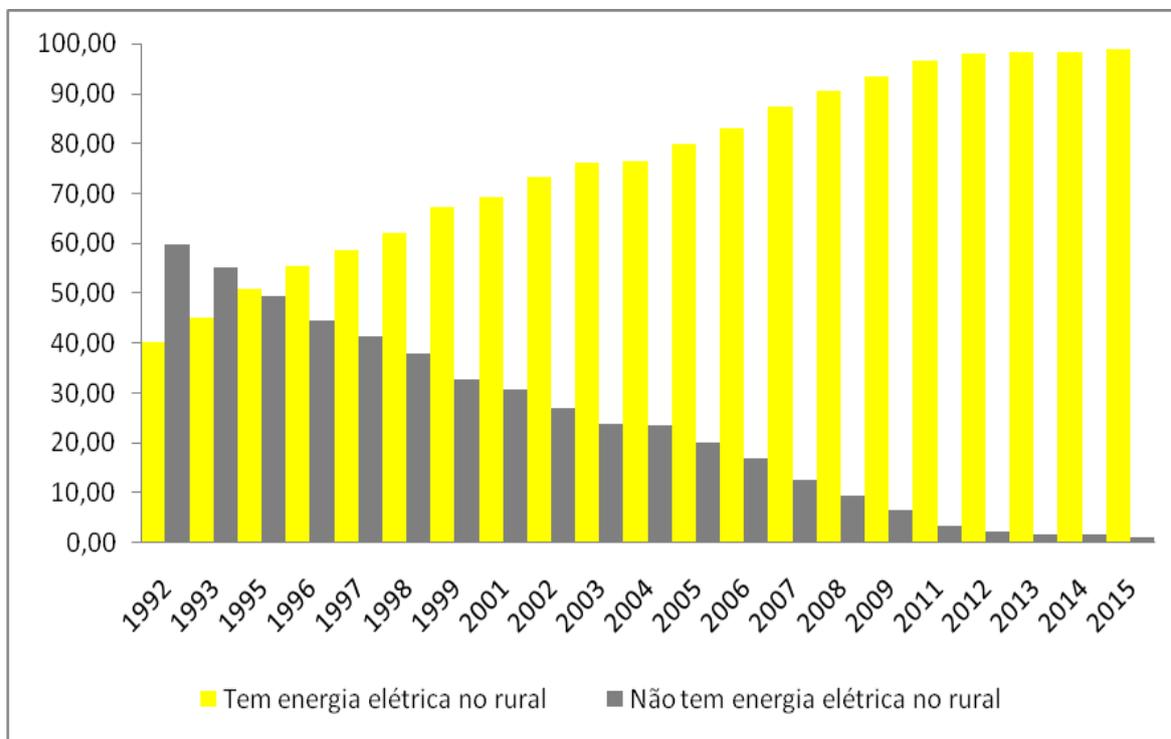
---

<sup>22</sup> Cursos de Capacitação para Mulheres Agricultoras Pedreiras passaram a ser realizados em parceria com instituições não governais como a AS.PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia e a ASA –Articulação Semi-Árido Brasileiro.

<sup>23</sup> Conforme a Portaria nº 130 de 14/11/2013 / MDS são considerados 17 modelos de Tecnologias Sociais de Acesso à Água apoiadas pelo Programa Cisternas entre eles poços rasos.

### 3.2 ACESSO À LUZ

**Gráfico 3** - Acesso à Energia Elétrica das Jovens no Rural (1992 – 2015)



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração própria a partir as informações do NINSOC/IPEA

Ao observar o Gráfico 3 verifica-se que era elevado o percentual de jovens rurais que não tinha o acesso à energia em meados da década de 1990. Interessante ressaltar que, durante esse período ou mesmo antes, grandes empreendimentos hidrelétricos foram concluídos na região Nordeste. A Usina Hidrelétrica de Boa Esperança (1970) no Piauí, o Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso (1979) na Bahia, Usina Hidrelétrica de Sobradinho (1980) na Bahia, Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (1988) na Bahia e em Pernambuco, entre outras usinas instaladas posteriormente. Conforme aponta Araújo (1997), uma das características marcantes da economia do Nordeste foi o papel desempenhado pelo setor público na ampliação de infraestrutura mais recente, teve importante função no dinamismo de investimentos nas atividades privadas, tanto no setor industrial quanto no terciário, favorecendo grandes empresas sem, necessariamente, beneficiar populações locais. Segundo Vendramini (2015, p.55), agricultores/as viram sua terra ser inundada pela construção de hidrelétricas e foram levados a se mover para

outros lugares, onde famílias acabam ocupando áreas improdutivas e lutam pela conquista de terra em novos lugares, com condições de estabelecer seus modos de vida.

Considerando o universo amostral da pesquisa, mais da metade das jovens rurais do Nordeste não usufruía de energia elétrica em 1992 e 1993, reforçando que a infraestrutura empregada para o desenvolvimento econômico capitalista não visava suprir a ausência do serviço de energia elétrica para a população rural nordestina. Ainda em 2003, quase 25% das jovens no rural declararam não ter acesso à luz. Nesse ano foi criado o Programa Luz para Todos (MME), com a finalidade de universalizar o acesso e o uso da energia elétrica. Após pouco mais de uma década de aplicação do programa, em 2015, apenas 1% das jovens rurais ainda não tinham acesso ao serviço.

### **Box 2 - O Programa Luz para Todos**

O Programa "Luz para Todos" foi instituído pelo Decreto [n. 4.873, de 11 de novembro de 2003](#). O programa teve a sua atuação estendida até 2014 e depois 2018, sendo coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME e operacionalizado pela Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás e concessionárias e cooperativas de energia em parceria com os governos estaduais. Dentro do programa existe a tarifa social, reformulada pela Lei [nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010](#), e regulamentada pelo Decreto [nº 7.583, de 13 de outubro de 2011](#). Para conseguir o desconto na conta de luz, a família deve estar necessariamente inscrita no CadÚnico. O desconto varia entre 10 e 65% de acordo com a faixa de consumo e a família deve ter uma renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo. Todavia, o programa tem a exceção de que famílias com até 3 salários mínimos, que possuem algum membro da família em condição de tratamento de saúde - utilização de aparelhos com elevado consumo de energia -devem receber o desconto. Algumas prioridades do programa: famílias contempladas no Plano Brasil Sem Miséria e Programa Território da Cidadania; assentamentos rurais; comunidades de atingidos por barragens (usinas hidrelétricas); comunidades especiais (quilombos, extrativistas, indígenas etc). As informações MME apontam que, de 2003 a 2015, 15.509.784 pessoas já eram beneficiárias do programa. A região mais atendida foi o Nordeste, representando 49,9%, no total de 7.731.965 nordestinos e nordestinas.

**Fonte:** MME

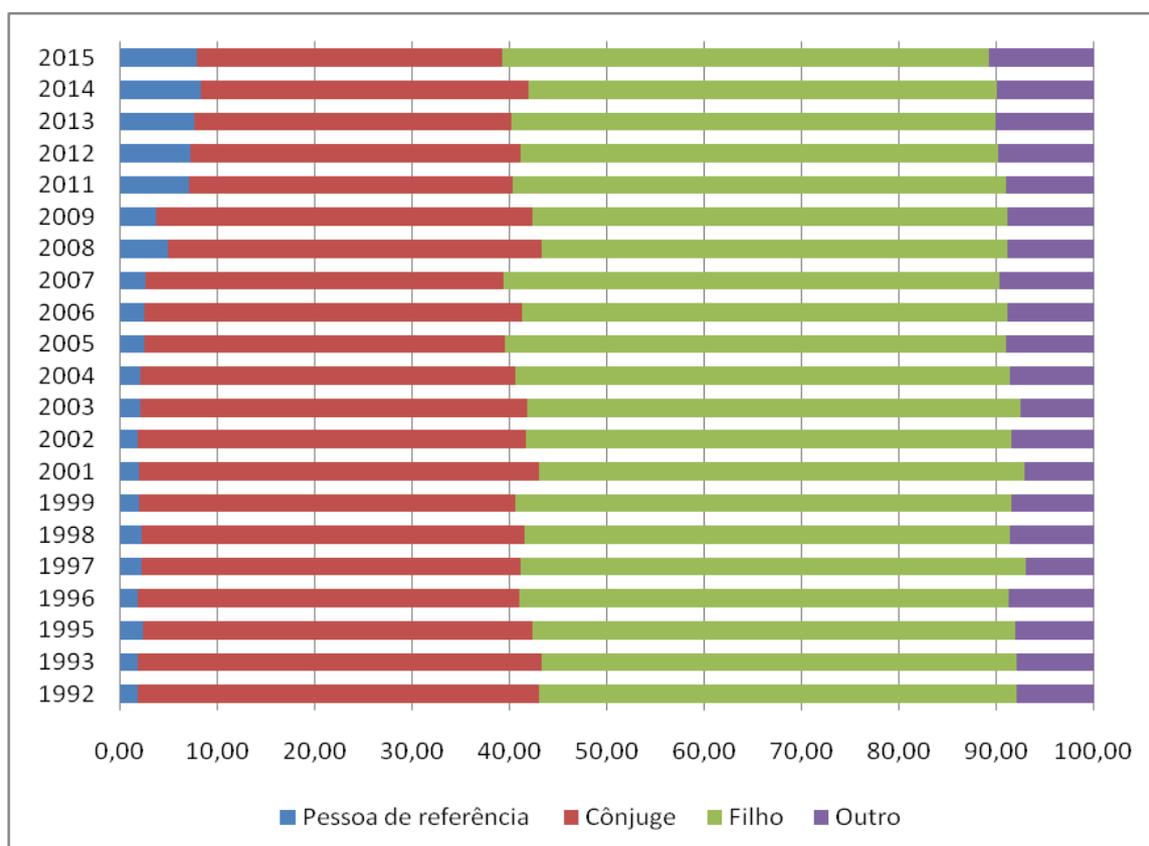
Segundo o IBGE (2014), as mulheres do Nordeste estão mais expostas a situações de vulnerabilidade do que nas demais regiões. Esta fragilidade decorre, principalmente, das péssimas condições de acesso a serviços básicos como a utilização de energia elétrica. Todavia, conforme observado, esta realidade vem se modificando, ao menos para as jovens rurais nordestinas, pois o fornecimento de energia elétrica quase se equiparou ao que é recebido pelas jovens urbanas.

Para Carneiro (1998) e Wanderley (2000), a adoção de certas políticas, que facilitam os meios de comunicação e a utilização de bens e serviços, favorece a redução

dos fluxos migratórios do campo para as cidades, tendo em vista a aproximação entre os dois espaços pelas novas formas de acessibilidade, principalmente pela população jovem. A partir de 2005, a Pnad passou a captar as informações de acesso à internet e ao telefone móvel da população. Ao verificar o acesso das jovens rurais nordestinas a estes meios de comunicação, no período de 2005 a 2015, percebe-se um significativo aumento na declaração de jovens que tiveram acesso aos dois dispositivos. Enquanto em 2005 o acesso à internet e ao telefone móvel era de apenas 2,9% e 7,1% respectivamente, em 2015 o uso desses dispositivos aumentou para 44,2% e para 63%, ampliando as redes sociais e culturais das jovens e facilitando o acesso ao conhecimento (visto que a internet tem sido fundamental no auxílio escolar).

### 3.3 CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO RURAL

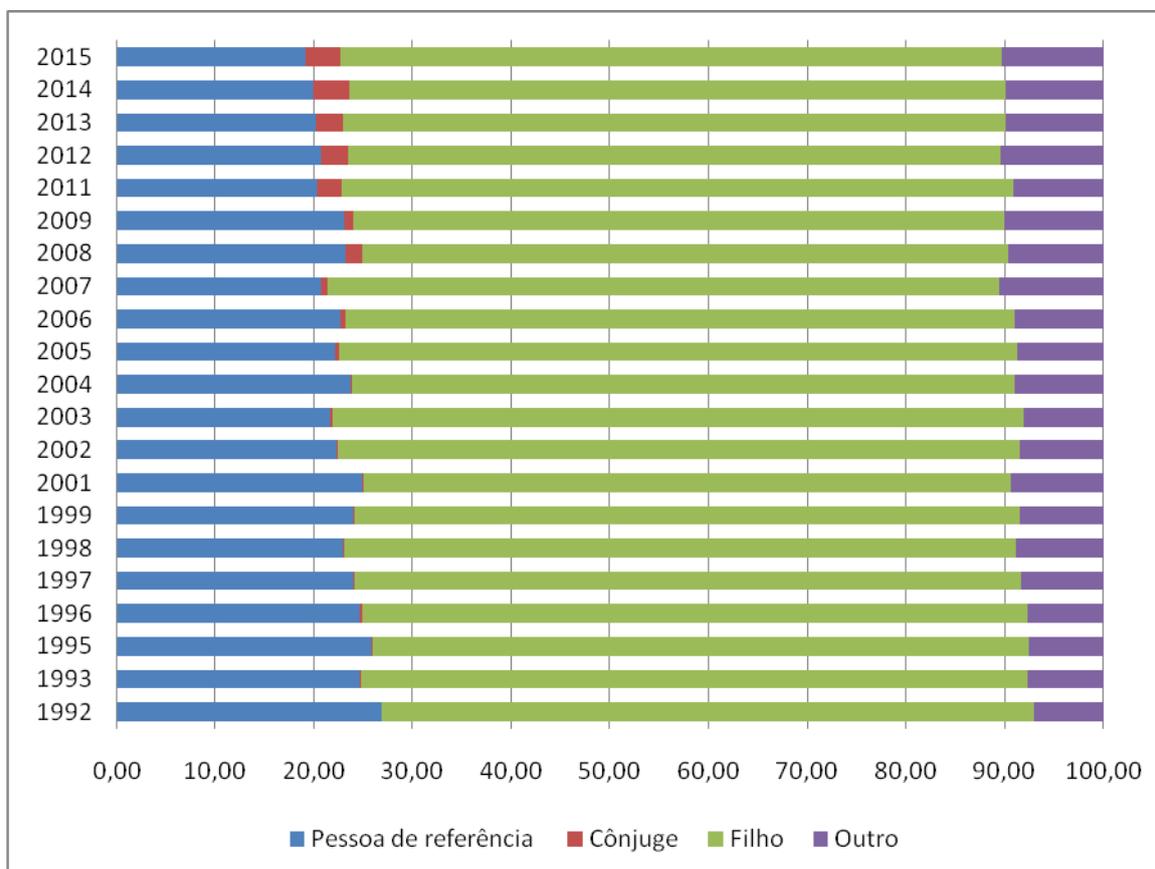
**Gráfico 4** - Condição da juventude feminina nos domicílios rurais do Nordeste (1992-2015)



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração própria a partir as informações do NINSOC/IPEA

**Gráfico 5-** Condição da juventude masculina nos domicílios rurais do Nordeste (1992-2015)



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração própria a partir as informações do NINSOC/IPEA

Conforme o gráfico 4 e gráfico 5, foram observadas algumas diferenças importantes no que diz respeito à condição no domicílio dos jovens que residem no rural da região. As jovens nordestinas apresentaram, nos últimos sete anos, um aumento como pessoa de referência na família, ao passo em que se reduziu o percentual de jovens na condição de cônjuge. Essas mudanças na condição das jovens no domicílio, visualizadas a partir do decênio de 2000, teriam alguma relação para a mudança das taxas de permanência verificadas na análise de coorte para o mesmo período?<sup>24</sup> Para Brumer e Anjos (2008) é preciso considerar a ruptura das relações matrimoniais tradicionais, em razão de que existem representações conflituosas de moças e de rapazes sobre o que

<sup>24</sup> Segundo a divulgação de uma pesquisa preliminar, que antecipa os dados do Censo Rural do IBGE, as mulheres passaram a assumir 30% na administração das propriedades rurais. Uma em cada três propriedades está representada por uma mulher no comando, segundo a ABMRA.

significa o casamento na construção dos seus projetos de vida no campo. Há uma redefinição sobre a instituição do casamento e o papel que este assume na reprodução social da agricultura familiar (STROPASOLAS, 2002).

As relações desiguais estabelecidas na herança da terra e nas alianças matrimoniais alteraram as expectativas em torno do padrão de família. São verificadas mudanças na natalidade e no casamento, pois as expectativas diferem segundo a condição familiar e conforme as escolhas individuais. Essas questões modelam as disputas pelo patrimônio fundiário, tendo em vista que, ao longo dos anos, a redução no número de filhos na propriedade tem afetado a permanência dos/as jovens na agricultura e no meio rural (STROPASOLAS, 2002).

Para Ferreira e Alves (2009), a possibilidade de assumir as funções de direção das atividades produtivas com a aposentadoria ou morte dos pais não tem se restringido ao filho mais velho. Ocasionalmente, a filha se torna a única herdeira, colocando em evidência a prevalência do viés masculino nestas decisões, indicando que as mulheres só assumem a gerência da terra na inexistência de filhos homens, sem essa alternativa tendem a se tornar agricultoras pelo matrimônio. Essas relações desiguais no campo teriam contribuído com as tensões entre pais e filhos pela individualização dos mercados de trabalho nos espaços urbanos e rurais, favorecendo outros arranjos matrimoniais e profissionais.

Se por um lado, existe a imagem de que as mulheres assumem com o matrimônio as dinâmicas estabelecidas pela divisão do trabalho no campo (não são donas da terra, mas “auxiliam” seus maridos no trabalho produtivo), por outro lado, mesmo que em muitos casos não haja o reconhecimento formal como prováveis “chefes” da unidade produtiva, elas entram nesta atividade através do casamento (BRUMER e ANJOS, 2008).

Os estudos sobre migração e permanência apontam a saída temporária dos homens como forma de manutenção da família no campo. Verifica-se que o percentual de homens na posição de cônjuge e pessoa de referência foi menor do que a soma do percentual de mulheres jovens nessas condições. Por mais que não se possa afirmar que essa diferenciação seja decorrente das migrações sazonais masculinas, sugere-se que as famílias rurais nesse território têm passado, no decorrer dos anos, pela realização desse tipo de estratégia como um fator importante que favorece a permanência feminina. Para Batista (2016, p.173):

Quando é possível a migração temporária do pai (chefe da família), os filhos permanecem nos lugares de vida, entretanto, não é rara, uma migração dos pais com os filhos, mas é consideravelmente rara uma migração dos pais com as filhas, sobretudo, devido a um elemento objetivo, uma vez que se trata de empregos precários e pesados (construção civil, carvoarias, vaqueiros, corte de cana etc) que esses migrantes do trabalho irão assumir nos trechos (lugares de destino/trabalho). Mulheres casadas não migram. O casamento é um forte indutor da permanência dessas mulheres nas comunidades rurais. É entendido que é papel do homem migrar para buscar o sustento da esposa e dos filhos, tendo ela o papel de permanecer cuidando do lar, do roçado e dos membros da família que permanecem.

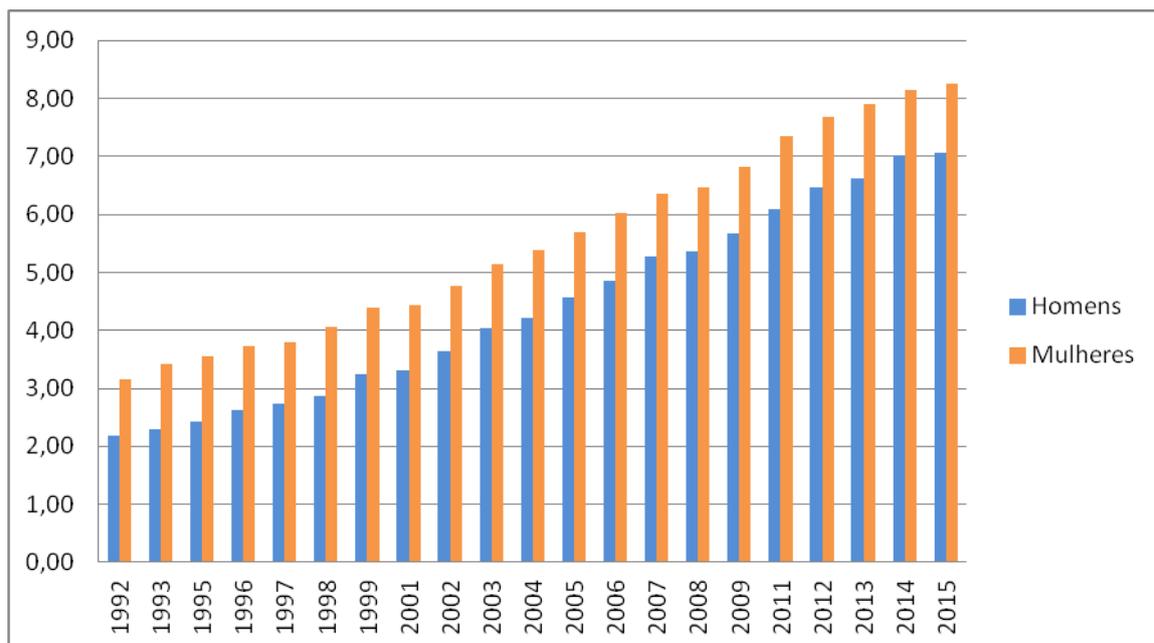
Dessa forma, as mulheres só assumem a responsabilidade de manter a família na atividade agrícola, por meio das migrações temporárias, na falta dos homens jovens, solteiros ou casados. Para Sales e Menezes (2010) as mulheres casadas que ficam estão expostas a diferentes situações, uma delas pode ser o não retorno de seus maridos, por constituírem no local de destino outra família. Diante disso, elas acabam assumindo a gerência da propriedade definitivamente e, seja como for, continuam a desempenhar os trabalhos tanto na esfera doméstica quanto na esfera produtiva.

Outro aspecto assinala que tanto os homens como as mulheres estão permanecendo na situação de filhos e filhas, isso reflete a literatura já discutida no capítulo anterior sobre a condição de ser jovem e o tempo de moratória social. Os/as jovens no campo têm vivenciado um maior período de moratória social, conforme o primeiro capítulo deste trabalho, tendo em vista que os aspectos que figuram sair da juventude trazem responsabilidades de outra ordem, como ter um novo lar, marido (esposa) e filhos, apontando, que essas experiências são bastante distintas quando associadas ao gênero (ANDRADE et al, 2014). Ainda assim, as mulheres jovens assumem, em maior proporção, as posições que revelam que elas buscam sair primeiro do controle dos pais (Gráfico 4). Contudo, é importante frisar que essa situação é relativa, tendo em vista que o processo de individualização no interior da família, assim como as transformações das relações sociais de gênero não são condições superadas, é um processo que apresenta ao mesmo tempo a ênfase em direitos pessoais, bem como reforça valores de que prevalecem com a família e o local ao qual pertencem. As jovens podem assumir a própria terra ao saírem de casa, podem se casar e morar na propriedade do marido, mas também, podem permanecer morando com os pais ou os sogros por falta de

terra. Nessa última situação, a capacidade de ruptura com a identificação entre trabalho na produção e trabalho doméstico se torna bem reduzida (CARNEIRO, 2001).

### 3.4 ESCOLARIDADE

**Gráfico 6** - Média de anos de estudo da juventude rural no nordeste por sexo (1992-2015)



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração própria a partir as informações do NINSOC/IPEA

No gráfico 6 é possível observar um aumento significativo nos anos de estudo da população jovem nordestina que reside no rural. As mulheres alcançaram, em 2015, uma média de 8,3, anos de estudo, enquanto os homens ficaram com uma média de 7,1 anos. Quando se considera somente o meio rural, tem sido notável a diferença de escolaridade entre as moças e os rapazes (FERREIRA e ALVES, 2009). Todavia, para o mesmo ano, a média de escolaridade da região Nordeste foi de 9,3 e a Nacional chegou a 10,1 anos de estudo, revelando que a média de escolaridade mais baixa ainda é a nordestina<sup>25</sup>.

Em consequência disso, a Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) reservou especial atenção ao Nordeste para que, até o término de vigência do plano (10 anos), a escolarização dessa região possa atingir o patamar nacional. Historicamente, a desigualdade educacional nessa região tem se

<sup>25</sup> Conforme as informações do Observatório Plano Nacional de Educação- PNE

refletido negativamente na vida da juventude nordestina em vários aspectos, um deles é que a baixa escolaridade já registrada pelos pais acaba afetando o comprometimento dos mesmos com o grau de escolaridade de seus filhos e filhas, já que ainda é comum se cultivar a ideia de que para estar na atividade agrícola não é necessário estudar (FERREIRA e ALVES, 2009; TILLMANN et al 2016).

Conforme Lima et al (2013, p.41), mesmo que as gerações mais jovens estejam alcançando maiores níveis de escolaridade do que seus pais, a tendência é de que a permanência no campo se dá entre os menos escolarizados. Desse modo, a questão da educação vai além da decisão de migrar ou permanecer, mas que ao continuar no campo os/as jovens com menor escolarização, esse fator afetaria a capacidade dos indivíduos para a produção agrícola sustentável. “Se esta tendência continua, esses jovens serão também incapazes de consolidar-se como agricultores familiares, com a obtenção de melhores rendimentos e melhor interação com os mercados (locais, regionais, nacionais ou internacionais)” (LIMA et al., 2013, p. 41).

Os dados da Pnad revelaram que ainda são registradas taxas de analfabetismo entre as (os) jovens nordestinas, apesar de uma expressiva queda entre 1992 e 2015. Entre os homens, essa queda foi de 40,5% para 5%, enquanto as mulheres saíram do percentual de 25,4% para 2,7%. Segundo Corbucci et al (2009), por mais que tenha havido acentuada redução do analfabetismo no segmento de jovens, esse avanço não se deu da mesma maneira entre as regiões brasileiras, evidenciando disparidades que necessitam ser priorizadas, como no caso do Nordeste. Uma realidade que se encontra relacionada à baixa efetividade do ensino fundamental, já que há uma proporção que declara ter freqüentado a escola sem conseguir, no entanto, aprender a ler e a escrever.

Segundo Furtado (2004), do número de escolas rurais no Nordeste, divulgadas no Censo Escolar 2002, mais de 90% delas era de ensino fundamental, sendo predominantes as escolas isoladas e unidocentes, isto é, classes multiseriadas<sup>26</sup>. A concepção de que a população jovem do campo está se reduzindo, contribui para o fechamento de escolas rurais, das instalações comunitárias e diminuição de alunos na rede de ensino, o que faz com que os jovens passem a percorrer maiores distâncias para acessar a escola em condições de transporte inseguro, irregular e inadequado (VENDRAMINI, 2015).

---

<sup>26</sup>Estas salas são chamadas de classes multiseriadas, pois a professora, sozinha assume o ensino das quatro primeiras séries, usando as mais variadas estratégias, das quais a mais comum é atender em dois turnos as séries duas a duas (FURTADO, 2004).

Ademais, outra questão relevante tem sido o perfil dos professores, que antes tidos como leigos<sup>27</sup>, passam agora por um maior número de capacitações para atuar no meio rural, o que deve incluir a mudança na concepção de que a escola prepara crianças e jovens para migrar rumo à cidade (ROCHA-ANTUNES e SOARES, 2002).

Em relação à inserção educacional dos/as jovens no rural, os anos iniciais do ensino fundamental são acompanhados de menor nível de adequação a idade-série, chegando a mais de 50% dos casos. Diferença que aumenta e apresenta maior defasagem nas demais séries, o que ao longo dos anos tem marcado o meio rural por ser nesse espaço em que se apresentam os menores níveis de escolarização, maiores níveis de reprovação e abandono escolar (FURTADO, 2004; VENDRAMINI, 2015).

Conforme a Pnad de 1992 a 2015, na década de 1990 a maioria dos homens, na faixa etária jovem, só alcançava os primeiros anos do Ensino Fundamental. Isto é, não completavam nem a 5ª série da Educação Básica, sendo que em 1999 apenas 3,1% deles conseguiam completar o Ensino Médio. A partir da metade dos anos 2000, o percentual de homens que ingressavam no Ensino Médio cresceu, mas ainda assim, em 2015, apenas 18,1% deles conseguiam concluir o último ano do Ensino Médio. O que tem ocorrido entre a maioria dos jovens no rural nordestino é que eles ultrapassam os primeiros anos do Ensino Fundamental, mas continuam sem concluir esse nível de escolaridade. Entre as jovens nordestinas, na primeira década analisada (1990), grande parte não concluía o Ensino Fundamental, mas ultrapassavam os primeiros anos do Fundamental, ao contrário dos homens. A partir de 2013, as jovens passaram a reverter esse quadro, considerando que 28% delas passaram a concluir o Ensino Médio, mesmo que 19% ainda estivessem na mesma condição verificada na década anterior.

Esse cenário evidencia que há uma redistribuição nos níveis de instrução da juventude que reside no rural do Nordeste. Contudo, ainda são alarmantes os indícios que apontam para a estagnação de grande parte dos/as jovens ao chegarem aos anos finais do Fundamental, conforme indica a média de anos de estudo. Dessa forma, a desigualdade de acesso à escolarização, no decorrer dos anos, vem se delineando tanto na falta de instrução como em todos os níveis de escolaridade, seguindo a hierarquia cidade-campo e mulheres-homens (CASTRO et al., 2013).

---

<sup>27</sup>Não portadoras do diploma do ensino médio.

As jovens nordestinas possuem maior escolaridade que os rapazes na mesma idade, questão já evidenciada na literatura apresentada sobre as jovens rurais (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; BRUMER e ANJOS, 2008; FERREIRA e ALVES, 2009). Conforme estes estudos, há uma decisão familiar para que elas busquem maiores níveis de escolaridade e possam assumir trabalhos fora da atividade agrícola. Cabe sublinhar que, quanto mais pauperizada a família, mais difícil se torna a concretização da escolarização e de condições dignas de trabalho.

O cenário de paulatina melhoria no quadro educacional da juventude nordestina mostra que o esforço para melhorar a qualificação educacional na região Nordeste, em razão dos dados apresentados, ainda se encontra a meio caminho. O acesso a uma educação de qualidade e a níveis mais elevados ainda não alcançado no cenário Nordestino, é apontado pela literatura que discute a temática da juventude como um caminho para potencializar a capacidade de reivindicação dos indivíduos em relação aos seus direitos, que se tornam afetados quando não há uma base sólida de formação educacional que manifeste o lado político.

Nesse contexto, Vendramini (2015) ressalta a importância do surgimento da Educação do/no Campo como um modelo condizente à realidade educacional da área rural para desenvolver demandas específicas para o campo e para os sujeitos envolvidos, ao contrário do modelo de educação rural. Essa diferenciação se torna relevante, pois enquanto a Educação do Campo visa abranger um conceito que envolve as práticas sociais das populações rurais, remetendo às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública (CALDART, 2012, 258). A educação rural busca promover uma educação instrumental, que se limita a atender necessidades educacionais básicas, com direcionamento ao treinamento de mão de obra para o mercado de trabalho (VENTRAMINI, 2015).

Em face dessa realidade, Furtado (2004) aponta que, nas últimas décadas, a luta por uma educação para a população rural tem sido notória, considerando a incorporação dessa pauta por diferentes organizações e entidades não governamentais que pressionam a execução de ações do Estado, na tentativa de ajustar a organização curricular e a organização estrutural das escolas à realidade dos jovens. Assim, surgiram políticas

educacionais criadas em defesa das especificidades dos/as jovens do campo, a destacar alguns programas que atuam diretamente para a melhoria da educação escolar e profissional no campo, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), o Projovem Campo (Saberes da Terra) e o Programa Nacional de Acesso à Formação Profissional (Pronatec Campo). Esses programas atuam para modificar algumas das questões mais levantadas pelos/as jovens para a permanência no campo: estudo/escola, renda (condições econômicas) e emprego/trabalho (CASTRO, 2009).

Todavia, Furtado (2004) pondera que o ensino destinado às populações rurais e às populações urbanas difere muita na qualidade, na oferta, manutenção, entre outros fatores, sendo que essas diferenças estão estampadas de diferentes formas no acesso à educação nas regiões do país. O Nordeste se torna representativo de uma realidade em que os números ainda apontam para disfunções educacionais preocupantes, que requerem estratégias específicas para o rural e mesmo para essa região.

### **Box 3 - Programas direcionados à educação no meio rural**

O **PNRA** foi instituído em 1998. Atualmente a política é executada pelo Incra. Como público alvo tinha os beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), passando a abranger os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O programa oferece educação formal à população jovem e adulta, conforme o Decreto n. 7.352 de 4 de novembro de 2010. Os cursos do Pronera são organizados em regime de alternância (Pedagogia da Alternância), de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Segundo a II Pnera, em relatório publicado, após a criação do Programa (Pronera), de 1998 a 2011, foram realizados 320 cursos, nos níveis EJA fundamental, ensino médio e ensino superior, em 82 instituições de ensino no país, sendo que 32 delas eram do Nordeste, visto que o número de escolas em assentamentos concentra-se basicamente nessa região.

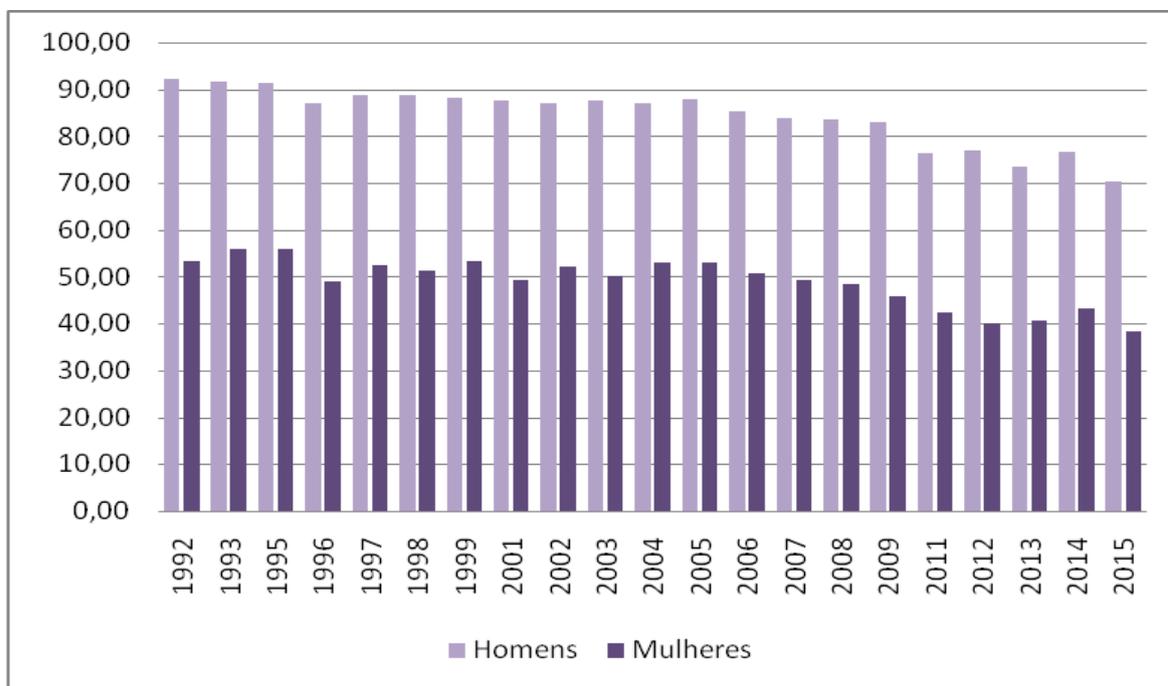
O **Projovem Campo Saberes da Terra** é um programa que tem por finalidade oferecer qualificação profissional os (as) jovens da agricultura familiar, nas idades de 18 a 29 anos, que não tiverem concluído o ensino fundamental. O programa foi implementado em 2005 pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005, passando a ser regido pela [lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008](#). A execução e a gestão do Projovem são de responsabilidade da Secretaria-Geral da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O programa estimula a conclusão do ensino fundamental e proporciona a formação integral na modalidade educação de jovens e adultos, em regime de alternância. Os (as) jovens participantes recebem uma bolsa de R\$ 1.200,00 em 12 parcelas, tendo como requisito cumprir 75% da frequência no curso, duração de 2 anos.

O **(Pronatec) Campo** foi instituído pela Lei [n. 12.513, de 26 de outubro de 2011](#), vinculado a Ministério da educação –MEC. O objetivo do programa é ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. A Bolsa-Formação é uma das ações do programa para a expansão da formação profissional de nível básico para trabalhadores/as por meio de cursos para a qualificação profissional básica (os cursos FIC) e cursos técnicos para jovens ingressos ou egressos do ensino médio. A modalidade Pronatec Campo é demandada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que fica responsável por fazer o levantamento dos jovens que se enquadram ao programa e assim divulgar os cursos. Os cursos são oferecidos para agricultores/as assentados/as, assalariados/as rurais, entre outros. O MEC abre novos cursos duas vezes ao ano e, segundo o Ministério, dos matriculados/as metade corresponde a região Nordeste.

Fonte: II PNERA, MEC.

### 3.5 TRABALHO E OCUPAÇÃO

**Gráfico 7** - Juventude economicamente ativa no rural do Nordeste por sexo (1992- 2015)



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração própria a partir as informações do NINSOC/IPEA

Conforme o Gráfico 7, houve a redução do percentual das jovens nordestinas que se declararam economicamente ativas (PEA)<sup>28</sup>. Em 1992, elas representavam 53,2% do percentual de mulheres rurais ativas, participação que chegou a 38,3% em 2015. A diminuição também ocorreu com os jovens, mas estes mantiveram maiores índices de participação na PEA, 92,2%, em 1992, e 70,3%, em 2015, realçando os indícios das desigualdades de gênero.

Essa questão remonta à discussão desta pesquisa sobre a divisão sexual do trabalho (BRUMER, 1988; OKIN, 2008; ALVES, 2013; HIRATA, 2010). As mulheres são direcionadas às tarefas domésticas e aos cuidados com a família, além disso as

<sup>28</sup> Conforme o IBGE, dentre a população residente na região Nordeste existe uma parcela que se encontra em idade ativa ou capacidade para exercer algum tipo de trabalho remunerado ou não (População em Idade Ativa – PIA) e, que uma parcela dessa população se encontra efetivamente integrada ao mercado de trabalho, formal ou não (População Economicamente Ativa – PEA).

pesquisas ainda não captam o trabalho feminino como trabalho, sendo considerado ajuda. A decisão de inserção no trabalho fora do ambiente domiciliar é associada a uma série de fatores usados para secundarizar essa participação em uma ocupação profissional.

Para Tillmann e Comim (2016), o trabalho realizado no âmbito da casa é prejudicial tanto à escolaridade quanto para o ingresso das mulheres no trabalho remunerado. Segundo Bruschini (2007) a primeira geração de estudos sobre o trabalho feminino no Brasil concentrou-se em avaliar a participação da mulher na produção, sem considerar se o papel que exercia na família influenciava ou não as condições de sua atuação em atividades remuneradas. Nesse sentido, a literatura tem avançado nos debates sobre as articulações entre o espaço produtivo e reprodutivo, na busca de explicar e apontar os desafios que o trabalho doméstico ainda impõe sobre a inserção feminina no mercado de trabalho. Para Melo et al (2007, p.445):

No caso do trabalho doméstico observa-se que, quando exercido por terceiros, seu valor equivale ao valor de sua remuneração. Entretanto, quando exercido por alguém da própria família ele não é computado nas contas nacionais. Por que razão, ao fator de produção trabalho não se dá o mesmo tratamento que ao fator capital? Adicionalmente, do ponto de vista do mercado de trabalho, as pessoas que exercem apenas afazeres domésticos – as donas-de-casa, sequer são consideradas como força de trabalho (PEA) – são classificadas como população inativa. Curiosamente, se estiverem exercendo, mesmo que sem remuneração, atividades em um empreendimento familiar, são tratadas como população ocupada.

Essas contrariedades, expostas na realização dos afazeres domésticos pelas mulheres, evidencia que os números obtidos pela PEA não retratam a dimensão da contribuição produtiva das mulheres no campo. A separação do trabalho se limita a existência ideológica de uma hierarquia social, posto que na prática as mulheres trabalham na produção. Segundo as informações sobre o perfil socioeconômico das mulheres envolvidas na Marcha das Margaridas<sup>29</sup>, 85% delas afirmavam desempenhar regularmente atividades agrícolas no estabelecimento, revelando que a atuação produtiva das mulheres não se restringe à produção para o autoconsumo. Este não gera renda monetária direta e se prende à esfera reprodutiva da unidade familiar; o trabalho delas contribui, igualmente, na produção que se destina à comercialização (IPEA, 2012, p.2012).

---

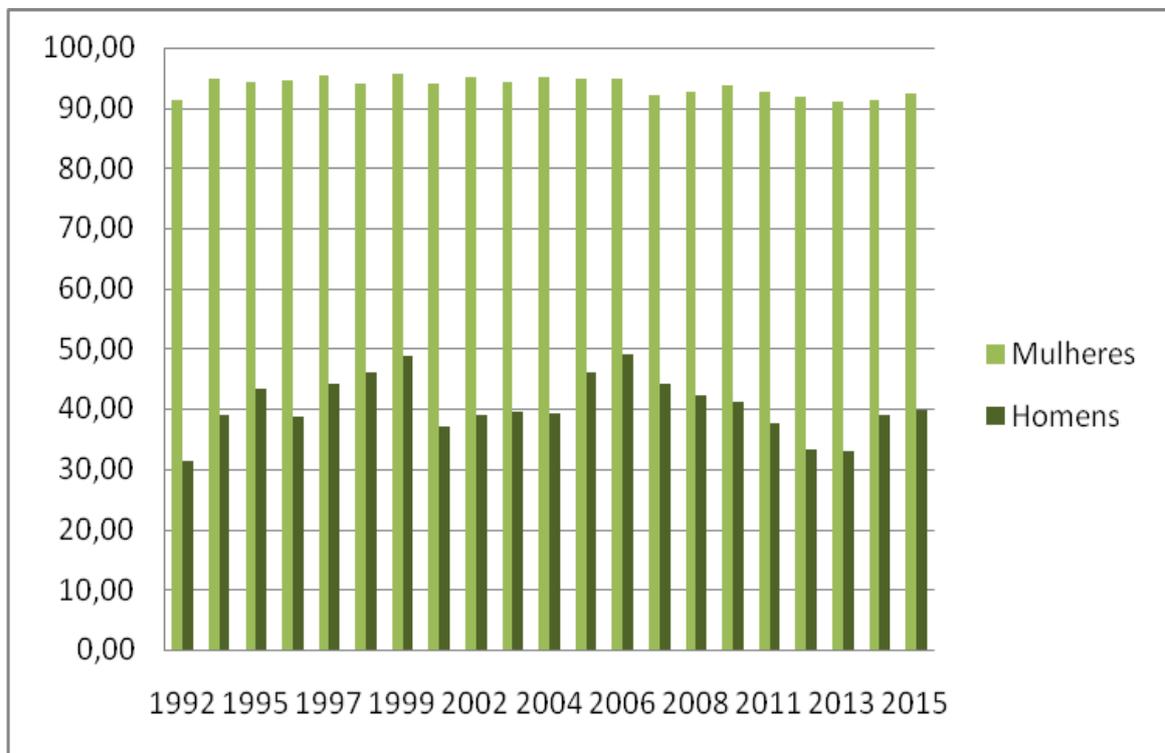
<sup>29</sup> Movimento organizado pela [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura](#) (Contag) na luta pelos direitos das trabalhadoras no campo.

As informações verificadas na Pnad corroboram mostrando que as jovens no rural do Nordeste estão inseridas nas mesmas condições de trabalho agrícola. A maior parte delas havia declarado, na década de 1990, que estavam ocupadas no trabalho não remunerado como membro da unidade familiar e no trabalho produtivo para autoconsumo, situação que permaneceu inalterada na década seguinte. As atividades classificadas como “por conta própria” ou “de autoconsumo” são muito comuns no campo e mais presentes no dia a dia das mulheres. Por isso, pode-se dizer que as mulheres representam o grupo de trabalhadoras mais vulnerável no campo (KRETER, 2005,p.07). Nestas duas classificações, encontra-se o excedente do trabalho realizado pelas mulheres que é convertido para a esfera produtiva e remunerada, tornando o esforço despendido por elas como massa de trabalho invível (ALVES, 2013).

As informações sobre a PEA das jovens nordestinas levam também a outra consideração. Segundo Tillmann e Comim (2016) tem crescido a classificação de jovens por não trabalhar e nem estudar. Nessa configuração, há um forte viés de gênero e de localidade (rural), em razão da maior permanência das mulheres no espaço doméstico. Contudo, essa imagem se torna pejorativa, pois as mulheres que estão no espaço privado exercem vários tipos de função, sobretudo as produtivas, o que revela uma sobrecarga de trabalho. Essa condição se torna ainda mais acentuada entre as jovens rurais com o casamento, fator que contribui incisivamente para que elas não estejam associadas a nenhum dos casos (estudo e trabalho).

Considerando a média de anos de estudos das jovens nordestinas (Gráfico 6) e a redução na PEA das jovens, os indícios tendem a apontar para o fato de que elas estariam na condição de jovens sem trabalho e sem estudo. Isto é questionável dada que as chances delas entrarem no mercado de trabalho em relação ao homens se tornam mais difíceis, além disso, mesmo sem estudar, elas não se encontram sem trabalho, visto que as informações dessa seção apontam que persiste uma exploração sobre o trabalho feminino no âmbito doméstico.

**Gráfico 8** – Juventude que cuidava dos afazeres domésticos no Rural do Nordeste por sexo (1992-2015)



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração própria a partir as informações do NINSOC/IPEA

De acordo com o Gráfico 8, ao considerar as jovens rurais nordestinas que realizavam afazeres domésticos, mais de 90% delas tinham participação ativa nas tarefas do lar, em todos os anos analisados. Por outro lado, os jovens mostraram realizar esse tipo de atividade com menor intensidade. Para Bruschini (2007), isto revela o fato de que os homens se envolvem nessa esfera de uma maneira bastante seletiva.

Verifica-se que, durante o período analisado, o comportamento na realização das tarefas domésticas permaneceu inalterado, afirmando que a execução desses afazeres é de responsabilidade essencialmente das jovens rurais nordestinas. A partir de 2001, pôde-se saber a quantidade de horas que estas jovens estavam dedicando ao trabalho doméstico (Gráfico 9). As informações confirmaram que as horas dedicadas por essas jovens representavam quase o triplo de horas que foram dedicadas pelos jovens no Nordeste. Segundo Andrade (2016) o aumento da participação da mulher como força de trabalho e a chegada de inovações legais, tecnológicas e organizacionais, não trouxe mudança significativa na hierarquia funcional e técnica da organização laboral.

**Gráfico 9** - Horas de afazeres domésticos da juventude rural no Nordeste por sexo (2001-2015)



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração própria a partir as informações do NINSOC/IPEA

Essas disparidades que se apresentam na concentração das atividades domésticas como atribuição das jovens nordestinas atinge a qualidade de vida e a inserção profissional delas no mercado de trabalho. Como já ressaltado nesta pesquisa, persiste uma divisão de funções sociais entre homens e mulheres, a qual mesmo que haja uma maior participação das jovens no mundo produtivo, continua operante a compreensão social de que são elas que devem exercer os papéis relacionados aos cuidados familiares (OKIN, 2008; SOUSA et al, 2016).

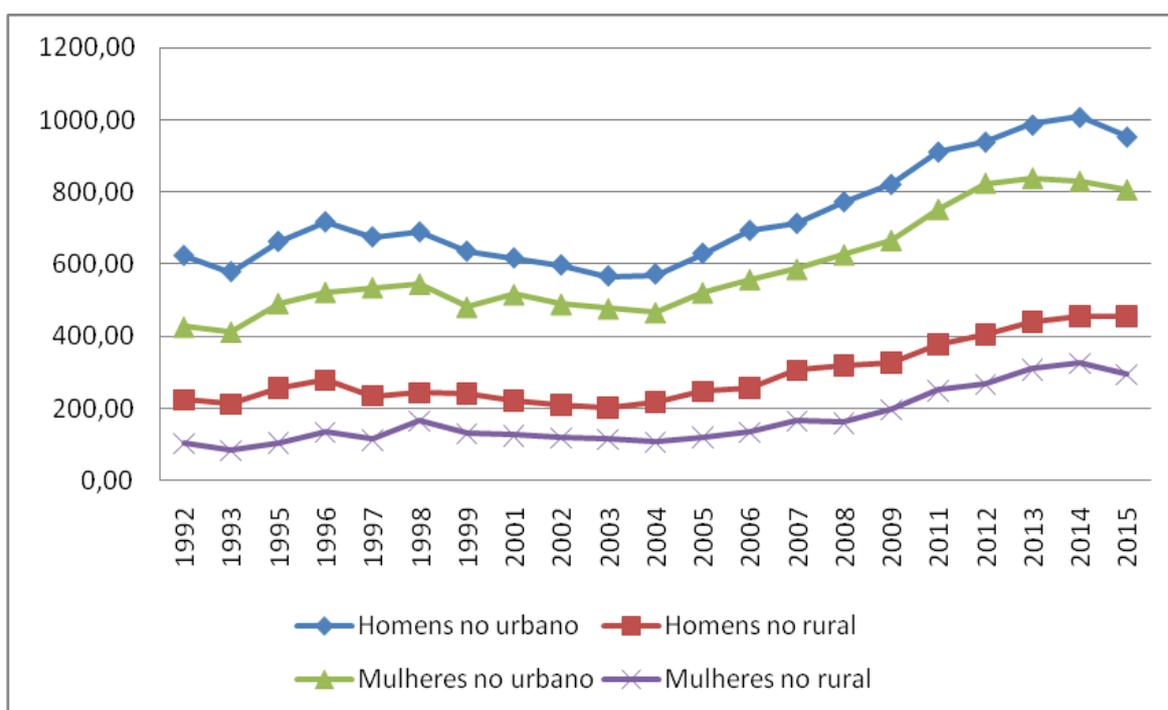
Mesmo que consigam trabalho fora, as mulheres se inserem em áreas relacionadas ao cuidado em sentido amplo, tradicionalmente associadas ao universo feminino. Além disso, as mulheres tendem a aceitar empregos mais próximos do lar para não prolongar o seu tempo de deslocamento de casa para o trabalho e vice-versa. Assim recorrem a jornadas reduzidas, quando possível, para que possa haver o acúmulo de funções da esfera pública e da esfera privada (BANDEIRA et al, 2016).

Segundo as informações extraídas da Pnad para este perfil, pouco mais de 12% das jovens nordestinas haviam declarado, durante o período de 1992 a 2015, que

realizavam tarefa de cultivo, pesca ou criação de animais, a serem destinados à própria alimentação ou das pessoas moradoras do domicílio, um dos desafios visto na agricultura familiar para o reconhecimento do seu envolvimento nestas atividades. Essa pequena participação é fruto da complexidade que cerca a produção na unidade produtiva, pois se for considerar as horas de afazeres domésticos que também são indispensáveis na produção ou mesmo os trabalhos que realizam fora, as jovens tendem a apresentar uma sobrecarga de trabalho em relação aos jovens nordestinos.

Majoritariamente, as jovens assumem a esfera privada no rural nordestino. Para Silva (2013), essa função é transmitida desde a infância, pois embora as meninas se envolvam no trabalho da agricultura, os meninos não são incentivados a realizar os serviços domésticos. Assim, elas passam mais tempo em casa e ficam sujeitas às regras que cultural e socialmente são construídas em relação aos seus comportamentos, trabalho e socialização. Ao chegar à fase jovem, passam por maiores tensões nas negociações familiares no que diz respeito ao trabalho e as suas decisões pessoais. Este processo, no entanto, tem contado com as mudanças que o campo tem sofrido, cada vez mais compelido a ressignificar as funções sociais atribuídas aos homens e as mulheres, em virtude das necessidades da juventude que permanece.

**Gráfico 10-** Renda média do trabalho principal da Juventude urbana e rural no Nordeste por sexo (1992 – 2015)



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração própria a partir as informações do NINSOC/IPEA

Ao considerar a média e o local de residência na aferição da renda média do trabalho principal<sup>30</sup> dos/as jovens nordestinas (Gráfico 10), as informações atestam as diferenças econômicas entre a juventude no campo e na cidade, que são acentuadas por sexo.

A respeito dos rendimentos auferidos pelas mulheres e pelos homens que residem no rural, torna-se perceptível, ao longo do período analisado, que não houve uma aproximação de renda entre os sexos, estes continuaram a apresentar valores similares na diferenciação. A renda obtida entre as jovens nordestinas tem sido menor que um salário mínimo, com exceção da renda obtida em 1998 que conseguiu atingir o valor do salário. Nos últimos anos analisados, a distância entre a renda e o salário mínimo chegou a ser bem mais exorbitante para a juventude rural nordestina, de forma mais acentuada para as jovens.

Em comparação com a juventude que reside no urbano, os rendimentos de ambos os sexos se mostram superiores aos rendimentos dos/as jovens do rural. As diferenças de renda entre os sexos são visíveis, mostrando que a divisão sexual do trabalho também se consolida no urbano, mas torna-se mais emblemática no rural devido às relações de trabalho estabelecidas no âmbito familiar, com nenhum ou pouco reconhecimento do trabalho monetário exercido pelas mulheres.

Os/as jovens no urbano nordestino, dada as condições de assalariamento nas cidades, não apresentaram uma média menor que o salário mínimo, a média da renda mostrou-se superior. Já a renda auferida pelos/as jovens no rural, na lógica da unidade familiar, depende da repartição dos ganhos da família ou da ampliação das fontes de renda (pluriatividade) de alguns membros da família. Nessa dinâmica, os/as jovens podem buscar emprego na cidade, sem perder o vínculo com a moradia e as atividades no campo.

Dessa forma, mesmo com rendimentos mais atrativos nas cidades, existe uma série de fatores que fazem com que os/as jovens permaneçam no rural nordestino. Sair da circunferência (campo/cidade), que envolve a unidade produtiva, não significa ter melhores condições de vida em outras regiões. Para o/a jovem que não conta com aporte de moradia, alimentação, transporte, qualificação profissional e bom nível educacional na

---

<sup>30</sup> Valores já convertidos em reais (deflacionado)

cidade (CARNEIRO, 1998), os diferenciais de renda fora do rural não proporcionaria mudanças positivas.

Ao mesmo tempo, é preciso considerar que condições passaram a ser criadas para que os /as jovens obtenham maior autonomia no trabalho familiar agrícola e possam gerar a própria renda imediata ou futura. Somam-se assim, as políticas públicas que dão reconhecimento à reprodução social e econômica da população rural, com enfoque na juventude e na questão de gênero.

#### **Box 4 - Programas relacionados à terra**

**O Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)** se destina a atender as famílias acampadas, que estão inscritas no CadÚnico e possuem renda de até três salários mínimos mensais. No primeiro I PNRA, formulado em 1985, a situação das mulheres era vista pela ótica da noção de família, isso gerou nos programas e políticas que foram executadas durante a década de 90 um processo de exclusão das mulheres das políticas relacionadas às questões agrícolas e agrárias. Em 2003, com o II PNRA foram inseridas medidas que contemplavam as questões de gênero, como a portaria do Incra nº 981/2003. A portaria determinou a titulação conjunta da terra no caso de casamento ou união estável, para que fosse garantido o direito das mulheres à terra, especialmente nos casos de viuvez e separação. Em vigor, a política de reforma agrária conta com o crédito de instalação, que entre as linhas ofertadas encontra-se o fomento mulher destinado a subsidiar os projetos produtivos que estão sob a responsabilidade feminina. Além disso, outras formas de crédito são disponíveis para o acesso à terra como o PNCF, sendo que no caso dos jovens há uma ação direta com a linha Nossa Primeira Terra, incorporada à política em 2013, o qual não existe é a divisão por linha específica, a menos que a jovem opte pela linha de Combate à Pobreza Rural (CPR) que conta com um crédito adicional para incentivar a participação de comunidades negras, jovens e mulheres.

**O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**, criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 é um apoio para o custeio e investimento na produção agrícola. O Programa passou por várias mudanças e reformulações, sendo criadas linhas específicas, entre elas a linha do Pronaf Mulher e a linha do Pronaf Jovem Rural. Para tentar o acesso a linha de crédito é preciso ter a DAP. Este documento é a validação da identidade de agricultor familiar para que possa tentar usufruir das políticas de assistência técnica e extensão rural, seguro da produção, comercialização da produção e para que tenha direitos e benefícios sociais. Mesmo sem reunir informações dos anos anteriores, o painel de políticas da SEAD mostra que no ano de 2017 a quantidade de DAP's para os jovens foi de 7.187, sendo mais de 60% obtidas para os (as) jovens no Nordeste e das 370 DAP's obtidas pelas mulheres 58% foram para a região.

**O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)** atua desde 2004, tendo por finalidade atender, por meio de mutirões, mulheres rurais que não têm documentação. Entre a documentação oferecidas estão: Carteira de Identidade; Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); Carteira de Trabalho; Inscrição para benefícios previdenciários; Inscrição no CadÚnico; Inscrição para Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e Registro para acesso à Carteira de Pescadora. Segundo informações da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - SEAD, no Nordeste, de 2006 a 2015 foram atendidas 1.351.104 mulheres, considerando todas as idades, devido não existir o recorte de juventude na base de dados. Os mutirões realizados durante esse período conseguiram emitir 2.776.373 documentos para as mulheres nordestinas.

Para Butto e Hora (2008), sem ter terra não há como ter acesso às políticas de desenvolvimento. Em consideração à longa trajetória de luta pela posse da terra no Brasil, verifica-se que os direitos das mulheres à terra só começaram a aparecer no final da década de oitenta, e, ainda assim, de forma restrita. Segundo os dados analisados por Melo et al (2008), os beneficiários dos assentamentos, de acordo com os Censos da Reforma Agrária de 1996 e 1997, por exemplo, mostram a desigualdade de sexo e de idade: enquanto foram beneficiados 16.421 jovens do sexo masculino, somente 2.346 mulheres na mesma faixa etária foram beneficiadas<sup>31</sup>. Uma vez marginalizadas do acesso à terra, também se encontravam afetadas nas políticas de acesso ao crédito, surgindo somente no decênio de 2000 programas ou linhas específicas que pudessem atender ao segmento feminino em relação ao crédito, assistência técnica e apoio à comercialização.

#### **Box 5 - Programas de incentivo à produção**

**A Política de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER)**, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, atua como parte de um conjunto de políticas destinadas ao rural. Por meio desta política viabiliza-se um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. As ações nessa teriam um novo ciclo a começar em 2003. Nas modalidades atendidas pela política estão os agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos de comunidades tradicionais. Para a execução da política tem sido realizadas licitações na modalidade de chamada pública e celebração de contratos de gestão com as instituições públicas, empresas, organizações sociais e outras instituições de interesse público e privado. Em 2008 surgiu o ATER setorial para as mulheres como orientação de processos organizativos e de capacitação das mulheres trabalhadoras rurais de acordo com as suas condições socioculturais (MDA, 2012). No entanto, assim como as dificuldades encontradas em outras políticas, as mulheres e os outros segmentos que dependem da ATER pública, esbarram nas disputas de espaço de produção, dificuldade no processo de comercialização e no acesso aos mercados institucionais, pouca integração com os conhecimentos tradicionais, entraves burocráticos, entre outras questões elencadas por gestores do governo e sociedade civil.

---

<sup>31</sup> O I Censo da Reforma Agrária de 1996 e 1997 analisou uma população de 115.011 beneficiários(as) da reforma agrária no Brasil (BUTTO e Hora, 2008).

O **Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMR)** promove a busca por autonomia econômica e estimula a troca de informações entre as redes produtivas de mulheres rurais, objetivos que se integram à política de ATER. O POPMR engloba diferentes áreas de atuação que contribuem para a qualificação de uma assistência técnica diferenciada, marcada pelo apoio às mulheres no processo de gestão de unidades de produção familiares e iniciativas comunitárias (WEITZMAN, p. 106, 2011). Para que as mulheres rurais possam participar são realizadas chamadas públicas pelo Ministério do desenvolvimento Agrário/MDA em três modalidades: redes, grupos produtivos de mulheres e feiras.

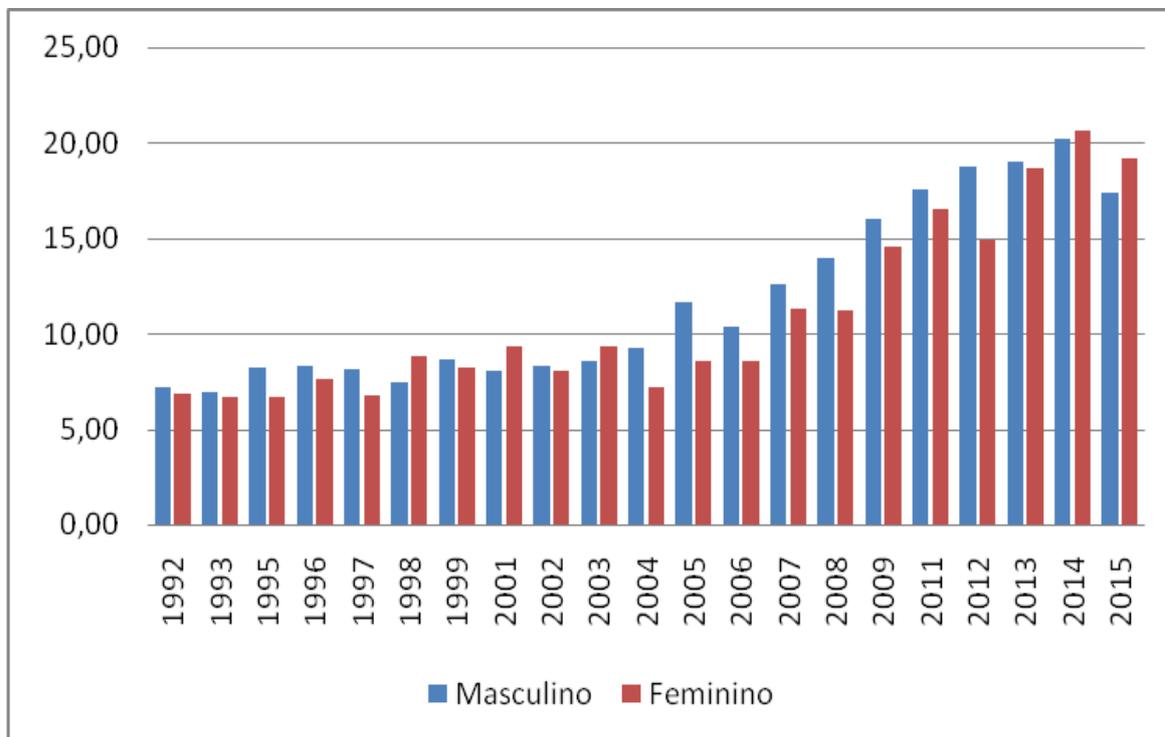
O **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** surgiu como incentivo à comercialização dos produtos da agricultura familiar. É um programa que visa a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, para destinar as pessoas em situação de insegurança alimentar e para setores públicos de alimentação e nutrição. Contudo, o PAA não se constituiu como um direito dos beneficiários, podendo o programa ser ou não renovado, ou até mesmo interrompido, como tem ocorrido. Mota e Schmitz (2015) realçam que nesse contexto, a entrada no programa possibilitou a mobilização de identidades coletivas das mulheres como extrativistas serviu mais como um caminho para que pudessem ter conhecimento da política, da influência que esse tipo de política exerce sobre o bem-estar delas e a conquista da documentação para que possam acessar as demais políticas.

Fonte: SEAD/MDA; INCRA

Mota e Schmitz (2015), ao mencionarem o trabalho das mulheres extrativistas em regiões do Nordeste, como as quebradeiras de coco babaçu e as catadoras de mangaba, destacam a importância do acesso de políticas públicas como o POPMR e o PAA para o empoderamento feminino. Contudo, se de um lado, o surgimento dessas políticas contribuiu para fortalecer a organização coletiva das mulheres e para dar reconhecimento a seus trabalhos, por outro, foi possível verificar que as experiências positivas obtidas por meio do PAA não foram mantidas, revelando a fragilidade em conduzir ações governamentais que ajudem a amenizar as desigualdades de gênero no campo identificadas, sobretudo, nas relações de trabalho e na obtenção de renda.

### 3.6 PREVIDÊNCIA SOCIAL E BOLSA FAMÍLIA

**Gráfico 11** – Contribuição Previdenciária da Juventude Rural no Nordeste (1992-2015)



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração própria a partir as informações do NINSOC/IPEA

Conforme o Gráfico 11, as informações da Pnad apontam que houve o aumento da contribuição previdenciária pela juventude rural do Nordeste. Contudo, os percentuais revelam que as condições de trabalho da juventude não permitem, em sua maioria, que possam usufruir de benefícios decorrentes da cobertura da previdência social. Tal realidade está ligada ao uso do trabalho dos membros da família, que aponta a organização e a viabilidade econômica da unidade familiar, mas sem a garantia de que o rendimento da comercialização atinja a todos os envolvidos na produção.

Levando-se em consideração as formas estabelecidas de contribuição para garantir certa equidade dos segmentos urbano e rural, os/as trabalhadores/as rurais possuem a alternativa de contribuir quando trabalham com a carteira assinada ou contribuir não baseado no salário mínimo ou em outro valor fixo de renda, mas de acordo com as atividades desenvolvidas pelos (as) trabalhadores (as) rurais que dependem do

rendimento da comercialização da produção. Essa contribuição será calculada com base na comercialização (VALADARES e GALIZA, 2016).

É possível observar uma alternância entre a contribuição masculina e feminina. Se considerado todo o período analisado, verifica-se que os jovens contribuíram mais para a previdência, mas se for considerado os últimos dois anos, as mulheres jovens passaram a contribuir mais que os homens da mesma idade. No ano de 2015, somente 19% das mulheres e 17% dos homens eram contribuintes, ao passo que entre os jovens urbanos da região, metade contribuía para previdência social. Dada a divisão do trabalho no campo, o percentual de contribuição dos/as jovens rurais sugere que ele advém de empregos fora a propriedade familiar. Isto contribui para o que Ferreira e Alves (2009) apontam, nem todos os/as jovens estão inseridos em trabalhos agrícolas.

Entre os homens no rural, a idade requerida para a aposentaria é de 60 anos e para as mulheres de 55 anos<sup>32</sup>. Esses cinco anos de diferença são garantidos, pela legislação atual, devido às diferenças biológicas e socioculturais que tornam o mercado de trabalho e a condições familiares desiguais para o universo feminino (CAMARANO, 2017). Assim, sem as medidas para frear as desigualdades de gênero, dado que as mulheres sofrem mais privações para a obtenção de renda, muitos fatores podem atuar para limitar o bem-estar pessoal e social feminino.

Segundo Camarano (2017), a existência de benefícios diferenciados para as mulheres tem visado assegurar a sua proteção diante da maternidade e diante do mercado de trabalho guiado por contratos tradicionais de gênero. Estão ocorrendo mudanças, que tendem a afetar as taxas de fecundidade e atingem o crescimento da população em idade ativa que é uma das bases da Previdência Social brasileira. Além disso, a invisibilidade que tem sido relegada as atividades desenvolvidas pelas mulheres, se verificada no meio rural, trazem um número mais elevado de mulheres ocupadas sem remuneração, quando comparado com os demais setores da economia (KRETER, 2005), evidenciando a necessidade de manter e avançar na seguridade social dessas mulheres.

O acesso das mulheres do campo às relações de trabalho com proteção da previdência foi bastante tardio, fato que postergou os benefícios aos quais elas tinham

---

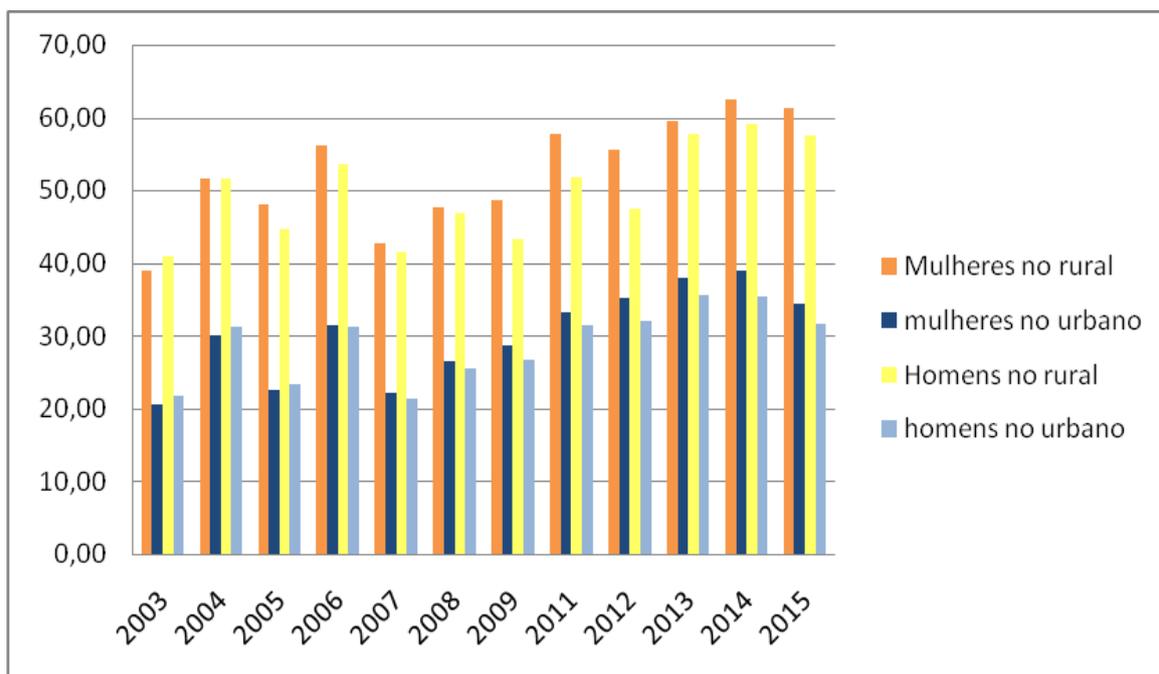
<sup>32</sup> Todavia, com a reforma da previdência proposta pelo governo, em razão dos ajustes às contas públicas e do aumento da expectativa de vida, seriam retiradas as diferenciações de idade entre homens e mulheres e entre trabalhadores rurais e urbanos, aumentando a idade para 65 anos.

direito (BRUMER, 2002). Para grande parte das jovens rurais, a inserção no mercado de trabalho é informal (sem registro em carteira de trabalho como assalariadas, ou sem registro de venda de produção em seu nome ou na de seus dependentes). Esta situação, pode ser encaminhada ou com o registro profissional (DAP) ou o acesso aos programas de assistência social. No meio urbano, ainda que boa parte dos trabalhadores se encontre na informalidade, a estrutura setorial do meio urbano condiciona a maior criação e manutenção de empregos formais, os quais geram regulares contribuições ao sistema de previdenciário (SOUZA, et al, 2016, p.07).

O acesso aos benefícios da Previdência Social tem impactos consideráveis sobre as condições de reprodução feminina, o que pode ser constatado em pesquisas recentes, pois, as mulheres procuram manter e melhorar a qualidade de vida de seus familiares (BRUMER, 2002, p.71). O suporte econômico dos pais e/ou avós, garante melhores condições de vida para os/as jovens que estão constituindo projetos de vida e que ainda não contam com uma renda. Isto é, não se trata de um simples benefício individual, mas promove o bem-estar e a possibilidade de permanência das famílias no campo (VALADARES, et al, 2016).

Ressalta-se ainda que a concessão da aposentadoria tenha contribuído para a redução da pobreza no campo, considerando que as famílias ao possuírem ao menos um aposentado no domicílio passam a contar com uma renda igual ou maior que um salário mínimo, o que repercute sobre as economias locais do país e favorece a provisão de direitos sociais (KRELER, 2005, VALADARES et al, 2016).

**Gráfico 12** - Jovens em famílias beneficiárias do Bolsa Família no urbano e no rural do Nordeste por sexo (2003 – 2015)



Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração própria a partir as informações do NINSOC/IPEA

O Gráfico 12 mostra a inserção dos/as jovens em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família desde o ano da sua criação até o ano de 2015. O programa foi instituído como parte de uma estratégia de desenvolvimento social e econômico para tentar retirar as famílias da situação de pobreza, simultaneamente, com a promoção do acesso a direitos sociais fundamentais.

De 2003 para 2015 houve um aumento de 38,88% para 61,22% das jovens nordestinas pertencentes às famílias que acessavam o programa Bolsa Família e de 40,1% para 57,64% entre os homens na mesma idade. Concomitantemente, o período de consolidação do programa ocorreu no intervalo do Censo de 2000 a 2010, período em que se verificou uma maior permanência das jovens mulheres no Nordeste. O programa pode ter contribuído para essa realidade, mesmo que o programa por si só não garanta a concretização de outros direitos sociais.

Conforme aponta Camargo et al (2013), a população dos estados do Nordeste tem maior proporção de famílias no Programa e entre o perfil de beneficiários (as) verifica-se uma faixa etária essencialmente jovem. Considerando as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, pelo menos em curto prazo, as políticas de transferência de renda

aparecem como a melhor opção para o combate à miséria em função de sua excelente focalização (SOUZA et al, 2013, p.153). O programa atende famílias com renda familiar per capita de 85,00 a 170,00 reais, conforme o nível de pobreza e a estrutura etária da família.

De acordo com as pesquisas nacionais sobre o programa e a relação de gênero da política a renda regular, obtida pelo benefício, fornece certa segurança financeira e traz escolhas de consumo para as mulheres que estão no espaço privado. Há uma identificação de que esta segurança de renda afeta positivamente as expectativas para a vida futura das mulheres, propiciando que elas tenham questionamentos sobre o modo de vida quando coexiste uma autoridade masculina tradicional ou uma relação conjugal indesejada (BARTHOLO et al, 2017).

Além disso, Campello (2013) ressalta que as pesquisas realizadas sobre o Programa apontam que não houve o aumento nas taxas de fecundidade entre as beneficiárias; tampouco o programa deve ser encarado como uma política que gera dependência. Cabe sublinhar que há um maior índice de fecundidade entre as mulheres rurais (IBGE, 2014), mas o declínio continua a ocorrer em relação a toda população brasileira.

Apesar de não se traduzir em mudanças estruturais, o acesso ao Bolsa Família contribuiu para a movimentação das economias locais nos estados mais pobres do país, revelando que o programa tem assumido um peso significativo na renda de grande parte das famílias nos estados nordestinos (IPC-IG, 2008).

Conforme visualizado no gráfico 12, seja no espaço urbano ou rural do Nordeste, são as jovens que predominam nas famílias beneficiárias do Programa como pressuposto do arranjo institucional da política. Para Batista (2016), o fato de o programa ser considerado um assunto das mulheres contribui para duas visões: a primeira, para gerar o seu empoderamento ao considerar que é preciso empregar um reforço à figura feminina como centro simbólico da família; e, a segunda, para reafirmar o seu papel no espaço doméstico. Independente disso, a incorporação da renda obtida pelo programa tem sido parte das estratégias de reprodução das famílias beneficiárias.

## CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O PERFIL

Conforme as informações levantadas sobre o perfil das jovens nordestinas, foi verificado que o acesso à água é um fator importante a ser considerado em um quadro de maior permanência das jovens no meio rural, considerando que não há um quadro contínuo de evolução no fornecimento do serviço por meio de rede de distribuição, questão que está associada à condição semi-árida da região. Assim, pode-se inferir o acesso à água, inclusive por meio de cisternas (de placa), contribuiu para uma mudança no perfil das jovens que estão ficando na região Nordeste. Em relação ao outro aspecto de infraestrutura analisado, houve um salto no acesso à energia elétrica. todavia, o que ainda precisa ser qualificado é a forma como esse serviço chega ao rural. Os microdados disponíveis não permitem inferências nesse sentido.

No que corresponde à condição dessas jovens no domicílio, houve o aumento delas como pessoa de referência nos últimos anos. Isto mostra mudanças em relação ao gênero do responsável pela família. Vale destacar, que o critério utilizado para definir a pessoa responsável pela família é o seu reconhecimento pelos outros membros da família, sem critérios objetivos. Segundo o IBGE (2014), não é levado em consideração se a pessoa é o principal provedor na família, se toma decisões mais relevantes para família ou se é a pessoa mais idosa, entre outros aspectos.

Os fatores referentes ao mundo do trabalho revelam que poucas são as mudanças na divisão sexual da produção. As mulheres continuam a dividir o tempo entre as atividades domésticas e as atividades produtivas, recebem rendas inferiores apesar do maior índice de escolaridade e continuam a enfrentar dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Neste, os percentuais apresentados como sendo de mulheres economicamente ativas têm sofrido declínio. Isto porque estariam refletidos os aspectos culturais que se vinculam à vida no campo, que dão pouco reconhecimento às atividades realizadas no ambiente doméstico e que também possuem o caráter produtivo (IBGE, 2014). A consequência desse comportamento se mostra na maior diferença entre as taxas de atividade masculina e feminina (32,07 pontos percentuais em 2015), diferença que se manteve elevada ao longo do intervalo analisado.

Segundo o IBGE (2014), tem sido baixa a participação das mulheres no mercado de trabalho nordestino, sendo que no rural a taxa é ainda menor. Este espaço concentra os

maiores quantitativos da população ativa rural do País, refletindo as baixas taxas de participação em relação às mulheres provenientes desses espaços. De modo que, ao verificar o número de jovens nordestinas que realizavam afazeres domésticos, mais de 90% delas declararam estar nessas funções. O tempo de dedicação delas no espaço doméstico ainda tem representado quase ou mesmo o triplo de tempo dedicado pelos homens.

A fragilidade nas relações de trabalho no campo ainda revela um universo de mulheres pouco assistidas pelo benefício da Previdência Social. Em certa medida, isto tem sido amenizado com o acesso à renda pelo Programa Bolsa Família, em razão delas ainda estarem à margem do mercado de trabalho. Apesar das jovens nordestinas alcançarem uma maior média de anos de estudo, o maior nível de instrução não tem lhes garantido um melhor posicionamento em relação às condições de trabalho e de rendimento econômico.

O perfil das jovens que tem permanecido no rural nordestino aponta que, durante o período analisado de 1992 a 2015, surgiram novas alternativas de acesso à água, o acesso à energia quase atingiu a sua totalidade. As jovens estão alcançando maior média de escolaridade, mas as relações de trabalho permanecem sem mudanças significativas. Aventa-se que as políticas públicas que surgiram nas últimas décadas para amenizar a ausência de serviços ou a falta de acesso a direitos representam o caminho mais seguro para explicar o aumento da permanência das jovens rurais no Nordeste.

Assim, reforça-se que o debate sobre a conhecida saída das mulheres do campo não é um fenômeno estanque ou aleatório, ele surge como resposta à ausência de acesso à oferta pública de infraestrutura básica, educação apropriada ao contexto, insuficiência de renda e de outros bens e serviços que garantam a população uma perspectiva de permanência no seu território de origem. Nas duas últimas décadas, a criação de programas e de políticas públicas com incidência direta para a população rural (BARCELLOS, 2014) pode ter contribuído para refrear, em alguma medida, a saída de jovens mulheres do campo.

## CONCLUSÃO

A discussão sobre desenvolvimento rural traz uma das questões mais recorrentes ao se falar do destino desse espaço, o futuro da sua população. As mudanças conduzidas pelo processo de modernização reforçaram a ideia de que o tecido social no campo tenderia a ser desfeito pela consolidação da urbanização, uma vez que os fluxos migratórios se configuraram como um fenômeno jovem e não haveria população para conduzir as relações produtivas tradicionais no campo. Todavia, essa visão não faz parte da realidade do campo, dada a existência das unidades de produção familiar que continuam a reprodução social no meio rural e lutam por melhores condições de vida.

Assim, a trajetória da modernização evidencia que, longe de determinar um futuro sem população no campo, são reelaboradas as estratégias que permitem que o modo de vida rural continue a ser praticado pelas gerações jovens que conduzem os seus projetos de vida no espaço de origem. Todavia, essa perspectiva demorou a ser percebida no país em virtude de que os fluxos migratórios repercutiram como uma determinação imutável do processo de urbanização, uma vez que nesse aspecto a saída do espaço era vista como um rompimento dos indivíduos com o espaço rural.

A saída visualizada por essa ótica encobria as condições às quais as famílias tinham de enfrentar no processo de desenvolvimento econômico: concentração fundiária, desigualdades regionais, precarização das condições de trabalho, competição desigual nos mercados de comercialização, entre outros fatores que não possibilitavam que todos os membros da família viessem a permanecer na unidade produtiva. Entendendo esse contexto, a ocorrência de migrações nem sempre significava o esvaziamento do espaço rural, mas a alternativa encontrada para que as famílias pudessem, por meio de alguns membros, obter recursos para a manutenção da unidade familiar produtiva e social.

No Nordeste, todos esses fatores contribuíram para caracterizar a região como palco da pobreza, do atraso econômico e da desilusão social em conseguir uma vida melhor no próprio espaço de moradia, sobretudo, em relação à vida no campo. As dificuldades enfrentadas no território viriam a contrastar com a disseminação da tecnologia, da indústria e da urbanização em outras regiões, uma vez que por meio da intervenção estatal os estados nordestinos passariam a ter polos de dinamismo econômico com maior incorporação de tecnologia, medida que não estava voltada para os

agricultores/as familiares no Nordeste, que em nível de tecnologia continuaram a contar com as técnicas tradicionais de produção.

Na lógica migratória, o Nordeste passou a ser grande fornecedor de mão de obra para outras regiões, sendo que esse processo se configuraria como um fenômeno jovem e feminino. Isso porque ser jovem e ser mulher trazem duas dimensões a serem desconstruídas socialmente: a primeira, diz respeito ao entendimento de que a juventude deve sofrer um maior controle social por estar situada na fase transitória para vida adulta e, a segunda, se refere aos papéis sociais e culturais atribuídos às mulheres.

Historicamente, a organização familiar brasileira reserva às mulheres o espaço doméstico, enquanto os homens estão associados ao espaço público. No modelo econômico capitalista essas separações sociais serviram para acentuar e sobrecarregar ainda mais o trabalho feminino. No espaço rural verifica-se que a divisão do trabalho produtivo existe apenas para traçar uma hierarquização social, que atribui maior valor ao trabalho executado pelos homens. As mulheres desenvolvem funções tanto no âmbito da casa quanto no âmbito produtivo, mas a parte do tempo que dedicam à produção não ganha o reconhecimento econômico devido.

Essa invisibilização do trabalho feminino trouxe para o seio das famílias rurais uma maior migração das mulheres, que em sua maioria tinham o incentivo em buscar maiores níveis de escolaridade e empregos fora das atividades agrícolas. Dessa forma, por não serem consideradas sujeitas ativas na unidade produtiva familiar, elas não se tornavam sucessoras da terra dos pais. Nitidamente, a condição social feminina tem revelado maiores obstáculos para o alcance de autonomia econômica dentro dos arranjos familiares no espaço rural.

A saída mais elevada de mulheres e o conseqüente processo de masculinização do campo podem ser vistos no primeiro período de análise das coortes jovens na região nordestina. Porém, esses fenômenos mostraram-se passíveis de reconfiguração ao longo do tempo em relação à região analisada. Ao verificar mudanças no comportamento migratório, esta pesquisa conseguiu comprovar por meio do estudo de coorte que as jovens passaram a ficar mais que os homens, situados na mesma faixa etária, em todos os estados da região nordestina. Essa confirmação aponta que os estados apresentaram diferenciações quanto às taxas de permanência, situações que suscitam a continuidade das investigações sobre os variados cenários que podem estar dispostos em uma mesma

região. Além disso, deve-se considerar que o fenômeno da permanência pode sofrer novas configurações ao longo das décadas, a depender do projeto político-econômico a ser conduzido no país.

As constatações sobre a permanência das jovens no espaço rural nordestino, trouxeram para o debate a complexidade que rodeia a definição de rural como lugar de pertencimento. Os parâmetros oficiais avançam cada dia mais para transformar um maior número de municípios em espaços urbanos, o que tem sido criticamente discutido no campo acadêmico a partir de novas interpretações sobre a concepção de espaço rural. As principais críticas referem-se à fragilidade em se considerar urbano os lugares com organização social dotada de características rurais, bem como partir de critérios e visões essencialmente urbanas para definir esses espaços. Além disso, a proximidade entre o espaço urbano e o espaço rural evidencia a dificuldade em partir de definições que não sobrepõem um espaço ao outro.

As divergências conceituais mostram que o espaço rural é um território em constante disputa por representar a base de consolidação do modelo de desenvolvimento econômico atual e por ser, ao mesmo tempo, espaço de reprodução social e atuação para um modelo de desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, reforça-se a importância da permanência da juventude nos espaços rurais de forma equilibrada entre os sexos, posto que a participação das mulheres na agricultura familiar é decisiva no debate sobre a defesa da soberania alimentar e a defesa da biodiversidade, na condução da produção e preservação do conhecimento tradicional.

As ações que viabilizam um desenvolvimento no espaço rural tendem a ser afetadas pela visão de esvaziamento populacional. Assim, realçar a permanência dos sujeitos no campo significa conduzir os anseios da população rural para a arena das políticas públicas, que criam melhores condições de vida ao promoverem programas e políticas de acesso à infraestrutura, educação, trabalho, renda, entre outros. Dada a importância em direcionar a atenção para a ampliação de bens e serviços à juventude que reside no campo, foram levantadas as informações que traçam o perfil das jovens que permanecem no rural do Nordeste.

Verificadas as mudanças que ocorreram nas taxas de permanência entre o decênio de 2000 a 2010, o perfil revela que a introdução de políticas públicas durante esse intervalo pode ter contribuído para a mudança no quadro de migração rural-urbana.

Mesmo que não se possa mensurar a relação das políticas e dos programas ao fenômeno da permanência, o conjunto de ações direcionadas ao espaço rural são fatores que contribuem para melhorar o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas.

Em relação ao acesso à água no rural da região Nordeste, verifica-se, em parte do território, que a ocorrência de períodos de estiagem aponta para a necessidade de ampliar as formas de captação da água para o seu armazenamento. Destaca-se, nesse sentido, o Programa Cisternas, que permitiu a parte significativa das jovens o acesso à água na propriedade familiar. Outro serviço de infraestrutura necessário às populações diz respeito ao acesso à energia elétrica, tendo em vista que era considerável na década de 1990 o percentual de jovens que não tinham acesso a esse serviço, situação que se modificou na década seguinte, com a implementação do Programa Luz para Todos. Considerando a condição no domicílio, houve o aumento das jovens como pessoas de referência nos últimos anos analisados (2008 a 2015). Levando em conta a faixa etária de 15 a 29 anos analisada, elas se mantêm em menor proporção na situação de filhas em comparação aos rapazes, apresentando maiores percentuais como cônjuges e, atualmente, como pessoas de referência.

Os dados sobre a escolaridade confirmam as informações da literatura especializada sobre o comportamento da juventude no campo de que as jovens são mais escolarizadas, levando-se a considerar que, no caso desta pesquisa, a maior escolarização se apresentou entre as jovens que estão ficando, mesmo que haja uma estagnação do nível de escolaridade por motivos que merecem ser aprofundados. Durante todo o período analisado, mesmo com o crescimento na média de estudos masculina e feminina, foram as jovens nordestinas que apresentaram a maior média de estudos em todos os anos verificados (1992 a 2015). As jovens nordestinas saíram de uma média de 3,1 anos de estudo em 1992 para a média de 8,3 em 2015. Nesse período surgiram programas como o Pnera, Projovem Campo e Pronatec Campo com foco nas especificidades educacionais voltadas para a vivência rural, sendo imprescindível incentivar a melhoria na educação no campo. A expectativa em anos de estudo mostrou-se ainda muito baixa, revelando que os projetos de vida no rural da região Nordeste não se encontram atrelados a uma maior qualificação profissional.

As condições de trabalho e de ocupação apontam para a forte relação de desigualdade ainda conduzida pela divisão sexual do trabalho. As jovens no rural nordestino encontram-se pouco inseridas no mercado de trabalho, mas ativamente

atuantes no espaço doméstico, contribuindo para a economia e produção familiar. Ao verificar as horas dedicadas às tarefas no lar, a redução em algumas horas de trabalho não afeta as questões de gênero, tendo em vista o comprometimento das jovens a estas funções. Essa realidade tem se refletido na renda obtida pelas jovens que tem sido consideravelmente baixa, em razão de que o seu trabalho que elas realizam na produção não é contabilizado nem como tempo de trabalho, muito menos como serviços remunerados.

Dado o exposto, tanto os homens como as mulheres jovens que estão no rural nordestino se encontram à margem de alguns direitos como o da Previdência Social. Ressaltando a questão feminina, o Programa Bolsa Família tem ajudado a complementar ou mesmo ser a única fonte de renda das famílias beneficiárias, porém, não supre a ausência do acesso ao benefício da previdência para a garantia de renda na velhice. Ademais, outras políticas são elencadas como instrumentos que favorecem a autonomia feminina no campo como o PNRA, Pronaf Mulher, PNDTR, Pnater, POPMR, PAA, mas que dependem do grau de execução nos governos, já que se tratam políticas de governo (e não de Estado), a despeito das mudanças positivas que se observam na apreciação dos dados, estas podem retroceder no curto e médio prazo, caso não sejam mantidas.

Nas últimas décadas, verifica-se que algumas transformações estruturais e socioeconômicas têm ocorrido no rural do Nordeste, permitindo a permanência da juventude feminina. Essas mudanças exigem novas percepções sobre os fatores que levam ao seu acontecimento, bem como novas estratégias que levem à maior autonomia das mulheres, posto que as relações de trabalho que se moldam no campo ainda dificultam o seu reconhecimento no espaço público. Além disso, torna-se necessário incentivar a melhoria na educação, uma vez que a expectativa em anos de estudo mostrou-se ainda muito baixa, revelando que os projetos de vida no rural da região não se encontram atrelados a uma maior qualificação profissional.

Fatores como estes precisam dar visibilidade à juventude que está ficando no campo. No decorrer dos anos, muitos foram os estudos que apontavam os problemas gerados com a saída de rapazes e moças do espaço rural, marcando a urgência em mudar o curso desse fenômeno. Esta pesquisa apontou que a permanência feminina no campo se sobrepôs à decisão de migrar, justamente na região que historicamente é marcada pelo estigma da pobreza e do baixo desenvolvimento social. Essa reversão é confirmação de

que apesar dos problemas existentes na região, incentivos para a transformação social e econômica podem trazer o surgimento de um novo Nordeste rural.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, H.W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n.05-06, p. 25-36, 1997.

ABRAMOVAY, R et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, R. Diversificação das economias rurais no Nordeste. **Relatório Final**. São Paulo, Brasília, p.1-45, 2002.

AGUIAR, V.V.P, STROPASOLAS, V.L. A problemática de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry et al. **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina. Editora Mulheres, 2010, p.157-182.

ALVES, A.E.S. Divisão Sexual do Trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, vol. 11, n. 2, maio, p. 271-289, 2013.

ALVES, E. Quem ganhou e quem perdeu com a modernização da agricultura brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, Vol. 39, n.3, p.9-39, jul-set. 2001.

ANDRADE, S.S; MEYER, D.E. Juventudes, moratória social e gênero: flutuações identitárias e(m) histórias narradas. **Educar em Revista**. Curitiba, UFPR. Ed.Especial, n. 1, 2014, p. 85-99.

ANDRADE, T. **Mulheres no Mercado de Trabalho**: onde nasce a desigualdade? Estudo Técnico, Câmara dos Deputados, jul, p.7-68, 2016.

ANTUNES, M. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTMANN, E.F et al (Org). **Margarida Alves**: Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA, IICA, 2006, p.245-275.

ANTUNES-ROCHA, M.I; SOARES, M.R. Escola e migração: o que dizem as professoras? **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, p.343-352, 2002.

AQUINO, J.R; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o Desenvolvimento Rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Org). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 53-82.

ARANGO, J. La explicación teórica de las migraciones. *Migración y Desarrollo*. **Red Internacional de Migración y Desarrollo**, n.1, octubre, p.1-30, 2003.

ARAÚJO, T.P et al. Nordeste: economia e mercado de trabalho. **Estudos Avançados** vol.11 n.29, 1997, p.55-77.

BACELAR, T. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados** vol.11 n.29, 1997, p.07-36.

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo: ABEP. **Anais**. 2012, p.1-24.

BANDEIRA, L.M et al. As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In: FONTOURA, N et al (Org). **Uso do tempo e gênero**. UERJ, SPM, IPEA, p. 61-92, 2016.

BARCELLOS, S. B. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil**: atores e fluxos políticos nesse processo social. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro, 2014.

BARTHOLO, L et al. Bolsa família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. 31 p. (Texto para discussão n.2331).

BATISTA, E. H. A. **Entre trânsitos permanentes e permanências transitórias**: estudo sobre a reprodução social de famílias rurais pobres em Itinga, Minas Gerais. (Tese de Doutorado). Presidente Prudente, FAPESP, p. 88- 205, 2016.

BITOUN, J; MIRANDA, L.I.B. A tipologia regional das ruralidades brasileiras como referência estratégica para a política de Desenvolvimento Rural. **Revista Raízes**, vol.35, n.1, jan-jun, p. 21-33, 2015.

BORDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983,p. 112-121.

BOURDIEU, P. O camponês e o seu Corpo. **Revista de Sociologia e Política**, n.26, jun, Curitiba, p. 83-92, 2006.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG,Cedeplar, p-5-20, 2009 (Texto para discussão n.366).

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J. et al (Org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-52.

BRUMER, A. O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão-de-obra feminina na força de trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, vol. 3, n.8, p 20-38, 1988.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 4, n. 7, jan-jun 2002, p. 50-81.

BRUMER, A; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**. Presidente Prudente, ano 11, n.12. p.6-17, 2008.

BRUMES, K.R. et al. **A migração sob diversos contextos**. Boletim de Geografia. Maringá, v. 29, n. 1, p. 123-133, 2011.

BRUSCHINI, M. C.A. Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set-dez, p. 537-572, 2007.

BUARQUE, C.. A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo. In: MIRANDA, C; COSTA, C (Orgs). **Desenvolvimento Sustentável e Perspectiva de Gênero**. Brasília: IICA, vol.2, 2005, p. 71-87.

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P (Org) tradução de Lopes, M. **A escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p.7-39.

BUTTO, A. et al. Autonomia econômica das mulheres rurais nos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, A. et al (Org). **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014, p.100-113.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 28 p. (Texto para discussão n.621).

CAMARANO, A.A. Diferenças na legislação à aposentadoria entre homens e mulheres: breve histórico. **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise** nº 62, abr, p. 69-77, 2017.

CAMPELLO, T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In:CAMPELLO, T et al. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013, p.139-156.

CARNEIRO, M. J.. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.11, out, p. 53-75, 1998.

CARNEIRO, M.J. “Rural” como categoria de pensamento. **Revista do Centro de Estudos Rurais: Ruris**, vol 2 , n.1, mar, p.9-38, 2008.

CARNEIRO, M.J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, vol.23, p.22-55, 2001.

CASTRO, A.M.G. **Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil**. Brasília: MDA, 2013.

CASTRO, C.N. **A agricultura no Nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, p.7-43, 2012. (Texto para discussão n.1786).

CASTRO, E. G. et al. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, EDUR, UFRRJ, 2009.

CASTRO, E.G. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias. In: WOORTMANN, E.F et al (Org). **Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA, IICA, 2006, p.245-275.

CENTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PARA O CRESCIMENTO INCLUSIVO (IPC-IG). **O Programa Bolsa-Família: seus efeitos econômicos e sociais na região Nordeste do Brasil**, 2008. Disponível em: <http://www.ipcig.org/publication/mds/26M.pdf>. Acesso em 14/12/2017.

CHAVES, M.F.G. Mulheres que Migram Solteiras: Aspectos da Migração Interna Feminina no Brasil, 1981-1991. In: TEXEIRA et al (Org). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p.147-166.

CORBUCCI, P.R et al.Situação educacional dos jovens brasileiros. In: CASTRO, J. A et al. (Org). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, p. 89-108, 2009.

DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO N.G (Coord). **Brasil rural em debate**. Brasília, CONDRAF/MDA, 2010, p. 28-78.

DI SABATTO, A et al. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, A (Org). **Estatísticas Rurais e a Economia**. Brasília: MDA, p.11-28, 2009.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 9ª Ed, 1984, p.21-91.

EVANGELISTA, F.R. **A agricultura familiar no Brasil e no Nordeste**. Banco do Nordeste: Etene, 2000, p.1-12.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou inovação por adição? **Estudos Avançados**, vol.24 n.68, p. 299-319, 2010.

FERNANDES, B.M. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, M.A (Org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2008, p.197-216.

FERREIRA, B et al. Constituição vinte anos: caminhos e descaminhos da Reforma Agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). In: **Boletim de Políticas Sociais**. Brasília: IPEA, n.17, 2009, p.155-223.

FERREIRA, B; ALVES, F. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, J. A et al. (Org). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, p. 243-258, 2009.

FORACCHI, M.M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. In: Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, vol.14, n.2, Jul-Dez, p. 11-33, 2009.

FREYRE, G. **Nordeste**. 1. ed. Digital. Global Editora: São Paulo, 2013 [1937].

FURTADO, Celso. **Seca e Poder**. São Paulo: Editora Perseu Abramo. 1ª Ed. p.7-83, 1998.

FURTADO, E.D.P. **Estudo sobre a educação para a população rural no Brasil**. Projeto FAO, UNESCO, p. 44-91, 2004.

FUSCO,W; OJIMA, R. Migrações e Nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização. In: OJIMA, R et al (Org). **Migrações Nordestinas no Século 21: Um panorama recente**. Blucher, 2014, p.12-26.

GIRARDI, E.P. **O rural e o urbano: é possível uma tipologia?** Presidente Prudente: Unesp Editora, 2008.

GOMES Jr.N N; ANDRADE. E.R. Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, vol. 12, n. 2, jul-dez, p. 392-402, 2013.

GOMES, G. M. **Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do semi-árido e dos cerrados nordestinos**. Brasília, Ipea: 2001.

GRISA, K; SCHENEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista Economia e Sociologia Rural**. Vol.52, supl.1, Brasília, p. 125-146, 2014.

GROPPO, L.A. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Em Tese**. Florianópolis, vol. 12, n. 1, jan-jul, 2015.

HAKKERT, R. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte: ABEP, 1996.

HEILBORN, M.L. Entre as tramas da sexualidade brasileira. **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol.14, n.1, jan-abr, p.43-59, 2006.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. Vol. 37, n. 132, set./dez, p.595-609, 2007.

HOBSBAWM, E. Introdução: A Invenção das Tradições. In: ERIC, H et al (Org). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

HORA, K; BUTTO, A. Políticas públicas para mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, A, et al (Org). **Mulheres Rurais e Autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania**. Brasília: 2014, p. 14-45.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero**: Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2014.

INSTITUTO DE PATOLOGIA TROPICAL E SAÚDE PÚBLICA (IPTSP, UFG). **Estudos de Coorte**. 2011. Disponível em: <https://posstrictosensu.iptsp.ufg.br/up/59/o/Modulo4-Estudosdecoorte.pdf>. Acesso em : 18/10/2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2018.

INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA (IRPAA). Disponível em: <http://www.irpaa.org/modulo/portugues>. Acesso em: 08 de janeiro de 2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Marcha das Margaridas**: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta. Rio de Janeiro, p.07-35, 2013.

JARDIM, A.P. A investigação das migrações internas, a partir dos Censos Demográficos brasileiros de 1970 a 2010. In: OLIVEIRA, L. A. P et al (Org.) **Reflexões sobre os deslocamento no Brasil**. IBGE: Rio de Janeiro, 2011.

KERGOAT, D. Dinâmica e Consustancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, n.86, mar, p.93-103, 2010.

LACEY, H. **Valores e atividade científica 1**. São Paulo: Editora 34, 2008, p. 189-215.

LEFF,N.H. Desenvolvimento econômico e desigualdade regional: origens do caso brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, jan-mar, 1972, p.03-21.

LIMA, E. N. Novas ruralidades, novas identidades. Onde? In: MOREIRA, R. J (Org). **Identidades sociais**: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

LIMA, S.M.V. **Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil**: Recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o Jovem Rural. Brasília: MDA, 2013.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia 322**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

MAGALHÃES, L.F.A. Fontes de dados demográficos e estudos de população em Santa Catarina. **Revista NECAT** - ano 4, n.7, jan- jun, p. 23-37, 2015.

MANNHEIN, K. **El problema de las geraciones**. Reis: Revista española de investigaciones sociológicas, n.62, 1993.

MARGULIS, M; URRESTI, M. La construcción social de la condición de juventude. In: **“Viviendo a Toda”**. Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades, Universidad Central – DIUC. Siglo del Hombre Editores, Bogotá, p. 3- 21, 1998.

MARQUES, M.I.M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo: ano 18, n. 19, jul- dez, p. 95-112, 2002.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? Lua Nova: São Paulo. **Revista de Cultura e Política**, n. 23, mar, 1991, p.07-37.

MAZOYER, M, et al.A Revolução Agrícola Neolítica. In: Tradução: FERREIRA, C.F et al. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Editora UNESP, 2010, p. 97-126.

MELO, H.P et al.Os afazeres domésticos contam. **Economia e Sociedade**. Campinas, vol. 16, n. 3 (31), p. 435-454, dez, 2007.

MELO, L.A. A mulher agricultora: a relação íntima com a água. Fazendo Gênero 9: **Diásporas, diversidades, deslocamentos**. Anais eletrônicos, 2010.

MENEZES, M.A. Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos. In: TEXEIRA et al (Org). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p.21-40.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME). Disponível em: <https://www.mme.gov.br/luzparatodos/asp/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). Disponível em: <http://mds.gov.br/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

MOREIRA, R.J. Pensando o rural da modernidade e dos nossos tempos. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, vol. 20, n. 1, 248-271, 2012.

MOREIRA,R.J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, R. J (Org). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A. p.15-40. 2003.

MOTA, D.M; SCHMITZ, H. Políticas públicas e comunidade tradicional: reconhecimento e conquista de direitos? In: GRISA, C et al (Org). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 533-548.

NETO, L.G. Trajetória econômica de uma região periférica. **Estudos Avançados**, vol.11 n.29, 1997, p.37-54.

OBSERVATÓRIO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE). Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

OKIN, S.M. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 16, n.2, mai-ago, p.305-332, 2008.

OLIVEIRA, A.T.R. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: OLIVEIRA, A.T.R et al (Org). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de janeiro, 2011.

OLIVEIRA, F. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Editora Vozes/Cebrap,1981. Publicado originalmente em Estudos Cebrap, 1972.

OLIVEIRA, J. C. Análise do crescimento econômico e das desigualdades regionais no Brasil. **Revista Estudos do Cepe**, n.28, p.5-26, jul-dez, 2008.

OLIVEIRA, A.T.R et al. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: OLIVEIRA, A.T.R et al (Org). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de janeiro, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unicef-mulheres-e-meninas-do-mundo-gastam-200-milhoes-de-horas-por-dia-coletando-agua/>. Acesso em: 05 de janeiro de 2018.

PACHECO, M.E.L. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: **Perspectivas de Gênero: debates e questões para as ONGs**. Recife: Gênero e Cidadania, 2002, p.1-30.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Tradução: Avancini, M. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p.15-37.

PINTO, E.B, LIMA, M.J.A. O Programa de Convivência com o Semiárido brasileiro e sua influência na mudança de hábitos e valores. In: **II Congresso Iberoamericano sobre Desarrollo y Médio Ambiente**. Puebla/México, out, 2005.

PNERA II PESQUISA NACIONAL SOBRE A EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25640](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25640). Acesso em 12/12/2017.

RAMOS, C.P. Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local. In: **Dossiê Mulheres Rurais: as Margaridas e Penhas do Século XIX**. Revista Gênero: NUTEG. Niterói: EdUFF, p. 29-48, 2014.

SABOURIN, E. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, vol. 16, n. 2, 151-184, 2008.

SALES, C.M.V. Mulheres jovens rurais: marcando seus espaços. In: SCOTT, Parry et al. **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina. Editora Mulheres, 2010, p.421-446.

SANTILLI, J et al. História da Agricultura no Brasil. In: **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Petrópolis, 2009, p. 65-118.

SANTOS, M.A et al. **Migração**: uma revisão sobre algumas das principais teorias. Belo Horizonte: UFMG, Cedeplar, ago, 18p, 2010 (Texto para Discussão n. 398).

SAUER, S. **Terra e Modernidade**: a reinvenção do campo brasileiro. Editora: Expressão popular, São Paulo, 2010.

SCHNEIDER, S. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. **Revista Redes**. Santa Cruz do Sul - RS, vol. 9, n. 3, p. 75-109, 2005.

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P (Org) tradução de Magda Lopes. **A escrita da História**: Novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p.63-96.

SCOTT, R.P. Ruralidade e mulheres responsáveis por domicílios no Norte e no Nordeste. **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol.15, n.2, mai-ago, p.425-436, 2007.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SEAD). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2018.

SILIPRANDI, E. Os significados da sustentabilidade para as mulheres. In: **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 291-331, 2015.

SILVA, E.J. **As filhas de Pascoal**: nova ruralidade e condições de permanência no campo entre jovens agricultoras no interior de Pernambuco. (Dissertação em Antropologia). UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2013.

SILVA, M. S, MENEZES, M.A. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das Esposas, Mães e Namoradas dos Migrantes Sazonais do Município de Tavares – PB. In: SCOTT, Parry et al. **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina. Editora Mulheres, 2010, p.279-310.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1ª Ed, p.117-133, 1985.

SIQUEIRA, D, OSÓRIO, R. **O conceito de rural**. In: GIARRACCA, N (Org). Una nueva ruralidad en América Latina? Bueno Aires: CLACSO, 2001, p.67-79.

SORBAZO, O. Cidades pequenas: reflexões a partir da realidade urbana de Sergipe. In: DIAS, P.C; BRANDÃO, P.R.B. **Cidades médias e pequenas**: dinâmicas espaciais, contradições e perspectivas na relação cidade-campo. Salvador: SEI, 2015, p.89-108.

SOUSA, J.T.P. Apresentação do Dossiê: A sociedade vista pelas gerações. **Política e Sociedade**, UFSC, n.8, abr, p.9-29, 2006.

SOUSA, L.P; GUEDES, D. R. A desigual Divisão Sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**. Vol.30, n.87, p.123-139, 2016.

SOUZA, P. H. G.F, OSÓRIO, R.G. O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. In:CAMPELLO, T et al. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013, p.139-156.

SOUZA, P.H.G. F. **A distribuição de renda nas pesquisas domiciliares brasileiras: harmonização e comparação entre Censos, PNADs e POFs**. Brasília: Ipea,2013.

STEDILE, S.P.Soberania alimentar. In: CALDART, R.S eta al (org). **Dicionário do Campo**. 2012, p. 714-723.

STROPASOLAS; V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC**". In: repositório UFSC, 2002.

TEDESCHI, L.A. Relações de Gênero e a História das Mulheres Camponesas. **La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura**. Vol. 14, n. 2 , jul-dez, p. 45-62, 2009.

TILLMANN, E, COMIM, F. Os determinantes da decisão entre estudo e trabalho dos jovens no Brasil e a geração nem-nem. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, vol.46, n.2, ago, p.47-78,2016.

VALADARES, A. A. **O gigante invisível: território e população rural para além das convenções oficiais**. Brasília: Ipea, p.7-37, 2014 (Texto para Discussão, nº 1942).

VALADARES, A.A et al. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: SILVA, E. R. A.; BOTELHO, R. U. **Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas**. Brasília, DF: IPEA, p.59-96, 2016.

VALADARES, A.A et al. **Previdência Rural: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso**. Brasília, 2016 (Nota Técnica, n.26).

VEIGA, J.E. A dimensão do Brasil Rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1, p. 71-94, 2004.

VEIGA, J.E. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE-, 108p, 2001 (Texto provisório para discussão).

VELARDE, L.G.C. **Noções de Bioestatística**. Departamento de Estatística: UFF, 2007.

VENDRAMINI, R.C. Qual o futuro das escolas no campo? **Educação em Revista**. Belo Horizonte, vol.31,n.03,p. 49-69, jul-set, 2015.

VIEIRA, R. S. Tem jovem no campo! Tem jovem homem tem jovem mulher. In: WOORTMANN, E.F et al (Org). **Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA, IICA, 2006, p.195-213.

WACQUANT, L. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. **Novo Estudo CEBRAP**. São Paulo, n.96, jun, 2013.

WALTEROS, G; ALBERTO, J.La migración internacional: teorías y enfoques, una mirada actual. **Semestre Económico**, vol. 13, n. 26, enero-jun, 2010, pp. 81-99.

WANDERLEY, M. N. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (Org.). **Una nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 31-44.

WANDERLEY, M.N.B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.15, out, p.87-146, 2000.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais**: mapeamento de estudos recentes. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

WEITZMAN, R. Mulheres na assistência técnica e extensão rural. In: BUTTO, Andrea et al (Org). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva. Brasília: MDA, 2011, p.87-112.

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Sociedade e Estado**, vol.25, n.2, Brasília, mai-ago, p. 205-224, 2010.